

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**  
**REGIONAL CATALÃO**  
**UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**  
**MESTRADO PROFISSIONAL: HISTÓRIA, CULTURA E FORMAÇÃO DE**  
**PROFESSORES**

**MAÍRA CREMONESE**

**EXPERIÊNCIAS SOCIAIS NA DITADURA CIVIL MILITAR BRASILEIRA EM**  
***AINDA ESTOU AQUI*, DE MARCELO RUBENS PAIVA: MEMÓRIA, HISTÓRIA E**  
**ENSINO**

**CATALÃO/GO**

**2018**

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR  
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES  
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

**1. Identificação do material bibliográfico:**       **Dissertação**       **Tese**

**2. Identificação da Tese ou Dissertação:**


Nome completo do autor: Maíra Cremonese

Título do trabalho: Experiências Sociais Na Ditadura Civil Militar Brasileira Em *Ainda Estou Aqui* De Marcelo Rubens Paiva: Memória, História e Ensino

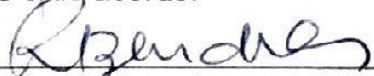
**3. Informações de acesso ao documento:**

Concorda com a liberação total do documento  **SIM**       **NÃO**<sup>1</sup>

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

  
Assinatura do(a) autor(a)<sup>2</sup>

Ciente e de acordo:

  
Assinatura do(a) orientador(a)<sup>2</sup>

Data: 17/06/2019

<sup>1</sup> Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

<sup>2</sup> A assinatura deve ser escaneada.

**MAÍRA CREMONESE**

**EXPERIÊNCIAS SOCIAIS NA DITADURA CIVIL MILITAR BRASILEIRA EM  
*AINDA ESTOU AQUI*, DE MARCELO RUBENS PAIVA: MEMÓRIA, HISTÓRIA E  
ENSINO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado Profissional: História, Cultura e Formação de Professores, da UFG/Regional Catalão, vinculada a Linha de Pesquisa 1 - Cultura, Linguagens e Ensino de História, como requisito para obtenção do título de Mestre em História, sob orientação do Prof. Dr. Valdeci Rezende Borges.

CATALÃO/GO  
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Cremonese, Maíra

EXPERIÊNCIAS SOCIAIS NA DITADURA CIVIL MILITAR

BRASILEIRA EM AINDA ESTOU AQUI, DE MARCELO RUBENS PAIVA  
[manuscrito] : MEMÓRIA, HISTÓRIA E ENSINO / Maíra Cremonese. -  
2018. c, 100 f.

Orientador: Prof. Dr. Valdeci Rezende Borges.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Unidade  
Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais, Catalão,  
Programa de Pós-Graduação em Historia (profissional), Catalão, 2018.

Inclui siglas, abreviaturas.

1. Experiências sociais. 2. Ditadura civil militar brasileira. 3. Ainda estou aqui .  
4. Marcelo Rubens Paiva. 5. Memória e História. I. Rezende Borges, Valdeci ,  
orient. II. Título.

## Ata de Defesa Pública de Trabalho de Conclusão de Mestrado

Defesa: nº 38

Aos oito dias do mês de agosto de dois mil e dezoito realizou-se, na sala do Laboratório de Audiovisual, localizada no Bloco Didático II, da Regional Catalão/UFG, a Defesa Pública do Trabalho de Conclusão de Mestrado intitulado: EXPERIÊNCIAS SOCIAIS NA DITADURA CIVIL MILITAR BRASILEIRA EM *AINDA ESTOU AQUI*, DE MARCELO RUBENS PAIVA MEMÓRIA, HISTÓRIA E ENSINO de autoria da mestranda **Maíra Cremonese**. Na ocasião, compareceu a Banca Examinadora, designada pela Coordenadoria do Mestrado em História – nível Mestrado Profissional, e composta pelos docentes Prof. Dr. Valdeci Rezende Borges, professor da Universidade Federal de Goiás - UFG/RC; Prof. Dr. Antônio Fernandes Júnior, professor da Universidade Federal de Goiás - UFG/RC; Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Regma Maria dos Santos, professora da Universidade Federal de Goiás - UFG/RC. A sessão teve início às 09:00 horas, sendo presidida pelo Professor Prof. Dr. Valdeci Rezende Borges (orientador) que abriu os trabalhos junto à Banca Examinadora. Em seguida, o Presidente da sessão passou a palavra a discente que teve quinze minutos para apresentar o trabalho. Após a apresentação, passou-se a palavra aos componentes da banca que tiveram cada um, vinte e cinco minutos para expor suas questões e observações sobre o trabalho apresentado, tendo a mestranda quinze minutos para responder. Após o término da arguição, o Presidente da sessão solicitou que a candidata e o público presente que se retirassem do recinto para que a Banca Examinadora pudesse proceder sua avaliação. Após a conclusão dos trabalhos de avaliação, os arguidores atribuíram o seguinte resultado: Aprovada. Nada mais havendo a registrar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pela Banca Examinadora. Regional Catalão, UFG, aos oito dias do mês de agosto de dois mil e dezoito.

### Banca Examinadora:

Prof. Dr. Valdeci Rezende Borges (Orientador/a UFG/RC) Valdeci Rezende Borges

Prof. Dr. Antônio Fernandes Júnior (UFG/RC) Antônio Fernandes Júnior

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Regma Maria dos Santos (UFG/RC) Regma Maria dos Santos

**MAIRA CREMONESE**

**EXPERIÊNCIAS SOCIAIS NA DITADURA CIVIL MILITAR BRASILEIRA EM  
*AINDA ESTOU AQUI*, DE MARCELO RUBENS PAIVA: MEMÓRIA, HISTÓRIA E  
ENSINO**

Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado Profissional em História: História, Cultura e Formação de Professores da Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão, aprovada em 08 de agosto de 2019, pela seguinte banca examinadora:

---

Prof. Dr. Valdeci Rezende Borges (UFG / Regional Catalão/UAEHCS – Orientador)

---

Prof. Dr. Prof. Dr. Antônio Fernandes Júnior (UFG/RC/UAEHCS - Examinador)

---

Profa. Dra. Profa. Dra. Regma Maria dos Santos (UFG/ RC/UAEHCS – Examinadora)

---

Prof. Dr. Cláudio Lopes Maia (UFG/ RC/UAEHCS – Suplente interno)

---

Profa. Dr. Kênia Maria de Almeida Pereira (UFU/ILEEL – Suplente externo)

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais, Dilomar Cremonese e Adriana Tonel Cremonese, pelo amor e pelo apoio sempre acreditando em mim e me apoiando em minhas decisões, sem vocês não teria chegado até aqui.

Aos meus irmãos, Bárbara, Mariane e Tiago, obrigada pelo companheirismo, pela cumplicidade e pela força nas horas difíceis.

Agradeço às minhas professoras Márcia Pereira dos Santos e Lilian Marta Grisolio Mendes que, muito além de professoras que contribuíram na construção do meu conhecimento, se tornaram grandes amigas que levarei para a vida.

Obrigada, Jackeline Albuquerque e Marcos Vinícius da Silva, por todos anos de amizade em que, mesmo no momento mais difíceis, sempre nos mantemos unidos.

E ao meu orientador Professor Dr. Valdeci Rezende Borges, agradeço pela excelente orientação que com certeza ajudou a conclusão do Mestrado se tornar realidade.

## RESUMO

O presente estudo propõe analisar experiências sociais vivenciadas por alguns segmentos da sociedade brasileira durante a ditadura civil militar empreendida com o golpe de 1964, tendo por fonte documental o livro *Ainda estou aqui*, de Marcelo Rubens Paiva, que narra as atrocidades e a agonia de quem viu e viveu de perto os males de um regime militar, já que o pai deste autor foi um dos presos e desaparecidos nesse período, buscando estabelecer relações entre memória, história e ensino de história. O saudosismo que boa parcela da população brasileira tem sobre esse período tão conturbado e de certa forma ainda obscuro da história do Brasil, mostra que muitas vezes a censura, a manipulação das informações, das memórias e da história, bem como a falta de conhecimento, leva muitos a ter um imaginário positivo sobre a ditadura e o regime. Dessa forma, procurou-se mostrar as faces do golpe, como os militares chegaram ao poder, as políticas de repressão usadas para se manter no governo durante duas décadas e a luta de uma família, que representa tantas outras, para esclarecer fatos obscuros acerca da prisão e desaparecimento do patriarca do grupo, o deputado Rubens Paiva, morto pelos militares. Aborda-se então a luta da família por respostas, que durou anos. O autor, nesse texto de viés autobiográfico, denuncia e expõe como foi viver em um período em que direitos humanos foram totalmente anulados, em nome de um governo que chegou ao poder por meio de um golpe, nos oferecendo um testemunho denso e emocionante do ocorrido, por meio de uma linguagem que seduz e fascina o leitor e que pode, em muito, contribuir para o ensino de História.

**Palavras-chave:** Experiências sociais, Ditadura civil militar brasileira, *Ainda estou aqui*, Marcelo Rubens Paiva, Memória e História.

## ABSTRACT

This study proposes to examine some social experiences lived by some segments of the Brazilian society over the civil military dictatorship undertaken with the 1964 coup, having as documentary source the book "*Ainda estou aqui*" by Marcelo Rubens Paiva, who recounts the atrocities of those who saw and lived near the evils of the military regime, because the author's father was arrested and disappeared in that period, seeking to establish the relations between memory, history and history teaching. The nostalgia that good part of the Brazilian population has about this troubled period and, somehow, obscured of Brazil history, shows that the censure, the manipulation of information, memories and history, as well as the lack of knowledge leads many people to think as a positive occurrence about the dictatorship and the regime. In this way, it has sought to show the faces of the coup, how the military came to the power, the policies of repression which were used to stay in the government for two decades and the struggles of the family, which represents many others, to clarify the obscure facts about the arrest and disappearance of the patriarch of the group, Mr. Rubens Paiva, killed by military forces. It has discussed the family struggle for answers, that lasted years. The author, in this autobiographical text, denounces and exposes how it was to live in a period that human rights were totally cancelled, on behalf of a government which came to power through a coup.

**Key-words:** social experiences, Brazilian civil military dictatorship, *Ainda estou aqui*, Marcelo Rubens Paiva, memory and history.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2. MARCELO RUBENS PAIVA E SUA TRAJETÓRIA: CONTEXTOS E TEXTOS .....</b>	<b>31</b>
2.1 Marcelo Rubens Paiva: literatura autobiográfica, autoritarismo, sua atuação e produção multimídia.....	31
2.2 <i>Ainda estou aqui</i> : algumas considerações .....	39
2.3 Memória e Esquecimento, Presente e Passado.....	56
<b>3. A DITADURA CIVIL-MILITAR NAS REPRESENTAÇÕES DE <i>AINDA ESTOU AQUI</i> .....</b>	<b>64</b>
3.1 O golpe: “Merda de ditadura” .....	64
3.2 O caso Rubens Paiva .....	76
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>95</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>94</b>
Fonte .....	94
Bibliografia .....	94

## 1. INTRODUÇÃO

Primeiro de abril de 1964: mais de cinquenta anos se passaram desde a época em que o Brasil entrou em um de seus períodos históricos mais sombrios: a ditadura civil-militar, fruto de um golpe que se caracterizou pela anulação da democracia, suspensão de direitos constitucionais, cassação de políticos e perseguição aos opositores do regime, dentre outros aspectos. Ditadura esta que foi um atentado à sociedade brasileira e aos direitos humanos, que durante vinte e um anos se viram anulados e desconsiderados.

De uns poucos tempo para cá, sobretudo de 2013 em diante, parece-nos que o número de simpatizantes à implantação de um novo regime militar no Brasil vem aumentando, como podemos observar na imprensa brasileira e nas redes sociais, em especial nos últimos meses deste ano<sup>1</sup>. E, nesse contexto, a pergunta que fica é se essas pessoas sabem o que é uma ditadura militar ou o que foi o nosso último regime autoritário, no qual essa categoria social, os militares, teve protagonismo e proeminência, com apoio de setores da sociedade civil?

Acreditando que a informação e o conhecimento, ou a falta deles, são as possíveis entradas e os motivos para tal distorção acerca do que foi esse período, e que tais aspectos abrem as portas para a manipulação dos fatos e das pessoas, julgamos importante e pertinente debruçarmos sobre esse tema, período e questão para melhor clareá-los e, assim, podermos posicionar e agir de forma mais consciente e com maior protagonismo e não como meros coadjuvantes e massa de manobra. Nesse contexto e sentido é que ressaltamos aqui a importância da educação, da pesquisa e do ensino, da sala de aula como espaços, meios e armas para formação de uma consciência histórica acerca desse tema e dos problemas que o envolvem, pois, por outro lado, uma consciência histórica ao redor desses está sendo edificada também por outros meios e veículos, como os *mass media* que, muito além da informação, produzem e transmitem imaginários parciais e carregados de intencionalidades escusas. Assim, diante de diversas manifestações de ignorância sobre os regimes e a atuação dos militares no poder que temos observados nos diversos veículos de informação social, torna-se

---

<sup>1</sup> Dentre muitas outras manifestações nesse sentido ver: LONDRES, Mariana. 43% dos brasileiros defendem a volta da intervenção militar diz pesquisa. *R7.com*, Rádio e Televisão Record S. A, 28, set. /2017. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/coluna-do-fraga/43-dos-brasileiros-defendem-a-volta-da-intervencao-militar-diz-pesquisa-28092017>>. Acesso em: 28 set. 2017; MEDO generalizado. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 07 out 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2017/10/1925164-medo-generalizado.shtml>>. Acesso em: 07 out. 2017; CARVALHO FILHO. Luís Francisco. Medo da violência e cruzada contra corrupção sustentam autoritarismo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 07 out 2017.

necessário produzir um contra discurso que possibilite a constituição de outra consciência histórica sobre tais aspectos, sendo a escola um meio privilegiado para esse “fazer”.

Baczko (1985, p. 313), refletindo sobre os meios de comunicação de massa modernos, observa que eles possibilitam que os emissores atinjam uma grande audiência, e que os novos circuitos e meios técnicos amplifiquem as funções performativas dos discursos e dos imaginários sociais difundidos.

Os *mass media* não se limitam a aumentar o fluxo da informação; modelam também as suas características. A informação é recebida de forma contínua, diversas vezes por dia, englobando o planeta inteiro, conjugando dados estatísticos com as imagens e afectando todos os domínios da vida social, etc. A informação está centrada na actualidade, sendo, portanto, necessariamente atomizada e fragmentada: o acontecimento que hoje é posto em foco, amanhã será esquecido e recalado. Devido tanto à sua quantidade como à sua qualidade, esta massa de informações presta-se particularmente às manipulações. [...] Com efeito, aquilo que os *mass media* fabricam e emitem, para além das informações centradas na actualidade, são imaginários sociais [...] a informação estimula a imaginação social e os imaginários estimulam a informação, contaminando-se uns aos outros numa amálgama extremamente activa, através da qual se exerce o poder simbólico. (BACZKO, 1985, p. 313, grifos do autor).

Dessa forma, apenas para citar duas expressões e exemplos de como isso tem ocorrido atualmente e de como a desinformação e falta de conhecimento têm sido usados de forma política, podemos mencionar o caso recente do cantor sertanejo Zezé di Camargo, que foi matéria de diversos veículos de comunicação social, ao dizer que não houve ditadura militar no Brasil, produzindo grande repercussão na imprensa brasileira (ZEZÉ..., 2017). Algo similar, mas pior, ainda, devido o ambiente onde se deu, ocorreu dentro do evento “100 anos de Revolução Bolchevique: História e Memória”, na UERJ, no qual a professora palestrante da conferência de encerramento do encontro foi hostilizada por um grupo que afirmava que não existiu a ditadura no Brasil (PROFESSORA..., 2017). Nesse sentido, no intuito de melhor esclarecer e lançar luz sobre esse período e as práticas autoritárias do governo instaurado com o golpe civil-militar de 1964, recorreremos à obra literária *Ainda estou aqui*, de Marcelo Rubens Paiva, e às suas representações, como testemunhos desse período e das ações do regime militar na sociedade, sobretudo para perseguir, silenciar, calar e, muitas vezes, eliminar seus opositores. O fazemos no intuito de esclarecer ou clarear melhor aquele tempo e as práticas ditatoriais nele implementadas, pois nossos dias atuais têm sido constantemente ameaçados por ações diversas saudosas daquele tempo autoritário de outrora.

Debruçamo-nos sobre esse livro por considerá-lo como um “lugar de memória”, conforme Pierre Nora (1993, p. 7), pois os lugares de memórias, num tempo de aceleração da história, de oscilação rápida de um passado definitivamente morto, de percepção global de qualquer coisa desaparecida, de ruptura de um equilíbrio, no qual a memória não existe mais, porque não há mais meios de memória, com o fim das sociedades-memória, “nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos [...]” (NORA, 1993, p.13) onde ela se fixa e se refugia. Dessa forma, se constituem os escritos de Paiva na referida obra acima citada. Este escritor busca, por meio de alguns de seus livros, edificar espaços onde suas memórias vividas durante a ditadura se fixem e, assim, que se tornem as vozes de muitos outros que sofreram durante esse período. Como destaca Nora (1993):

É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória (NORA, 1993, p.13).

Por tudo isso, e no contexto de crise e de ruptura democráticas pelas quais passamos hoje, mais do que nunca, se mostra importante analisar um conjunto de problemáticas acerca da relação entre memória e história para entendermos, de modo mais esclarecido, por meio das representações de Paiva, por que e como a ditadura ocorreu e se instaurou? A que interesses e de que setores sociais, os militares ocuparam o poder estatal que irradiou seu autoritarismo sobre as diversas instituições sociais? Como ela, a seu ver, se constituiu e que agentes e segmentos sociais a instituíram e impulsionaram seu desenvolvimento? Como ela desagregou? Que relações e forças sociais estiveram em cena nos variados momentos de sua existência? Dentre outros aspectos relevantes para compreendermos tal fato e período, em conformidade com a obra de Paiva, que tem como foco principal abordar a história de seu pai desaparecido no período ditatorial. Assim, a intenção é tratar dessas questões por meio da obra; perceber como ela figura tais questões, pondo-a em diálogo com algumas leituras já realizadas sobre o período.

Nesse contexto e sentido, acreditamos que podemos investigar esse período e objeto recorrendo aos suportes da memória coletiva para embasarmos nossos estudos históricos, pois,

A memória torna o passado significativo, o mantém vivo e o torna uma parte essencial da orientação cultural da vida presente. Essa orientação inclui uma perspectiva futura e uma direção que molde todas as atividades e sofrimentos

humanos. A história é uma forma elaborada de memória, ela vai além dos limites de uma vida individual. Ela trama as peças do passado rememorado em uma unidade temporal aberta para o futuro, oferecendo às pessoas uma interpretação da mudança temporal. Elas precisam dessa interpretação para ajustar os movimentos temporais de suas próprias vidas (RÜSEN, 2009, p.2).

Rüsen (2009) expõe bem porque necessitamos da memória para interpretar o passado, compreender o presente e projetar o futuro, e para nos orientarmos na vida cotidiana e suas práticas. Dessa forma, neste trabalho o objetivo maior é justamente fazer uma análise da construção da memória sobre o regime civil-militar e a sua relação com o trauma e o esquecimento dessa ditadura por meio da obra de Paiva, pois nossa sociedade atual, ou segmentos dela, tem si mostrado favorável e aceitado, sem maiores reflexões e análises sobre o significado do passado, soluções autoritárias para os problemas pelos quais tem passado atualmente e, muitas vezes, clamado por intervenção militar.

Conforme Bloch (2001, p. 60, 63, 65-67) existe uma solidariedade entre as épocas históricas e o presente que, absolutamente, não se encontra desligada do passado. Consoante ao autor, “a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado”, mas talvez seja vão compreender o passado se nada, ou pouco, sabemos do presente. Assim, requer que esclareçamos os vínculos entre essas épocas, num sentido duplo. O frêmito da vida humana atual exige um esforço para restituirmos o passado e perceber o sentido das experiências vividas outrora. São sempre as nossas experiências cotidianas que nos exigem e servem para reconstruir o passado, sendo o conhecimento do presente importante para a compreensão do passado e vice-versa. Logo, ele defende o emprego um método prudentemente regressivo para reconstruir o passado por meio de seus vestígios e memórias, partindo de uma visada do presente rumo ao passado, recorrendo a ele para nele nos apoiar, mas também voltando, necessariamente, ao presente.

Portanto, como já dito, o que propomos é abordar tais questões acima postas e o período em que se deram por meio das memórias do escritor Marcelo Rubens Paiva, de sua família, de companheiros e amigos, fixadas em suas representações contidas na obra de perspectiva autobiográfica *Ainda estou aqui*. Este texto literário, dividido em três partes, das quais falaremos no primeiro capítulo, veio à luz pela editora Alfaguara, em 2015, e constitui um grupo maior, mais amplo de textos literários recentemente publicados, sobretudo nos anos 2000, que falam do golpe civil-militar e do regime autoritário que foi em seguida instituído. Textos estes que buscam fazer chegar ao público leitor algumas vozes sobre aquele tempo,

com suas percepções do ocorrido e suas concepções de mundo, de vida e sociedade e, em especial, referentes a esse acontecimento e seu processo de constituição.

A literatura, não somente como um texto de ficção, traz para a história leitura de um tempo, da sociedade e de seus problemas, podendo representar e apresentar costumes, ideais e pensamentos políticos de períodos distintos da história da humanidade.

A Literatura permite o acesso à sintonia fina ou ao clima de uma época, ao modo pelo qual as pessoas pensavam o mundo, a si próprias, quais os valores que guiavam seus passos, quais os preconceitos, medos e sonhos. Ela dá a ver sensibilidades, perfis, valores. Ela representa o real, ela é fonte privilegiada para a leitura do imaginário (PESAVENTO, 2012, p.82).

A narrativa literária, segundo Roger Chartier, é uma forma de representação do existente no passado e podem contribuir para a elaboração do conhecimento histórico. Sendo uma representação

[...] entre o que foi e o que não é mais [...] as construções narrativas que se propõem a ocupar o lugar desse passado permitiram o desenvolvimento de uma reflexão sobre a história, entendida como uma escritura sempre construída a partir de figuras retóricas e de estruturas narrativas que também são as da ficção (CHARTIER, 2009, p. 12).

A História, já há algum tempo, vem estabelecendo e traçando laços com a Literatura, abrindo-se para inúmeras possibilidades de abordagem. Possibilidades que a Nova História Cultural tem permitindo aos historiadores, com a emergência de “novos objetos nos seios das questões históricas” (CHARTIER, 1988, p.14). Com a ampliação dos campos temáticos e documentais, surgiram novas fontes e novos protagonistas para a história, permitindo que outras percepções e concepções do mundo social agora tenham voz e lugar na esfera do conhecimento histórico.

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (CHARTIER, 1988, p. 17).

Na concepção de Sandra J. Pesavento (2012), dentro da História Cultural a aproximação entre a História e a Literatura acontece no campo epistemológico, sendo que

ambas têm diferentes modos de “dizer o mundo, que guardam distintas aproximações com o real” (PESAVENTO, 2012, p.80).

São ambas, como se viu e como apresentou Ricoeur, refigurações de um tempo, configurando o que se passou, no caso da História, ou o que se teria passado, para a voz narrativa, no caso da Literatura. Ambas são formas de explicar o presente, inventar o passado, imaginar o futuro. Valem-se de estratégias retóricas, estetizando em narrativa os fatos dos quais se propõem falar. São ambas formas de representar inquietudes e questões que mobilizam os homens em cada época de sua história, e, nesta medida, possuem um público destinatário e leitor (PESAVENTO, 2012, p.81).

Assim, uma nova forma de história social e cultural se edificou, segundo Chartier (2002), em que um conhecimento, acostumado a “estabelecer hierarquias e a construir coletivos”, foi sendo criado com novos objetos para si, novas abordagens e novos problemas. Nesse sentido, mencionando os estudos em pequena escala, e usando como um exemplo a biografia, conseguiu fugir das regras normativas da história positivista:

Nenhum sistema normativo é, suficientemente estruturado para eliminar toda possibilidade de escolha consciente, de manipulação ou de interpretação de regras, de negociação. Parece-me que a biografia constitui, por essa razão, o lugar ideal para verificar o caráter intersticial – contudo importante – da liberdade de que dispõem os agentes, assim como para observar a maneira como funcionam concretamente sistemas não normativos que não são jamais isentos de contradições (LEVI apud CHARTIER, 2002, p.84).

Desta forma, com o desenvolvimento da nova história cultural, associado com a rejeição dos determinismos econômicos, geográficos..., com a preocupação com a liberdade humana e com o interesse pelo micro história, ocorreu um recente ressurgimento de estudos de caráter biográfico. No entanto, esse ressurgimento da biografia, com o olhar voltado para contar a história de uma pessoa, de um processo ou de um evento, não o faz por eles mesmos, mas para lançar luz ao funcionamento da cultura e de uma sociedade do passado (STONE, 1991, p. 31).

Por isso, o texto autobiográfico de Paiva, *Ainda estou aqui*, pode se constituir como uma importante fonte para a história brasileira, pois temos, por meio dele, acesso e uma maior aproximação do que foram os anos ditatoriais, e isto através de uma narrativa com linguagem literária próxima ao coloquial e contando uma história por alguém que viu e vivenciou esse período e os fatos narrados.

Ainda que muitas representações, figurações e vozes sobre o golpe e o regime ditatorial tenham se manifestado e têm vindo a público ultimamente, o esquecimento sobre o que foi e como foi esse período autoritário recente de nossa sociedade parece ser um mal atual com o qual devemos lidar. O processo de esquecimento afeta e prejudica a concepção e a compreensão social e histórica sobre a ditadura civil-militar e o constituindo podemos mencionar a Lei da Anistia, promulgada no dia 28 de agosto de 1979, pelo Congresso Nacional, concedendo indulto a todos que haviam cometido “crimes políticos ou conexos com estes”. Nesse contexto, o esquecer nos figura como uma grande ameaça, porque os crimes, de qualquer natureza relacionados com questões políticas ou praticados por motivação política e suas vítimas, não têm sido lembrados e contribuem fortemente para o esquecimento. Conseqüentemente, ocorre a não punição dos responsáveis pelos crimes cometidos durante o referido regime.

Tratando do processo e da relação entre memória e esquecimento, e das condições em que se dão tais manifestações, Marcelo Rubens Paiva salienta:

O renascimento de um fato psicológico passado, seu reconhecimento e localização são as condições necessárias das lembranças. Ou da memória. Elimine um deles, não será lembrança, mas reminiscência. (PAIVA, 2015, p.17-18).

Nesse sentido, de lidar com as condições necessárias para a emergência da memória, de sua fixação em algum lugar e o impedir do esquecimento, o livro de Marcelo Rubens Paiva, *Ainda estou aqui*, possui papel de suma importância. Esse texto, de caráter autobiográfico, nos oferece um testemunho privilegiado para lidarmos com tais questões. Paiva faz um relato do que foi para ele e sua família os anos de aflição e de luta pela verdade sobre o que teria acontecido com seu pai, o deputado cassado e exilado, e, posteriormente, desaparecido pelo regime, Rubens B. Paiva, que foi levado de sua casa pelos militares no dia 21 de janeiro de 1971, e nunca mais visto pela família. No livro, Paiva expõe como foi viver por anos sem saber o que de fato havia acontecido com seu pai, pois durante muito tempo houveram vários relatos e suposições de seu paradeiro, incluindo aqueles dos próprios militares, que afirmavam que Rubens Paiva estava foragido.

Então, contra o esquecimento, que surge tanto por condições sociais e históricas, quanto por fenômenos neurológicos (RICOEUR, 2007), como o Alzheimer, o livro de Paiva é um dos lugares sociais onde as lembranças daquele momento ancoram, onde suas memórias e dos grupos a que esteve ligado, familiares e de convívio, aportam e nos possibilitam ter acesso

a rastros, a traços do vivido naquele período. Ante a ameaça da perda da memória de sua mãe, afetada por Alzheimer, do esquecimento produzido por aspectos neurológicos e ao fazer um relato denso e emocionante, marcado pelos laços de pertencimento ao ocorrido e narrado, acerca das atrocidades pelas quais ele e sua família passaram durante a ditadura civil-militar, e mesmo com seu fim, pois a luta para saber o que havia acontecido com seu pai desaparecido naquele período continuava, Paiva nos oferece um testemunho de grande apelo afetivo e de muita riqueza para produzirmos a história que aqui objetivamos reconstruir.

História de seu pai, deputado exilado e cassado, em 1964, e posteriormente, em 1971, preso, torturado e morto; história de sua mãe, que experimentou longo processo e que “lutou para descobrir a verdade, para denunciar a tortura, os torturadores” (PAIVA, 2015, p. 259) e tudo o que ocorrera. Paiva, ao vê-la afetada pela “doença do esquecimento” (PAIVA, 2015, p. 234), observando a crescente “falta dela em seu próprio cérebro” (PAIVA, 2015, p. 238), mas sabendo de sua trajetória e de que “ela está lá”, que “sua história está com ela”, pois “foi vivida por ela” (PAIVA, 2015, p. 260), lançou mão da escrita literária para contar os “muitos atos” que compunham suas experiências.

Com uma linguagem de fácil acesso e entendimento ao público leitor comum, não especializado, o oposto de estudantes e profissionais do ofício de historiar, *Ainda estou aqui*, enquadra-se na definição dos “lugares de memórias” (NORA, 1993), acerca desses fatos e seu período, como já foi citado; um lugar de memória que não se limita ao indivíduo e ao familiar, mas que se expande para o coletivo e permite, dessa forma, que o leitor tenha uma maior proximidade e compreensão do que foram os anos de ditadura. Assim, esse testemunho literário possibilita o acesso a informações importantes para a produção do conhecimento histórico sobre esse período; por meio de uma fonte documental menos árida e mais interessante que, em geral, são os textos acadêmicos e muitas de suas fontes, o leitor pode acessar dimensões relevantes dessa questão e se deixar contaminar por ela. Conforme Nora (1993, p. 9, 11), sendo a História uma reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais, logo figurando como uma representação do passado, todo esse campo do conhecimento entrou em uma idade historiográfica, ocorrendo uma desidentificação com a memória, e hoje a memória se tornou, ela mesma, objeto de uma história possível.

Segundo Pierre Bourdieu, a autobiografia faz com que seu sujeito e objeto tentem dar um significado e/ou uma lógica aos fatos narrados.

[...] o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao

mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário (BOURDIEU, 1998, p.184).

Dessa forma, a literatura autobiográfica tem o poder de aproximar seu leitor com os fatos ali narrados, pois produz uma espécie de diálogo entre o texto, a leitura e o leitor, ainda que marcada por uma ilusão retórica.

Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como coerente de uma sequência de acontecimentos com significados e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar (BOURDIEU, 1998, p.185).

Paiva, em seu livro, tenta passar, com descrição, o que foi sua vida e dos seus entes antes, durante e depois da ditadura, relatando seu viver junto e entrelaçado à história da sociedade brasileira daquele período até os dias mais atuais. Assim, como afirma Leonor Arfuch (2010), a leitura e a imitação que se faz na narração da vida e a oralidade, as anotações que permanecem conforme o olhar dos historiadores “testemunham uma espécie de infância subjetiva”, a qual podemos dizer, por nossa vez, presente nos escritos de Paiva, sobre sua existência dentro da ditadura, e, portanto, se mostram como fontes relevantes para a nova história, que lida, inclusive, com os afetos e as emoções. Conforme a autora,

Num leque heterogêneo, sem umbrais muito nítidos, coexistem as memórias clássicas de personagens públicos centradas em seu caráter de protagonistas em acontecimentos de importância, com memórias nas quais começa a despontar a própria personalidade, com os “livros de razão” (*livres de raison*), obstinados cadernos de contas ou registros de tarefas, que de repente se tornam uma narração sobre a vida cotidiana, como os diários íntimos confessionais, que não só registram acontecimentos da fé ou da comunidade, mas começam a dar conta do mundo afetivo de seus autores (ARFUCH, 2010, p. 40-41, grifo do autor).

Assim consideramos que Paiva, em *Ainda estou aqui*, registra acontecimentos importantes e de relevância acerca das práticas cotidianas de opressão e perseguição aos opositores do estabelecido, remetendo a pensamentos, ações e sentimentos emergentes no processo de instauração, consolidação e afrouxamento do regime, o qual foi, por muito tempo, chamado de “revolução” pelos militares e por aqueles que conformavam sua leitura do fato à visão dos mesmos, até começar a ser chamado de ditadura militar por outros segmentos sociais e em outras leituras. Mas Paiva, ao traçar sua narrativa, expressa uma visão que vem

sendo defendida e difusa em período mais recente, que passou a denominar o regime de “ditadura civil-militar”, pois no seu princípio teve apoio de boa parte de setores conservadores da população, como aqueles ligados a TFP – Tradição, Família e Propriedade, que foram às ruas pedindo a queda de João Goulart e o fim do perigo comunista e de setores do empresariado brasileiro que apoiou, inclusive financeiramente, muitas de suas ações repressivas a seus opositores.

Décadas depois, precisamente em nosso momento atual, a história parece querer se repetir com a crise política e os movimentos que desencadearam a queda da Presidenta Dilma Rousseff, eleita pelo Partido dos Trabalhadores, numa série sucessiva de fatos que levaram ao seu afastamento do cargo por um processo de impeachment em 2016, que muitos veem como sendo um golpe à democracia. Nesse contexto, a narrativa autobiográfica de Paiva nos pode ser útil para pensarmos as questões que envolvem tais descaminhos. Paiva relata vários momentos do que foi a ditadura e os acontecimentos pelos quais passou sua família durante o regime autoritário. Como filho do deputado cassado e exilado, em 1964, Rubens Beyrodt Paiva, viu também seu pai ser levado pelos agentes da ditadura, em 1971, e nunca mais voltou a vê-lo. “O feriado de 20 de janeiro de 1971 é um dia que não tem fim. Demoramos para entender porque aquele dia existiu e foi daquele jeito” (PAIVA, 2015, p.115).

Apesar de muito se falar sobre a ditadura militar ou civil-militar, há uma lacuna muito grande no conhecimento deste período; muitos porquês sem resposta que ainda pairam sobre a história do país. Ao contrário de países latino-americanos como Argentina e Chile, que são modelos na busca pela verdade e punição dos responsáveis pelas atrocidades cometidas durante suas respectivas ditaduras, o Brasil parece pouco se importar em desvendar as zonas opacas, em clarear as obscuridades referentes àquela época, acarretando na ignorância de muitos que pedem pela volta da ditadura e dos militares ao poder, sem, ao que nos parece, conhecer mais profundamente o que foi e como foi nossa última experiência ditatorial.

O livro *Ainda estou aqui* se mostra de extrema importância para que muitos entendam o que foi a ditadura e o que muitas famílias sofreram nas mãos desse sistema político, incluindo a de Marcelo Rubens Paiva, que se viu durante décadas sem respostas aos questionamentos, dúvidas e incertezas acerca do que realmente havia acontecido com seu pai. A obra tanto nos traz questões e fatos objetivos como também subjetivos, como as emoções e os sentimentos que envolveram os mesmos, contribuindo para edificarmos uma história das atrocidades do regime marcada e permeada de sensibilidades e sociabilidades.

Nesse contexto e sentido, o objetivo deste trabalho é discutir e analisar esse período ainda tão obscuro da história de nosso país recorrendo ao livro de Paiva como fonte primordial; entender como se deu todo esse processo, como e porque os militares chegaram ao poder com justificativas ao redor do tão propalado medo do comunismo que pairava por sobre toda a América do Sul e que no Brasil, até os dias de hoje, serve como argumento, vago e sem embasamento, para justificar e dar razão para muitos pedirem a volta da ditadura, como apontamos anteriormente.

Paiva relata em seu livro que, em 1964, todos que eram contra a ditadura eram vistos e tratados como comunistas. O comunismo provocava um medo que se espalhava por toda América Latina e que no Brasil, até os dias atuais, tem seus partidários convictos.

Todos se tornaram suspeitos, subversivos em potencial. O comunista estava na fronteira, atrás da porta, na sombra, na igreja, na escola, no cinema, no teatro, na música, no Exército, o comunista vendia pipoca, estava disfarçado em balés, óperas, podia ser seu vizinho, podia estar debaixo da sua cama, poluir os reservatórios de água, dopar os bebedouros. Os comunistas tomariam o poder (PAIVA, 2015, p.90).

As ditaduras nos países latino-americanos se constituíram na época em que o mundo dividido em dois blocos sofria com os enfrentamentos da Guerra Fria. Naquele período, os Estados Unidos elaboravam métodos para combater o avanço comunista. Em meados dos anos de 1950, foi instituído pelas autoridades norte-americanas a Doutrina de Segurança Nacional, com o objetivo de combater o “perigo vermelho” dentro e fora do território norte-americano. No Brasil não foi diferente, a justificativa do golpe era livrar o país do mal, do comunismo e dos comunistas.

A ditadura, que foi implantada por meio de um golpe civil-militar, e que manteve esse caráter, tinha a “intenção” de impedir o avanço comunista e restaurar a democracia em dois anos; com seu primeiro Ato Institucional, baixado pela junta militar em 9 de abril de 1964, segundo Paiva,

Cassaram os líderes trabalhistas João Goulart, Leonel Brizola, Darcy Ribeiro, parte da bancada do PTB, como Almino Afonso e o meu pai, o ex-presidente Jânio Quadros, o governador Miguel Arraes, o deputado católico Plínio de Arruda Sampaio, o economista Celso Furtado, o jornalista Samuel Wainer e até o presidente da Petrobras. Marechal Osvaldo Alves. Nenhum deles era comunista. (PAIVA, 2015, p.91).

Em *A ditadura envergonhada*, Elio Gaspari ressalta como, ao prenderem Rubens Paiva, estavam prendendo alguém longe de ser comunista.

Assassinara-se um ex-deputado federal cuja atividade política era desassombrada, porém inofensiva, e cuja vida pessoal acompanhava muito mais os padrões da elite do Milagre do que os códigos da militância esquerdista. Contara-se uma história insustentável, e encerrara-se o assunto. Tinha razão o deputado Pedroso Horta: “Não há nada a fazer. E, realmente, não há”. (GASPARI, 2003, p. 337).

O medo do comunismo que invadiu o Brasil e os outros países da América Latina durante a Guerra Fria criou uma paranoia que afeta os brasileiros até os dias de hoje. A falta de conhecimento sobre a questão facilita a manipulação em massa das pessoas, principalmente através da mídia que, desde o princípio, mesmo sendo um meio de denunciar as mazelas da ditadura, foi, e ainda é, uma das maiores propulsoras da ditadura. O livro *Por uma história política*, organizado por René Rémond, traz um texto do historiador Jean-Noël Jeanneney sobre a mídia e sua relação direta com a política, tanto para denunciar, como para beneficiá-la.

O poder de hoje considera mais cômodo e mais discreto ter uma linha direta com as direções da televisão e rádio: ele lhes sopra agora seus conselhos ou sugestões por telefone sem ter que discar o número, sem um intermediário, sem testemunha ou vestígio (JEANNENEY, 2003, p.218).

Jean-Pierre Rioux nos mostra como os poderes públicos e dadas organizações políticas e sociais, sempre fizeram uso da imprensa para esconder e manipular ou até mesmo apagar seus atos quando estão no poder e conforme seus interesses.

Mas a preocupação de agir dessas organizações é tal que elas solicitam habilmente a imprensa, editam precocemente boletins internos, anuários ou jornais cuja minúcia compensa as lacunas do arquivo público ou privado. Mesmo quando elas são mais inexpressivas ou menos armadas para a difusão do seu ideal, seu murmúrio pode encontrar eco na vizinhança e sua atividade é legível pelas marcas que imprime. (RIOUX, 2003, p.104).

Tais manejos, procedimentos e práticas não foram diferentes durante a ditadura civil-militar brasileira, onde muitas vezes a imprensa, mesmo sendo supostamente uma das maiores ferramentas de informação social e de denúncia do regime autoritário, foi também conivente e, certamente, contribuiu para o golpe e para colocar os militares no poder, bem como para os manter ali por tanto tempo.

O poder da imprensa sobre a opinião pública sempre foi um forte meio do poder público para interferir e mudar os rumos da sociedade, como já indicado. Retomando as reflexões de Baczko (1984) acerca da mídia e dos novos circuitos e meios técnicos que, como já dito, afora informar, produzem imaginários e amplificam as funções performativas dos discursos e dos imaginários sociais difundidos, os quais atuam diretamente na formação e manipulação da opinião pública, o autor ainda considera que “Tal facto não se deve apenas à natureza audiovisual das novas técnicas, mas também, e sobretudo, a formação daquilo a que se dá o nome, a falta de melhor, de ‘cultura de massa’” (BACZKO, 1984, p.313).

Dessa forma, se conforme Maria Helena R. Capelato (1988, p.53-55), em *Imprensa e História da Brasil*, a grande imprensa teve presença e papel fundamental na deflagração e manutenção do golpe de 1964, ao identificar os conflitos sociais e políticos que vieram à tona naquele momento, como “desordem” provocada pelos comunistas e como perigo de instalação do comunismo no Brasil, frente os quais os “guardiões da boa sociedade” deveriam articular o golpe para salvá-la de tais ameaças, devemos ressaltar que, também nos dias atuais, ela tem usado os mesmos argumentos e estratégias, nada inocentes, apoiando e contribuindo para os diversos golpes que têm se abatido sobre nossa sociedade e frágil democracia para defender seus próprios interesses, bem como das elites conservadoras.

Nesse sentido, de manipulações midiáticas da opinião pública e de seu agir, Girard considera que:

A opinião pública não faz a política externa, assim como não faz a interna, mas nenhuma política, ao que parece, pode ser feita nem contra, nem sem ela. [...] A opinião pública talvez não atue diretamente nos acontecimentos, não tem poder de decisão, mas tem poder, ao que parece, de tornar ou não possível a política de seus representantes. (GIRARD apud BECKER, 2003, p. 203).

Em tal contexto, muitos setores da sociedade civil foram coniventes com a ditadura, e devem ser apreciados e considerados ao se fazer uma reflexão sobre os crimes cometidos a partir de 1964. Com o desgaste do regime e seu fim, com a forma de anistia implementada, “ampla e irrestrita”, presenciamos tentativas de se apagar os crimes e as atrocidades desse período como uma forma de reconciliação e apaziguamento social. Ou ainda, observamos a busca de forjar tais experiências autoritárias como algo que ficou no passado junto com a ditadura que findou e que não tem razão ou não merece mais ser discutido.

Contudo, como contrapõe Jörn Rüsen, em seu artigo “Como dar sentido ao passado: questões relevantes da meta-história”, é justamente a reflexão sobre os crimes cometidos

contra a humanidade que podem construir um futuro diferente do passado, dando orientações à vida prática dos cidadãos.

Há um outro desafio radical para uma orientação para o futuro, que reflita sobre a memória e a história: o fardo pesado de experiências históricas negativas tais como o imperialismo, as guerras mundiais, o genocídio, o assassinato em massa e outros crimes contra a humanidade. Esse fardo empurra o processo de construção de identidade para o confronto e produz um abismo entre um passado horripilante e um futuro que pretende ser o contrário desse passado. (RÜSEN, 2009, p.2).

Reforçando a importância de se investigar, de aprofundar e adensar nosso conhecimento e debater sobre a ditadura civil-militar, enfatizamos que falta uma reflexão maior da sociedade sobre seu passado pois, ao contrário, está fadado a repetir seus erros e descaminhos, conforme Che Guevara. Como já foi citado, o clamor pela volta de uma ditadura militar tem ganhado cada vez mais adeptos na sociedade neste momento de crise política e democrática, e muito se deve a um pensamento que acredita e difunde a ideia de que o passado não merece ser discutido.

As vicissitudes das lutas políticas do presente, por vezes, levam até mesmo os que não compactuaram com o regime civil-militar a silenciar sobre aspectos embaraçosos da história recente, em parte porque alguns deles se aliaram posteriormente a setores significativos dos antigos donos do poder, enquanto muitos daqueles que se mantêm na oposição não querem ou não se sentem fortes o suficiente para enfrentar politicamente os antigos algozes, talvez temerosos de “cutucar a onça com vara curta”, desencadeando uma reação supostamente ameaçadora à democracia. (RIDENTI, 2001, p.23-24, grifos do autor).

Como consequência disso, e como uma parcela mínima da sociedade tem acesso às informações e ao conhecimento produzido acerca desse período tão sombrio da história brasileira, atitudes e posicionamentos equivocados têm sido espalhados e defendidos, como aqueles que veem na volta e presença dos militares a solução para os problemas pelos quais hoje possamos. Assim, essa parcela da população cobra para que aqueles que cometeram crimes sejam punidos e outros consideram que a volta da ditadura não seja impossível de acontecer, então clamam por ela. Logo, se faz necessário que sejam esclarecidos e devidamente analisados os fatos desse tempo histórico, abordando suas vítimas, métodos de ação, aliados... que contribuíram para que pessoas fossem presas e para que os presos fossem torturados ou mortos, dados como desaparecidos, como ocorreu com uma série de ativistas

que iam contra o regime civil-militar, para a construção de um presente e um futuro onde a democracia voltasse à cena e continuasse a prevalecer.

O historiador Luiz Felipe Alencastro (2001), em “1964: por quem dobram os sinos?”, afirma que não é “luto mal resolvido dos sobreviventes” trazer de volta a memória daqueles que foram vítimas da ditadura, mas sim uma tentativa de garantir os direitos em uma democracia ainda extremamente frágil, que se vê em ameaçada constantemente pelo autoritarismo de “uma parte substancial das elites”. Nesse sentido, se faz importante o debate sobre uma questão que é de interesse histórico, primordial para a construção da democracia, pois é um problema humanitário, que não se limita apenas aos familiares dos desaparecidos e ao governo.

De acordo com Selva Guimarães Fonseca (2010), no Brasil recente, do primeiro decênio do século XXI, configuraram-se diversas maneiras de pensar e ensinar História, ocorrendo mudanças advindas da transformação do conhecimento histórico, as quais tem feito com que os currículos sejam repensados e revistos na esfera do ensino. Marcos Silva e Selva Fonseca (2007, p. 26-28), considerando que o percurso formativo do professor e do aluno de História, de ensino e aprendizagem, desenvolve-se por meio de diferentes agentes e em diferentes espaços educativos, como a educação escolar, os museus, as bibliotecas, os meios de comunicação de massa, os cursos de ensino fundamental, médio e superiores, as experiências de pesquisa, as lutas sociais e políticas etc., defendem uma articulação entre teoria e prática; a formação como espaço de investigação, de produção de saberes; a conciliação dos objetivos dos formadores e das expectativas dos formandos; bem como a valorização dos saberes, das experiências prévias de formadores e alunos.

Nesse contexto, o conhecimento produzido nesta dissertação, por meio de uma perspectiva interdisciplinar, que abarca as relações entre História e Literatura, poderá ser empregado tanto no 9º. ano do Ensino Fundamental como na 3ª Série do Ensino Médio, conforme as indicações do *Currículo Referência da Rede da Rede Estadual de Educação de Goiás*, elaborado em 2012 pelas Subsecretarias Regionais de Educação, no qual figura itens como: expectativas de aprendizagem, eixos temáticos e conteúdos, indicando os anos escolares ou séries e os bimestres em que devem ser ministrados.

No 9º ano do Ensino Fundamental, no 4º bimestre, figuram como Expectativas de Aprendizagem: - Comparar as diversas relações de poder democráticas e ditatoriais no período. - Compreender os movimentos de dominação e resistência na ditadura militar e no processo de redemocratização, no Brasil e em Goiás. Esses aspectos inserem-se no Eixo

temático: Brasil contemporâneo e tem por Conteúdo: Brasil – Ditadura Militar. - Brasil e Goiás: Redemocratização. (GOIÁS - Estado. Secretaria de Estado da Educação, 2012, p. 261). Já na 3ª Série do Ensino Médio, no 3º. bimestre, as Expectativas de Aprendizagem voltam-se para: Relacionar o contexto sociopolítico com a construção das ditaduras e do populismo na América Latina. - Interpretar o contexto histórico das experiências autoritárias da América Latina; analisar a instauração do regime militar no Brasil, calcado na supressão dos direitos políticos e civis e no intervencionismo estatal na economia; identificar a importância da liberdade de expressão e das garantias individuais do cidadão como fundamentos da sociedade democrática. - Analisar o processo histórico de redemocratização brasileiro e seus desdobramentos. Aspectos esses do Eixo temático: Brasil contemporâneo, e que tem por Conteúdos: - Brasil e Goiás: A Ditadura Militar; - Brasil e Goiás: Redemocratização. (GOIÁS - Estado. Secretaria de Estado da Educação, 2012, p. 278).

Desta forma, ao propormos um trabalho de pesquisa interdisciplinar, que explora as imbricadas relações entre História e Memória, História e Literatura, recorrendo ao uso dessa última como fonte e suporte documental privilegiado para lidarmos com as questões que nos inquietam na atualidade, ao considerá-la, como já dito, como um “lugar de memória”, conforme Nora (1993), é que estabelecemos como metodologia a necessidade de se contextualizar não somente o texto escrito, mas as razões que levaram a sua produção, bem como do tema que está sendo abordado, e, para além da escrita, os aspectos, trajetória e posicionamentos sociais e políticos que levaram as intencionalidades da sua forma estética em sua escrita. Conforme vemos nas reflexões de Antonio Candido, é primordial que haja uma delimitação e, principalmente, historicização do autor e do texto, uma abordagem que abarque autor, obra e público, para explicar seus aspectos literários e seus condicionamentos sociais, pois em toda obra ocorre, em proporção variável, segundo um jogo dialético, a expressão grupal e as características individuais do artista:

O poeta não é uma resultante, nem mesmo um simples foco refletor; possui o seu próprio espelho, a sua mônada individual e única. Tem o seu núcleo e o seu órgão, através do qual tudo o que passa se transforma, porque ele combina e cria ao devolver à realidade (BADY apud CANDIDO, 2006, p.28).

Ainda, segundo Candido, interessa, sobretudo, fazer uma análise dos tipos de relações e dos fatos estruturais da obra, como causa e consequência do texto a ser trabalhado.

[...] a própria literatura hermética apresenta fenômenos que a tornam tão social, para o sociólogo, quanto a poesia política ou o romance de costumes, como é o caso do desenvolvimento de uma linguagem pouco acessível, com a conseqüente diferenciação de grupos iniciados, e efeitos positivos e negativos nas correntes de opinião (CANDIDO, 2006, p.30).

Desse modo, para Candido (2006, p.28-30) é necessário buscarmos implementar uma interpretação mais dialética, que afaste e supere aquelas de caráter mecanicista, abordando e indagando primeiro, sobre quais são as possíveis influências efetivas do meio social ou dos fatores socioculturais sobre a obra, estudando a literatura como expressão social e percebendo em que medida ela é interessada em seus problemas; segundo, debruçando sobre a forma e conteúdo da obra; terceiro, tratando de sua fatura e transmissão, ou seja dos momentos de produção, que abarca o impulso do artista e suas orientações segundo os padrões da época, à escolha de certos temas, o uso de certa forma e da síntese resultante do processo que age sobre o leitor.

Portanto, se torna essencial compreender os aspectos e os meios da vida de Marcelo Rubens Paiva, sua posição como literato na sociedade, a configuração de sua obra e os receptores da mesma, ao menos no que refere aos leitores especializados, como os críticos e os historiadores da literatura. Pensar que o autor, a partir do desaparecimento de seu pai durante a ditadura, e das incertezas que ele e sua família passaram nos anos posteriores, traçou e desenhou os rumos da sua história e conseqüentemente a sua trajetória como escritor, além dos aspectos estéticos da sua escrita literária e autobiográfica.

A literatura abre janelas para acessarmos a realidade por meio de representações menos áridas do que aquelas da historiografia, ao veicular emoções e sentimentos de seu autor, suas opiniões, seus anseios, suas angústias e visões do mundo e da sociedade. Ela pode ter dimensões da realidade baseadas nos próprios sentimentos e nas experiências do autor e de outros agentes sociais, tendo nesse contexto proximidade com a história vivida, ao se estabelecer em forma de discurso narrativo articulado e conectado ao viver e ao existir cotidianos e às maneiras de nele se expressar e comunicar, tendo-os como referencial. Assim, ela possui, então, uma linguagem mais sedutora e fascinante, que abrange experiências da vida prática, cotidiana das pessoas comuns, com seus sentimentos, sonhos e expectativas, podendo atingir mais facilmente os discentes nas aulas de História.

A tarefa de dinamizar o ensino de história, utilizando novas possibilidades de ferramentas e materiais, se faz não somente possível mas necessária, já que ainda temos resquícios de um ensino de história focado na memorização exacerbada, que tem como essência um nítido utilitarismo, já que a principal

meta nesses casos refere-se ao sucesso na avaliação e não na construção do conhecimento histórico, com bases no desenvolvimento da criticidade do aluno. (TAYAR, 2017, p.119).

Sendo a literatura menos árida que os textos acadêmicos, pode se tornar uma fonte de grande importância para o ensino de história, pois ela tem uma linguagem que se aproxima muito mais de seu leitor, fazendo com que este tenha uma maior compreensão de fatos históricos.

Utilizando-se do livro escolar como recurso didático de ensino, juntamente com a literatura, o professor tem a possibilidade de trazer visões diferenciadas sobre o mesmo período; diversa em sua abordagem, pois o livro didático trará uma narrativa mais fechada e objetiva de determinado conhecimento histórico. A literatura poderá contribuir trazendo uma visão mais intimista de determinada sociedade. Para tal, o professor deve ter alguns cuidados essenciais, não somente na escolha literária, mas na contextualização necessária para que o objetivo previamente estipulado seja alcançado. (TAYAR, 2017, p.291).

De tal forma, levando-a para o âmbito de ensino sobre o período da ditadura civil militar, ela pode se fazer entender com mais facilidade aos alunos em sala de aula, podendo, assim, levá-los a ter uma maior conscientização histórica.

Desse modo, para realizarmos nossa investigação e estruturarmos a exposição dos resultados atingidos, dividiremos essa dissertação em 2 capítulos.

No primeiro capítulo, procura-se realizar um apanhado da vida de Marcelo Rubens Paiva, ou melhor, de sua trajetória intelectual, buscando inseri-las no tempo e na sociedade em que ocorreram e foram experimentadas, inclusive as agruras da ditadura. Aqui, para além de tratarmos de seu percurso formativo e sua atuação como escritor, literato, dramaturgo e colunista da imprensa periódica, de abordar sua produção, as características e especificidades de seu ato criativo, sua linguagem e seus posicionamentos políticos e estéticos, buscamos abordar como a vida política de seu pai, o deputado Rubens Paiva, o levou a ser perseguido e preso durante a ditadura e, conseqüentemente, à sua morte e desaparecimento. Dessa forma, realizaremos uma historicização acerca de como foram os anos em que ele e sua família passaram com a prisão e posterior desaparecimento de seu pai, levando-o a escrever livros nos quais trata de tais fatos, como *Feliz ano velho* (1982) e *Ainda estou aqui* (2015), este último fonte documental desta dissertação.

Neste capítulo, ainda, é objetivo analisar e refletir acerca do cenário atual e sua relação com a memória, o esquecimento e a história autoritária recente de nosso país, no qual a

existência de número de pessoas adeptas à volta da ditadura é preocupante, tornando as diversas formas de escrita sobre o período possuidoras de papel importante para esclarecer as pessoas que têm apoiado a volta de um regime autoritário e sanguinolento. Esclarecimento, ainda, necessário, visto que pelo acontecido no período ditatorial, aqueles que foram contra seus ditames eram perseguidos, presos, torturados, mortos e desaparecidos. Assim, voltar e reconstruir dimensões daquele momento, que anulou por completo os direitos humanos, o direito de ir e vir e de se expressar do cidadão e que deveria ser motivo de vergonha para a história do Brasil, parece-nos de fundamental importância. Logo, essa reflexão terá por base a relação história, memória e esquecimento, em suas várias perspectivas.

Dessa forma, intentamos mostrar a importância de se estudar a ditadura civil-militar, porque a memória sobre este período é primordial para que pessoas, como as supramencionadas, não queiram de volta um regime autoritário, pensem e repensem suas posições e clamores. Podemos, portanto, pensar como a memória serve de suporte para a História e ajuda a combater as distorções criadas sobre a ditadura, pois, como já citado, a falta de informação daqueles que pedem a volta da ditadura e dos militares advém e acarreta manipulações que podem distorcer o que de fato foi o regime, mostrando, dessa forma, o porquê e a importância da memória para uma sociedade a respeito ditadura, que não pode ser esquecida.

Já o segundo capítulo coloca em pauta o que foi a ditadura civil-miliar conforme as representações e figurações de Marcelo Rubens Paiva; como os militares chegaram ao poder, nele se alojaram e por lá permaneceram por cerca de duas décadas; que armas, estratégias e procedimentos usaram; que fases o regime experimentou desde sua instauração até sua derrocada; como foram sendo desvelados os meandros do caso Rubens Paiva ao longo do processo de redemocratização e de reconhecimentos dos culpados no bojo das diversas lutas contra a ditadura e para responsabilizar os militares.

## **2. MARCELO RUBENS PAIVA E SUA TRAJETÓRIA: CONTEXTOS E TEXTOS**

O objetivo principal deste capítulo é realizar uma reflexão sobre a figura do escritor Marcelo Rubens Paiva, sua trajetória formativa e sua atuação profissional como intelectual em vários meios e mídias, abordando primeiro a questão da escrita autobiográfica e sua relação com os contextos autoritários, elucidando alguns aspectos da constituição de sua obra de modo geral, para, em seguida atermos, em específico, ao livro que aqui recorreremos como fonte e, assim tecermos algumas considerações sobre ele, os meandros e as intenções de sua produção, sua recepção crítica pela mídia bem como pelo meio acadêmico e sua inserção no contexto atual da sociedade brasileira, do qual originou a motivação de sua escrita.

### **1.1 Marcelo Rubens Paiva: literatura autobiográfica, autoritarismo, sua atuação e produção multimídia**

A história da literatura do Ocidente e seus métodos de efetivação têm se moldado ao longo da história, num movimento crescente que aceita rupturas, retomadas e rejeições. E a história da escrita autobiográfica está totalmente atrelada a essa dialética, como podemos ver nos apontamentos de Darlan Roberto dos Santos (2013), que mostra como a autobiografia ultrapassa a questão do pessoal, se tornando uma busca de expressão da sociedade. No século XX, falar sobre si próprio se tornou comum entre os intelectuais, e até mesmo entre pessoas comuns, pois com esse novo movimento, todos temos algo para contar da nossa própria história. Essa é, portanto, uma das razões para a autobiografia crescer durante esse período: a democratização do discurso.

A autobiografia, conforme Ana Bernstein (2004, p. 258-259, 274-275), “é geralmente entendida como algo privado, como um olhar que se volta para o interior de si mesmo” e, de acordo com a definição de Philippe Lejeune de autobiografia e do pacto autobiográfico, ela é uma “prosa narrativa retrospectiva escrita por uma pessoa real a respeito de sua própria existência, onde o foco se encontra na sua vida individual, na história particular de sua personalidade”. No entanto, a maneira como buscamos aqui pensar e empregar o material autobiográfico afasta um tanto dessa perspectiva, ao considerarmos que ela possui um forte caráter público, tratando politicamente de maneira significativa e constante da esfera pública, pois se é por meio do discurso e da ação da palavra e do ato que a esfera pública é constituída, a autobiografia ocupa uma função importante na sua constituição, desempenhando uma

função de crítica na criação de um espaço discursivo para minorias que não se enquadram no discurso dominante, reivindicando o papel de agentes sociais e na criação de uma “contra esfera pública”, pois o discurso pode ser um instrumento, um ponto de resistência e partida para uma estratégia de oposição, podendo enfraquecer o poder dominante, revelá-lo, torná-lo frágil e que seja possível obstruí-lo.

Segundo Darlan Roberto dos Santos, no artigo “Feliz ano velho: um olhar dividido entre a Ditadura Militar e a Redemocratização”, as narrativas sempre se diferenciaram pelo monopólio da escrita e expunham a visão dos vencedores. Mas, com a chegada do Marxismo, com o materialismo histórico, foi que o sistema começou a abrir espaços para que os vencidos e marginalizados também pudessem expor suas histórias, sendo a biografia um desses espaços:

Há uma íntima e evidente correlação entre o afirmar-se na literatura autobiográfica, como é comumente entendida, e a ascensão da burguesia enquanto classe dominante, cujo individualismo e cuja concepção de pessoa encontram na autobiografia um dos meios mais adequados de manifestação[...]. Essa “nova forma” [...] representaria uma tentativa de esclarecer as inter-relações entre vida privada e vida política, colocando uma questão cuja análise deveria poder explicar, entre outras coisas, por que a “vida interior” não conseguia oferecer nenhuma proteção efetiva contra as ameaças circundantes. (MIRANDA apud SANTOS, 2006, p. 2, grifos do autor).

Essas inter-relações entre a vida privada e política, podem ser vistas com clareza em *Ainda estou aqui*, em que a vida dos Paiva se entrelaça com as questões do país naquele período. Assim, o fato de Marcelo Rubens Paiva ter sua vida completamente mudada após o desaparecimento de seu pai durante a ditadura civil-militar nos permite enxergar a esse regime por meio de sua autobiografia, pois é alguém que viveu de fato as mazelas daquele período.

Apesar de possuir certa rejeição por parcela dos historiadores, a biografia nunca deixou de ser produzida e de vir a se tornar fonte para a História. As biografias podem servir de importante fonte documental para os historiadores, pois nelas podemos visualizar a construção e reconstrução da história de um mesmo indivíduo, porém em diferentes tempos conforme, na prática, inventa e reinventa sua identidade:

Trata-se de ter constantemente em presença as formas como os indivíduos e sua identidade são permanentemente inventadas e reinventadas: discursivas e materiais (suportes e técnicas de escrita da palavra), com mediações exteriores (a cidade, a religião, o poder) numa prática que é sempre implícita ou explicitamente coletiva. (MALATIAN, 2008, p.23-24).

A autobiografia, pode ser definida como o escrever a vida, o tornar a vida um texto escrito, uma auto representação do eu. E mais ainda, as autobiografias possuem carga historiográfica muito grande e importante para a história, pois esse tipo de literatura pode trazer, para a história, a visão de alguém que se encontra do lado de dentro do fato narrado, possuindo com ele laços de pertencimento, como é o caso de Paiva, que não só viveu durante o período da ditadura civil-militar, como foi vítima desse regime autoritário, bem como seu grupo familiar.

Obras, como a de Marcelo Rubens Paiva, a exemplo de *Feliz ano velho* e *Ainda estou aqui*, que nascem em tempos de guerra ou durante crises sociais, têm o encargo de realizar uma reflexão e produzir apontamentos acerca das aflições, dúvidas e dos anseios que atingem uma sociedade em tempos difíceis. Mas, muito além disso, a literatura, como qualquer outra manifestação artística, pode trabalhar como uma forma de aviso para que atos de barbárie não se repitam.

Ultrapassando os motivos pessoais de sua escrita, a obra de Marcelo Rubens Paiva, *Ainda estou aqui*, tem a função social de lutar contra o esquecimento, como não deixar perder a lembrança da ditadura civil-militar que marcou a sociedade brasileira num período sombrio de vinte anos da história, e que ainda ameaça o país com a possibilidade de sua volta, que tem sido pedida por aqueles que não possuem consciência histórica do que foi esse regime tão horrendo e vergonhoso para o Brasil.

A literatura deve auxiliar-nos a rememorar os erros e absurdos cometidos por gerações passadas, a fim de que lutemos, de algum modo, para que catástrofes, como a repressão, a intolerância e a perseguição, de qualquer ordem, não eclodam novamente. Neste sentido, a escrita pode ser considerada uma forma de resistência, que engloba uma dimensão ética, enquanto manifestação de indignação (SANTOS, 2013, p. 139).

As ditaduras latino-americanas foram instauradas em vários países em períodos próximos, possibilitando a emergência de uma “literatura de resistência” em nações como Brasil, Argentina e Chile. O filósofo Renato Franco aponta que tais governos autoritários facilitaram a volta de novos períodos de calamidade, como as ditaduras:

[...] as quais implicaram em políticas de extermínio premeditado de contingentes de opositores, em massacre dos humilhados, em supressão dos direitos civis, em tortura sistemática contra vítimas indefesas, em repressão e censura indiscriminada, em imposição de brutal sofrimento físico a

considerável parte das populações desses países, entre outras atrocidades. (FRANCO apud SANTOS, 2013, p.140).

Essa possibilidade, tal ameaça de retorno de tempos ditatoriais, é o que está acontecendo no Brasil, em que depois de um forte período de repressão, durante 1964 até metade dos anos 1970, sobretudo, deparamos com essa perspectiva, que tem sido aventada por setores conservadores da sociedade brasileira. No entanto, uma perspectiva de literatura que pode nos auxiliar a lembrar e a manter vivas as atrocidades cometidas naqueles tempos em nosso país se constituiu com o processo de redemocratização; uma literatura de ficção e de cunho jornalístico, que ficou conhecida como “romances de denúncias e reportagens”, na qual se relata os absurdos provocados pela ditadura. Franco (2003) destaca sobre esses tipos de produtos – a literatura de ficção, os romances de denúncias e as reportagens jornalísticas – como:

Ambos têm em comum tanto o fato de resultarem quase que imediatamente do fim da censura como o de almejar denunciar a violência e as atrocidades cometidas pelos militares e, dessa maneira, relatar os acontecimentos políticos da década que até então, por força da interdição, só comportaram a versão oficial dos fatos. (FRANCO, 2003, p. 36).

Conforme Flora Süssekind (2004, p. 92-3), com a redemocratização emergiram um conjunto de obras, o qual chamou de “cárcere do eu”, como as memórias políticas de Fernando Gabeira, Alfredo Sirhis, Gregório Bezerra, Mourão Filho, Hugo Abreu, Abelardo Jurema, Reinaldo Guarany; a reconstrução do tempo perdido por Pedro Nava, na prosa e Drummond, na poesia; além dos relatos autobiográficos de Marcelo Rubens Paiva (*Feliz Ano Velho*) e Eliane Maciel (*Com licença, eu vou à luta*), bem como outros tantos autores com romances centrados nas aventuras de um ego picaresco, como Reinaldo Moraes e Paulo Leminski, ou em fatos históricos, como Márcio Souza e Estáquio Gomes: “tendendo ora para a ficção, ora para o documento”, mas havendo uma trajetória comum a estes no sentido de recuperar a intimidade com o leitor e o perfil do narrador.

Dessa forma, muitos autores procuraram tratar e denunciar o regime e seus autoritarismos e brutalidades que assolavam o Brasil, trazendo em seus textos documentos do horror, abordando exílios, desaparecimentos e torturas, sofrimentos e dores variadas que fruto de experiências diversas, constituindo-se em espaços de dores e em lugares de memórias que ficaram ancoradas e fixadas, impedindo seu esquecimento e servindo de lição para as gerações futuras (DALCASTAGNÈ, 1996, p. 24-5).

Desse conjunto, para ficarmos apenas em Marcelo Rubens Paiva, podemos reafirmar que a obra mencionada, publicada pela primeira vez em 1982, fruto de uma perspectiva memorialista, apresenta uma autobiografia do jovem escritor, mesclado depoimento com doses de humor, um escrito ou uma narrativa do eu que se expõe, dando sentido ao movimento que o cerca, falando, por isso, aos outros (BORGES, 2010, p. 18).

*Feliz ano velho*, conforme Malcolm Silverman (2000, p. 67, 75. 418), trata-se de um inspirado primeiro romance-memória, cujo ponto de partida é a convalescença do autor de um acidente que o deixou paraplégico. Numa prosa autobiográfica, com franqueza e objetividade, Paiva realiza um apanhado de antes e depois desse fato, abarcando o período de sua vida universitária ativa e suas ramificações, a internação hospitalar e as profundezas mais sofridas da infância, narrando acerca do misterioso desaparecimento de seu pai, nas garras dos agentes de segurança, tornando-o um dos mais famosos mártires da ditadura, junto a Vladimir Herzog.

Já passados 33 anos do lançamento de *Feliz ano velho* (1982), Marcelo Rubens Paiva retoma suas experiências acerca do período autoritário num híbrido de memórias políticas, pessoais e familiares em *Ainda estou aqui*, uma obra contemporânea que reflete as amarguras do narrador-personagem que vivenciou e testemunhou os anos ditatoriais, trazendo nesse escrito de cunho memorialístico, por ver na escrita uma forma de superação das marcas do trauma sofrido durante esse período.

Trauma esse que, para o autor, é consequência da perseguição política sofrida por seu pai, por ele e sua família, com o desaparecimento da figura paterna, que os levaram, por durante mais de vinte anos, a ter que conviver com a angústia de não saber o seu paradeiro. Fatos importantes como estes aí fixados nos levam a ver a escrita de Paiva como uma forma de relembrar o ocorrido e de fazer com que o escritor reconstrua sua história em seus livros, impedindo, de certa forma, o esquecimento.

(A narrativa) abrange tanto a denúncia da barbárie e das atrocidades por ele (o inimigo) cometidas como a reconstituição do rosto desfigurado dos mortos, os quais tentaram, no passado, construir uma vida diversa da do atual presente. Narrar as ruínas dessa tentativa é um modo de atualizá-las. (SELIGMANN-SILVA, 2001, p. 366).

Os primeiros relatos de Paiva sobre as angústias vivenciadas durante a ditadura militar vieram a público em 1982, como já dito, pela editora Brasiliense, com seu primeiro livro *Feliz ano velho*, no qual o autor ainda estava vivenciando os males da ditadura e o sofrimento de não saber que destino levou o seu pai. O livro tornou a obra mais vendida no decênio de 1980, ganhando os prêmios Jabuti e Moinho Santista, e foi traduzido para diversos idiomas

contando com mais de duzentas edições; virou peça teatral, dirigida por Paulo Betti, e filme, dirigido por Roberto Gervitz.

Conforme Paiva, ao falar do enorme sucesso desse livro junto ao público jovem, *Feliz ano velho* foi “‘Devorado’ pela moçada na década de 1980, esse romance biográfico ficou quatro anos na lista de best-sellers, virou filme e bateu a marca dos 700 mil exemplares vendidos” (FARIA, 2017). Paiva conta, de acordo com Marcelo Rezende (1997), que, no início, “uma ‘comissão de notáveis’ da Brasiliense foi contra o lançamento. Apenas o editor Caio Graco acreditava na viabilidade. Ele dizia que seria um sucesso e poderia vender ‘uns 10 mil exemplares’”. Porém, ao ser lançado, o livro teve uma acolhida favorável, mas não foi um sucesso imediato. Apenas depois de um ano e meio tornou-se um “cult”, nas palavras de seu autor.

Segundo Rodrigo da Silveira (2005, p. 26), com praticamente 800 mil exemplares vendidos, o livro é considerado o livro dos anos oitenta, e seu sucesso advém do fato do narrador se aproximar do perfil do leitor jovem à medida que produziu uma narrativa dos acontecimentos da época com uma linguagem coloquial, recorrendo a gírias, expressões do dia-a-dia, palavrões. Desse modo empreendeu uma forma de escrita próxima à expressão oral e agradável de leitura ao público sem recorrer aos aspectos sintáticos e semânticos impostos pela nomenclatura gramatical brasileira, carregada de traços que marcam a sociedade brasileira letrada.

Rezende afirma que, passado o instante inicial, *Feliz ano velho* continuou uma referência; explicitamente traduzida em vendas: “Sei que vendeu mais de 700 mil exemplares e não chegou ainda aos 800 mil”, diz Paiva, acrescentando que ainda hoje, entre todos os seus outros trabalhos (como *Blecaute* ou *Não És Tu, Brasil*), *Feliz ano velho* é, a cada mês, a obra mais vendida. A imprecisão de dados de Paiva é consequência direta da trajetória de seu *best seller*. O romance foi lançado pela Brasiliense, depois comercializado para venda direta pelo Círculo do Livro e, agora, pertence à editora Mandarin (REZENDE, 1997).

Seu próximo romance, *Blecaute*, veio à luz em 1986, também pela Brasiliense. Já em 1990, publicou o romance *Ua Brari* e, em 1992, o policial *Bala na Agulha*, inspirado na corrupção dos políticos brasileiros. Conforme o próprio autor:

Em 1986, *Blecaute*, uma viagem para o além da imaginação, realidade não. Em 1990, *UA: BRARI*, Brasil sem saídas, desilusão e um caminho para o outro lado da Terra. Um livro a cada quatro anos [...]. O que une todas essas obras: inquietação. (PAIVA, 1990, p. 227).

Em seguida, Paiva ainda lançou mais quatro livros: *Bala na agulha* (1992); *As fêmeas* (1994), um ensaio sobre sexualidade, resultado de contos e textos publicados em colunas de jornais; *Não és tu, Brasil* (1996), baseado na guerrilha do Vale do Ribeira; e *Malu de bicicleta* (2003), que foi transformado em filme, o mais premiado em 2010. Todos esses livros, conforme Santos (2006, p.4), corroborados pelo julgamento da sociedade brasileira e pela reprovação à intolerância e ao preconceito.

Na esfera teatral, Paiva atuou e atua tanto como dramaturgo quanto como diretor de suas peças, além de produtor de roteiros para filmes e seriados. Nesse campo, estreou como autor teatral em 1989, com a peça *525 Linhas*, que foi dirigida por Ricardo Karman. Em 1998, escreveu outra peça *E aí, Comeu?*, que foi dirigida por Rafael Ponzi e que teve, posteriormente, o título alterado para *Da Boca pra fora*, virando filme, roteirizado pelo autor, em 2013, e também série do canal Multishow, em 2016; com essa peça ganhou o Prêmio Shell de melhor autor em 2000. Paiva também escreveu outras peças que foram dirigidas igualmente por Ponzi: *Mais-que-Imperfeito* (2001) e *Closet Show* (2003). Em 2006, escreveu a peça *Amo-te*, dirigida por Mauro Mendonça Filho. Nesse campo, Paiva ainda adaptou para o teatro o livro *As Mentiras que os Homens Contam*, e em 2003, e estreou sua peça *No Retrovisor*, dirigida por Mauro Mendonça Filho, que virou filme em 2015, com o nome *Depois de Tudo*. Em 2006, escreveu a peça *Amo-te* e, a partir do ano de 2009, o dramaturgo passou a dirigir suas próprias peças, primeiro *A noite mais fria do ano* (2011), *O Predador Entra na Sala* (2012), de sua autoria, e *Deus É Um DJ*, da qual foi tradutor. Ainda figuram entre suas peças teatrais *C'est la vie* (2014) e *Amores urbanos* (2016).

Mas, ainda nos anos de 1980, Paiva, expandindo sua atuação no campo cultural, passou a trabalhar em televisão como diretor, apresentador e produtor: primeiro, na TVA, da *TV Gazeta*, posteriormente na *TV Cultura*, no programa *Leitura Livre*. No período de 1991 a 1994, apresentou o programa de entrevistas *Fanzine*, na *TV Cultura*. Nos anos 2000, escreveu para a *TV Globo* o primeiro episódio do seriado *Sexo Frágil*, um quadro do humorístico *Zorra Total* e a revista semanal *Fantástico*, com Pedro Cardoso. Para a *TV Bandeirantes* escreveu, junto com o roteirista e diretor de cinema Mauro Lima, o seriado *Aventuras da Tiazinha*.

No campo da imprensa periódica, em 2004, trabalhou para o jornal *O Estado de São Paulo* como colunista, aos sábados, em seu folhetim cultural, “Caderno 2”, e como blogueiro do portal [www.estadao.com](http://www.estadao.com). Há anos trabalha na imprensa como cronista, atuando, atualmente, no Estadão, onde aborda questões do mundo contemporâneo com olhos atentos ao campo da política, da cultura e das neuroses urbanas atuais e do passado. Ganhou o prêmio

TopBlog de melhor blog de comunicação em 2006. Ainda neste ano, publicou o livro de contos *O Homem que Conhecia as Mulheres*. Em 2008, lançou o romance *A Segunda Vez que Te Conheci*, que foi transformado em série no canal Multishow, em 2014. Já na segunda década do século XXI, foi quatro vezes finalista do prêmio de melhor roteiro pela Academia Brasileira de Cinema em 2013, 2014, 2015 e 2016. Ganhou o prêmio Cinema da Academia Brasileira de Letras em 2012 pelo roteiro de *Malu de Bicicleta*. Nesse período escreveu também *As verdades que ela não diz* (2012) e os livros infantis *Um Drible, Dois Dribles, Três Dribles*, publicado pela Cia das Letrinhas, e *O Menino e o Foguete*, divulgado na plataforma do Itaú no Facebook.

Com essa vasta experiência no campo da cultura escrita e audiovisual, em agosto de 2015, publicou *Ainda estou aqui*, que foi indicado aos prêmios *Jabuti*, *Oceanos* e *Governador do Estado*, tratando da história de sua família, do assassinato e desaparecimento de seu pai, Rubens Paiva, e da trajetória de sua mãe, Eunice Paiva, ao longo de décadas para denunciar desaparecimento do esposo, além de sua luta pelos direitos indígenas. No ano seguinte, 2016, publicou *Meninos em Fúria: o som que mudou a música para sempre*, abordando o movimento do punk rock brasileiro dos anos 1980, e retomando os tempos de *Feliz ano velho* ao contar como escreveu o livro num momento em que era estudante na USP.

Ângela Faria, ao tratar das histórias do Brasil recontadas por Marcelo Rubens Paiva, considera que os dois últimos “livros do autor sobre a coragem dos punks e da mulher que enfrentou a ditadura militar ensinam sobre momentos cruciais da trajetória do povo brasileiro” e possibilitam esclarecer entrelaçamentos entre História e Literatura, juventude, escola e internet, passado autoritário e presente ameaçado. Conforme a autora:

A fúria dos punks oitentistas e a coragem dos Paiva têm muito a ensinar a este país mergulhado em crise, às voltas com tribunais da internet, escândalos de corrupção, instituições em frangalhos e gente nas ruas defendendo a volta do regime militar. Ainda estou aqui e Meninos em fúria: o som que mudou a música para sempre, livros de Marcelo Rubens Paiva, contam essas histórias do Brasil. O primeiro deveria até ser adotado nas escolas e lido por jovens internautas que não fazem a menor ideia do que é uma ditadura. Marcelo nos leva para dentro de sua casa: o desaparecimento do pai, Rubens Paiva, nos anos de chumbo, a luta da mãe, a saga de uma família que não se deixou destroçar pelo terrorismo de Estado. (FARIA, 2017).

Ainda conforme Faria, ao abordar o contexto do surgimento desses dois textos e a motivação de Paiva para escrevê-los:

Os dois livros dialogam entre si e, principalmente, com o Brasil pós-impeachment de Dilma Rousseff. Ambos surgiram depois dos protestos realizados em junho de 2013, diz Marcelo. “Percebi a desinformação das pessoas a respeito da ditadura militar, das descobertas da Comissão da Verdade, do golpe, da atuação dos DOI-Codis, da luta pela anistia e da Constituinte”, conta, lembrando que sua família viveu momentos emblemáticos da história brasileira, vítima das atrocidades cometidas por representantes do Estado. Por outro lado, os punks expuseram a violência, sobretudo policial, imposta – até hoje, a bem da verdade – à periferia sob a indiferença e até cumplicidade da sociedade. (FARIA, 2017).

Para finalizar essa breve revista da atuação de Paiva, cabe mencionar que atualmente ele é contratado da Editora Companhia das Letras; sendo muito atuante nas redes sociais e, desde 2017, é um dos apresentadores do programa de rádio *Rock Bola*, da rádio 89 FM a Rádio Rock, que mistura música, futebol e humor.

## **2.2. *Ainda estou aqui*: algumas considerações**

*Ainda estou aqui*, décadas depois do primeiro livro de Marcelo Rubens Paiva, ser lançado, rememora e traz de volta a lembrança de fatos por ele vividos, tanto na esfera privada de sua vida como ainda naquela pública, de certo modo, já escritos de forma embrionária e delimitada pelo tempo em que foi elaborada em *Feliz ano velho*.

O livro, como já dito, é dividido em três partes, que são ligadas pelos fios das memórias de Paiva, tratando de fatos ocorridos em sua vida particular e, sobretudo, de acontecimentos ligados ao domínio público de sua existência e de sua família. As partes não são nomeadas, diferentemente dos capítulos que as compõem. No entanto, podemos dizer que a primeira parte é aquela que mais se detém nos aspectos privados do existir do autor, configurando-se em cenas familiares, as quais partem de uma reflexão acerca das lembranças, das memórias carregadas desde o nascimento e que seguem vida afora a trajetória das pessoas, até serem ameaçadas pela “doença do esquecimento”, como o autor denomina o Alzheimer que abateu sobre sua mãe. Assim, partindo de passagens mais próximas de nosso tempo, que na linha da vida figuram próximas ao fim de uma trajetória de uma vida, como a referida doença degenerativa da mãe e o nascimento do filho do romancista em 2014, Paiva nos esclarece como esse “livro sobre memória” foi construído. Se as “histórias são recuperadas. Um puxam outras. As histórias vão e voltam com mais detalhes e referências”, o autor afirma fazer “uma releitura da releitura da vida [de sua] família”, reescrevendo o que já havia escrito sobre “uma das muitas famílias vítimas de muitas ditaduras” (PAIVA, 2015, p. 35, 39).

Nesse movimento, Paiva parte de uma recordação de Antonio Callado, de 1995, presente numa coluna da *Folha de S. Paulo*, rememorando um fim de semana de 1971, quando Callado encontrara Eunice Paiva, preocupada com o marido detido pela Aeronáutica dias antes, entrando assim a tratar da ditadura militar e do desconhecimento de muitos brasileiros sobre o que exatamente ela fora. Daí retorna à sua infância junto a família, trata de suas rotinas, educação escolar, férias, mudanças de cidade, por entre breves remissões ao contexto ditatorial, até chegar ao ano de 1979 quando sofreu o acidente que o deixou paraplégico, o qual fora tratado em seu primeiro livro, *Feliz ano velho*.

Finda essa primeira parte, na segunda, Paiva trata do golpe e dos golpes dentro do golpe, focando, sobretudo, nos anos de 1964 a 1973. Assim, trata do começo do golpe, do que fora, bem como da ditadura que o seguiu, desde suas intenções, instrumentos a que recorreu, como os diversos Atos Institucionais e a montagem da máquina repressiva até chegar à consolidação com o apertar do cerco marcado por prisões, cassações, depoimentos, torturas, exílios, desaparecimentos e as versões oficiais sobre tudo isso.

Por fim, na terceira parte, que trata do processo que veio após o longo luto da família, Paiva fala das lutas e combates contra a ditadura, de sua desagregação, da lenta redemocratização, com o recomeço das manifestações, as contestações às versões oficiais dos fatos, a luta pela Anistia, pelas Diretas já!, o fim da censura, a responsabilização dos militares, voltando novamente de forma mais detida na questão do lembrar e do esquecer, das memórias e perdas com o avanço da doença do esquecimento que abateu sobre sua mãe.

Dessa forma o enredo é tecido em torno da trama ou intriga que envolve uma série de acontecimentos que constituem as experiências do deputado federal Rubens Paiva, pai do romancista, e de sua família no processo desencadeado pelo golpe. Assim, ao mesmo tempo em que temos uma história das fases diversas do regime e suas artimanhas, vamos acessando à própria trajetória do Deputado, que pode ser considerada representativa do que ocorreu com muitos outros perseguidos pelo regime. Nesse sentido, primeiro trata de sua cassação e breve exílio na Europa, depois de seu retorno ao Brasil, a mudança de São Paulo para o Rio de Janeiro, fugindo “do estigma de paulista comunista inimigo da ditadura”, mas onde ocorreu sua prisão e dela seu desaparecimento. E, por fim, a busca e luta dos Paiva por esclarecer o ocorrido e responsabilizar os culpados.

Conforme Flávia MF (2017), em recente resenha para a imprensa goiana, para o *Jornal Opção* sobre *Ainda estou aqui*, que aborda a questão do esquecimento e da memória dos anos da ditadura,

O livro de Marcelo Rubens Paiva, “Ainda Estou Aqui” (Editora Alfaguara, 2015, 295 páginas), segue uma temática constantemente abordada pelo autor: a ditadura militar no Brasil. Não é para menos: é notório o assassinato de seu pai, Rubens Beyrodt Paiva, por militares, em 1971. O ex-deputado, engenheiro e morador do bairro Leblon no Rio de Janeiro foi levado de sua casa por oficiais sem mandado judicial no dia 20 de janeiro e nunca mais foi encontrado. Rubens Paiva, o filho, já é um conhecido e premiado dramaturgo e jornalista. Uma de suas obras mais famosas, “Feliz Ano Velho” (1982), expõe o acidente que o tornou tetraplégico, aos 20 anos de idade, e, nela, já trata do desaparecimento de seu pai.

Ainda consoante MF, o premiado livro tem características biográficas e autobiográficas, ao debruçar sobre acontecimentos ligados aos horrores da ditadura em sua vida e de sua família ao longo de décadas.

“Ainda Estou Aqui”, por sua vez, ganhou o Prêmio Jabuti na categoria de votação popular em 2016, na estreia desta categoria, que foi realizada em parceria com a empresa transnacional Amazon. A obra compreende a tentativa de escrever uma biografia (que se torna, em partes, uma autobiografia) homenageando a história de força e coragem de sua mãe, Eunice Paiva. Mas tal tentativa funciona apenas de modo parcial. Talvez por ainda lidar com os fantasmas de uma perda tão violenta, potencializada pela luta de anos da família pelo reconhecimento desse assassinio – já que o corpo do pai nunca foi encontrado e, por mais de duas décadas, foi dado oficialmente apenas como “desaparecido” – a história acaba se voltando para o horror daqueles anos nebulosos. (MF, 2017)

O que não é difícil entender o porquê, levando em conta que a família Paiva levou décadas para conseguir provar que Rubens havia sido morto e preso pelos militares, e por mais que seja uma conquista, a perda de um pai e de um marido jamais será preenchida. Além de nunca poderem, literalmente, enterrar esse momento tão duro em suas vidas, tendo em vista que o corpo de Paiva nunca foi encontrado.

Ainda de acordo com MF (2017), a narrativa do livro parte da figura de Eunice Paiva, que nos dias de hoje sofre de Alzheimer, e traça sua trajetória nos encontros com o regime e com a justiça brasileira:

O percurso enfrentado por ela, que acompanhamos ao longo dos capítulos que descrevem, de forma não linear: a entrada de militares em sua casa, a prisão de seu esposo e, posteriormente, a sua e da filha de 15 anos, a ausência de notícias, o desespero dos parentes e amigos, sua formação tardia em nível superior, o sucesso na carreira após os 50 anos e a batalha constante por respostas que permeou todos esses acontecimentos. Todo este percurso nos mostra uma mulher que decidiu ser mais do que uma viúva inconsolável.

[...] Nos bastidores, nunca desistiu de buscar uma postura do governo sobre o caso, enfrentando a resistência dos militares. Reinventou-se como mulher, deixou no passado o papel de dona de casa perfeita, graduou-se no curso de direito como resultado da ânsia por justiça, e, depois de formada, também passou a atuar em prol do direito indígena e dos direitos humanos, com o reconhecimento que a levou a participar de reuniões das Nações Unidas (ONU) na Europa.

Segundo Mariana Filgueiras (2015), em *Ainda estou aqui*, Marcelo Rubens Paiva expõe um delicado acerto de contas com a mãe, ao escrever nova obra depois de a Comissão da Verdade elucidar a morte de seu pai pela ditadura.

Trinta e três anos depois do best-seller “Feliz ano velho”, em que relata o acidente que o deixou tetraplégico, o escritor Marcelo Rubens Paiva volta a escrutinar a própria história no livro “Ainda estou aqui” (Objetiva), que chega esta semana às livrarias. Desta vez, o ponto de partida é a própria infância, quando sofreu o primeiro grande trauma da sua vida: o desaparecimento do pai, o deputado federal Rubens Paiva, cassado no golpe de 1964, torturado e morto por militares em 1971. Só no ano passado o autor pôde escrever com convicção a última frase: “torturado e morto por militares”. Foi quando a Comissão Nacional da Verdade conseguiu elucidar o caso do desaparecimento do político, um dos mais emblemáticos da ditadura: no segundo dia de tortura, Rubens Paiva não resistiu e seu corpo foi enterrado e desenterrado antes de ser lançado ao mar, confirmaram as testemunhas. A informação causava um alívio confuso aos Paiva — sentimento que ficou ainda mais perturbador quando o escritor viu surgir, na mesma época, passeatas que pediam a volta do regime militar. “A única forma de resolver essa angústia era escrever”, diz Marcelo, que no mesmo ano havia tido o primeiro filho, o que ampliou seu senso de urgência em contar a própria história. (FILGUEIRAS, 2015).

Desse modo, no contexto “do colapso do diálogo e da política”, considerando que seu “papel é escrever” (PAIVA apud FARIA, 2017) para esclarecer, o autor mostra como, por meio dessas obras, se produz lugares de memória (NORA, 1993) sobre suas experiências com a ditadura, vendo na escrita delas uma forma de superação do ocorrido e, mais do que isso, um relato de suas memórias, para que essa história não se repita.

Ainda vejo o facho, não quero me afastar. Existem várias formas de contar a história sobre a memória e a falta dela. Procurarei a fogueira no alto quando o mar me puxar. Vou pra voltar. Quem nadou em mar aberto sabe: antes de lutar contra a correnteza, é melhor deixar-se levar por instantes; é preciso ter a calma e a coragem; a correnteza enfraquece, então saímos fora. (PAIVA, 2015, p.35)

De tal forma, a autobiografia de Paiva tem o poder de não deixar que os mortos e suas dores caiam no esquecimento, assim como pode contribuir para atualizar o que em outro momento foi razão de angústias e sofrimentos. O passado que o afetou tão fortemente, o motivou e incentivou a relatar sua história em seus textos literários.

Foi por conta do desaparecimento de seu pai, Rubens Beyrodt Paiva, ex-deputado cassado pelos militares, um político engajado no combate contra a ditadura e, por essa razão, sendo preso e nunca mais visto, que Paiva começou a escrever sua história como um jornalista e como um escritor engajado politicamente, principalmente no que se refere a elucidar os males sofridos por ele e sua família durante a ditadura civil-militar.

De acordo com Paiva, ele começou o livro pela história de seu pai, “pelo fato de muitas coisas terem sido reveladas depois” que publicou *Feliz ano velho*, em 1982; livro, de início, nem era sobre seu pai, mas sim sobre sua geração e seu acidente, apenas falando de seu pai *en passant*.

Mas o que era para ser um livro sobre a história do pai acabou se transformando em um acerto de contas com a mãe, Eunice Paiva, personagem fundamental na luta da família contra a ditadura, que hoje sofre de Alzheimer [...] O título do livro, “Ainda estou aqui”, é a frase que a mãe parece querer dizer a cada confusão mental, Marcelo dá a entender nas entrelinhas. Nas linhas, é um relato descarnado, no qual reconhece a importância de Eunice no episódio histórico (“ela atuou muito mais contra a ditadura do que meu pai”). (FILGUEIRAS, 2015).

Remetendo ao momento e ao contexto em que começou a escrever o livro, Paiva reafirma a necessidade de ainda tratar sobre o que foi o regime ditatorial brasileiro:

Mas, a partir de 2013, 2014, a Comissão da Verdade começou a revelar novas informações sobre o desaparecimento do meu pai. O Ministério Público Federal conversou com os torturadores que estavam presentes quando ele foi morto. Isso foi o ponto de partida. Em 2013, nas manifestações de junho, aquele movimento que começou pela redução do preço da passagem e acabou eclodindo em pedidos de volta da ditadura, comecei a ficar muito assustado. Aí senti essa necessidade de escrever um livro dizendo o que foi a ditadura. O que foi a saga de uma família que sofreu com a ditadura. Eu me lembro de navios de guerra chegando à Praia de Ipanema no dia do AI-5, todo mundo tomando sol, na praia, os detalhes da prisão dos meus pais, eu com 5 anos sem pai e sem mãe, depois o desaparecimento do meu pai, o luto da família, a luta da minha mãe pela anistia, pelas Diretas Já, pela Constituinte. Ela esteve à frente de todos esses movimentos. (PAIVA apud FILGUEIRAS, 2015).

Ressaltando o papel e a atuação de sua mãe contra o regime autoritário, Paiva considera que ela

atuou muito mais contra a ditadura do que meu pai. Meu pai foi cassado no Golpe de 64 e voltou a ser engenheiro no Rio, no máximo ajudando quem precisava sair do Brasil. Nunca foi a favor da luta armada e nem aliado de nenhuma organização. A minha mãe, não: ela denunciava desaparecimentos e torturas. Depois de 1971, ela recebia constantemente correspondentes internacionais em casa, ia à ONU. Ela foi uma militante pelos direitos humanos, depois pela causa indígena. Meu pai foi uma vítima da ditadura, minha mãe atuou para derrubar a ditadura, com cinco filhos, tendo que fazer tradução para pagar a escola das crianças. Só depois disso ela se formou advogada e abraçou a causa indígena. Foi uma personagem única. Depois, quando ela decidiu curtir a vida, comprou um apartamento no Rio e descobriu o Alzheimer.

[...] Ela era a porta-voz da família, sabia os detalhes, tinha uma inteligência afetiva muito superior a todos nós. (PAIVA apud FILGUEIRAS, 2015).

Paiva, apesar de possuir pai político, membro das câmaras federais, teve uma infância típica de classe média até janeiro de 1971, quando teve sua vida revirada pelo desaparecimento daquele. A partir daí o sofrimento e desafios que ele e sua família passaram, foram traçando a vida de Paiva à qual buscou, posteriormente, contar como escritor.

Nascido em São Paulo, em 1959, com seis anos de idade se mudou para o Rio de Janeiro em 1966, após seu pai, o ex-deputado federal socialista, ser cassado e exilado pelo Golpe de Estado civil-militar instaurado em 1964. Estudou no Colégio Andrews, situado em Botafogo, em 1971, quando, aos onze anos, experimentou o primeiro trauma da sua vida, o desaparecimento de seu pai, que, depois de ser preso, torturado e morto nas dependências do DOI-CODI na cidade do Rio de Janeiro, nunca teve seu corpo encontrado, obrigando sua família a se transferir de volta para São Paulo, em 1974.

DOI-Codi era sigla para Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna, que foi uma instituição oficial da ditadura onde haviam representantes de todas as forças policiais; possuía fartos recursos financeiros e tecnológicos. Segundo Magalhães (1997, p. 2), as atividades dessa instituição eram estrategicamente planejadas e orientadas a partir da disciplina militar, com o propósito de enfrentar o que os próprios agentes acreditavam ser uma “guerra revolucionária”.

Falando de sua estadia no Rio de Janeiro, Paiva afirma que em 1971 ficava muito tempo sozinho no banco da escola, pois “A ditadura apertou” e algumas famílias amigas seguiram para o exílio, mas seu “pai foi preso e morto naquele ano”. Nesse contexto,

Muitos passaram a me evitar. Eu era filho de um terrorista que atrapalhava o desenvolvimento do país, eles aprendiam com alguns pais e professores, liam na imprensa, viam nos telejornais. Meu pai era membro ‘do terror’. (PAIVA, 2015, p. 70-71).

Estudou no tradicional Colégio Santa Cruz, onde escrevia e publicava no jornal da escola; escrevia também letras de música e chegou a ser finalista do Festival de Música Universitária da TV Cultura, em 1979. Nos idos de 1974, em São Paulo, nas aulas de uma professora “radical” e de outro professor marxista, que foi “preso num dia de aula, levado ao DOI-Codi e torturado, que nos doutrinaava com textos de Marx e Engels sobre a mais-valia”, sua turma combatia os capitalistas, banqueiros, varejistas, industriais, donos e herdeiros de empresas. Nesse contexto “Ao todo, três professores do colégio foram presos naquele ano de 1975, o da grande caçada ao PCB, que deu na morte de Hergoz.” (PAIVA, 2015, p. 79-80).

Já em Campinas, em fins dos anos 70, estudou engenharia agrícola na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, quando morou em república de estudantes. Por essa época, com 20 anos, sofreu outro trauma ao saltar em um lago e fraturar uma vértebra da coluna cervical, ficando paraplégico. Após tratamento de fisioterapia e terapia ocupacional, voltou a mover as mãos e os braços, entrando para a Universidade de São Paulo - USP, na Escola de Comunicações e Artes, em 1982, e passando a escrever em fanzines e revistas literárias, como *Leria Livros*, até figurar fatos da sua vida, inclusive sobre a ditadura e desaparecimento de seu pai, em seu primeiro livro, *Feliz ano velho*. Formou-se em Rádio e TV pela USP e em Teoria Literária pela UNICAMP. Estudou dramaturgia no Centro de Pesquisa Teatral do Serviço Social do Comércio, em São Paulo, com o afamado diretor teatral Antunes Filho e iniciou a escrita também para teatro.

Como já mencionado, *Ainda estou aqui*, foi publicado em 2015, trinta e cinco anos depois do lançamento do seu primeiro livro em 1982, *Feliz ano velho*. Apesar dos dois livros abordarem as agonias e as memórias de Paiva sobre a ditadura, *Ainda estou aqui* é um livro com uma escrita muito mais amadurecida, muito pelo fato de que o escritor tinha apenas 22 anos quando escreveu o primeiro livro, mas também pelo próprio amadurecimento e esclarecimentos dos fatos do que havia acontecido com seu pai e da luta empreendida por sua mãe para desvelá-los.

Quando *Feliz ano velho* foi escrito, Marcelo R. Paiva e sua família ainda não sabiam com clareza o que havia acontecido com Rubens B. Paiva; havia apenas 11 anos que o deputado fora levado pelos militares da Aeronáutica para o DOI-CODI (Centro de Operações de Defesa Interna - Destacamento de Operações de Informações) e muitas questões estavam

sem respostas. Que fim levou Rubens Paiva? Ele morreu nas mãos dos militares? O que foi feito do seu corpo? Perguntas essas que atormentavam a vida de Marcelo R. Paiva e de sua família, pois lutavam pela busca da verdade e que a justiça fosse feita.

Quando em 2015, data de lançamento de *Ainda estou aqui*, essas perguntas haviam sido em partes esclarecidas, Paiva retoma, neste livro, questões pendentes que estavam entaladas na sua garganta há anos. Um livro com uma prosa mais segura, trazendo um relato muito pessoal que tem como princípio a história recente do país, história que se liga de forma inequívoca à sua vida e de sua família. Um livro muito mais maduro, repleto de emoção, ironia e humor que o autor tenta transmitir a respeito de assuntos tão pesados, como o desaparecimento de seu pai e a doença de sua mãe Eunice Paiva, advogada, portadora de Alzheimer, já a está altura, mas que lutara antes incessantemente para esclarecer seu desaparecimento. Conforme Faria (2017), essa “mãe coragem”, não aparece na letra de *O bêbado e a equilibrista*, canção de João Bosco e Aldir Blanc, lançada em 1979, mas merecia estar neste “Hino da Anistia” junto a Marias e Clarices, pois o livro “é um tributo ao empoderamento feminino, praticado muito antes de essa palavra virar moda”.

O livro, que perpetua a forma de expressão literária empreendida por Marcelo R. Paiva desde o início de sua carreira, emprega uma linguagem coloquial recheada de palavrões e um estilo de escrita que fala e atingem aos jovens. Porém, não nos parece oportuno restringir sua inserção apenas ao universo do público jovem, seria um reducionismo, visto que sua obra repercute junto a outros segmentos sociais mais vastos, que podemos categorizar, de forma difusa, como sendo compostos por pessoas interessadas e atentas às diversas questões candentes do mundo contemporâneo. Ao falar de sua opção de vida e sua trajetória pelas letras, comenta que sua mãe tinha orgulho de sua escolha pela literatura, mas que:

Reclamava de duas coisas apenas: do meu cabelo despenteado e do meu estilo literário e dramático com palavrões. Não se importava com a linguagem coloquial, que parte da crítica chamava de subliteratura. Logo ela, letrada, com dois diplomas, tinha um filho que não respeitava a norma culta, escrevia de um jeito que chocava os acadêmicos e por vezes era chamado de semianalfabeto. Ela não se importava, porque ela, durante muitos anos, foi minha revisora, respeitava o estilo, entendeu minha proposta, corrigia as informações erradas ou os erros que nem o coloquialismo sustentava, mas respeitava a linguagem. Nos meus primeiros livros e artigos, pode contar: tem a mão dela na revisão. (PAIVA, 2015, p. 212-213).

Essa característica de sua escrita, uma linguagem sem rebuscamento, advém de seu posicionamento político e sua perspectiva literária, pois segundo ele tem “o maior bode das

palavras complicadas”, que dão aparência de coisa formal, e adora “falar gíria, palavrão”. Paiva, afinal, não estava buscando ser um escritor desleixado e anônimo, ao contrário, visava acessar o público jovem, deixando de lado a dita “qualidade literária”, pautada por cânones já consagrados. Com isso, o escritor estabeleceu uma necessária correlação entre o contexto social, cultural e político e o discurso que produzia, sem, no entanto, recorrer ao rebuscamento da língua portuguesa. Usando uma linguagem inovadora e transgressora, Paiva produziu *Feliz ano velho* com expressões cotidianas, palavrões, gírias..., características que fazem com que o livro fuja dos padrões linguísticos exigidos numa produção culta. Esse aspecto, que faz com que o autor acabe não se enquadrando nos cânones literários clássicos marcados pela perfeição na forma de expressão literária, é manifestado e pode ser percebido em sua obra como um todo e em vários momentos. Ele expressa suas ideias de maneira próxima ao falar cotidiano, com elementos da chamada “expressão oral da juventude” (SILVEIRA, 2005, p. 26-7, 42, 44).

Sobre sua linguagem literária empreendida em *Feliz ano velho* e seguida nas obras seguintes, talvez de forma menos radical, Paiva, por época que seu livro chegava à adolescência, afirmou: “Eu queria escrever um romance em linguagem coloquial e para isso tive que desrespeitar regras de sintaxe”. Na editora, continuou ele, “uma revisora fez todas as correções e transformou o texto em algo mais empolado. Foi Caio Fernando que percebeu e não permitiu que fosse lançado assim. Apenas isso”. Assim, “a escrita cotidiana venceu”, e Paiva pensava que talvez, nos próximos 15 anos, *Feliz ano velho* fosse lembrado pela “releitura da língua”, fruto de seu desejo de escrever “um romance não em português, e sim em brasileiro. Uma outra língua criada no caos urbano”. (REZENDE, 1997).

Ainda nesse aspecto, referente à linguagem do livro e do autor, e da forma como ele foi produzido, de acordo com MF (2017):

A linguagem do livro passa longe das formalidades. Marcelo utiliza palavrões, gírias; é direto nas descrições. O que pode não agradar a alguns leitores traz, ao mesmo tempo, um olhar muito sincero e aberto sobre os acontecimentos. Ao mesmo tempo estão presentes exposições técnicas sobre o Alzheimer, o que torna a leitura ainda mais rica, posto que esclarecem dúvidas sobre a evolução da doença. Além disso, há também trechos dos processos sobre o desaparecimento do ex-deputado e de depoimentos sobre o assunto, grande parte em formato de citações. Assim, o autor consegue passar parte da sensação de pesquisa e descoberta, tanto sobre a patologia, quanto sobre os fatos relacionados a Paiva que ficaram por anos na obscuridade. (MF, 2017).

Ao dar continuidade à reflexão sobre a constituição da narrativa, MF (2017) ressalta o papel de relevo dos diversos depoimentos que Paiva recolhe e incorpora em seu texto.

A narrativa mescla a biografia da mãe, vítima de Alzheimer, com a do próprio autor, e devagar vai delineando um quebra-cabeças ao redor dos acontecimentos que se deram com o pai, naqueles dias sombrios de janeiro em 1971. É possível apreender da leitura toda a sensibilidade que Paiva imprime a respeito da forma como seu pai foi levado, a crueldade com que foi torturado. Os depoimentos que deram as últimas pessoas que o viram no quartel do Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) sobre a situação em que se encontrava após os interrogatórios – severamente machucado e desorientado – são peças importantes para compreender o terror vivido no início daquele ano. (MF, 2017).

Desta forma, como podemos observar, para além de sua própria memória e das lembranças das vivências durante a ditadura e também de seus familiares, Marcelo R. Paiva, reconstruiu os fatos do passado por meio de outras fontes e suportes de memória, como documentos da época, dentre eles gravações de programas de Rádio (*Rádio Nacional*), atestados de Cartórios, cartas pessoais e oficiais, declarações diversas de pessoas, matérias e manchetes de jornais (*Folha de S. Paulo, O Globo, Jornal do Brasil, Tribuna da Imprensa, Estadão, The Times, The Guardian ...*) e de revistas (*Manchete*), manchetes de telejornais, relatórios de sindicância, depoimentos vários à jornalistas e à justiça, ofícios de instituições, comissões (Comissão Nacional da Verdade) e pareceres de órgãos oficiais, leis... Nesse sentido, por exemplo, ele recorre à matéria do dia 4 de fevereiro do jornal *Estadão*, que noticiou a soltura de sua mãe, Eunice Paiva, a qual afirmava não ter informação alguma sobre o paradeiro de seu marido:

Assim que é solta, Eunice entrega uma procuração ao advogado Lino, para que cuide do caso. Ela não dá declarações sobre os doze dias presa, apenas afirma que não conseguiu saber de Rubens. Na entrevista, Eunice diz que apenas “quer ter o marido de volta” e que os cinco filhos ficam perguntado pelo seu pai. (PAIVA, 2015, p.147).

Fontes estas que são contribuições importantes que reforçam a memória de Marcelo R. Paiva e impedem que muitos aspectos não se esvaíam com o tempo. Outro exemplo é uma gravação de seu pai, que montou a Rede da Legalidade na Rádio Nacional para opor ao regime, e que foi encontrada nos arquivos da emissora em 2014, convidando outras rádios a aderirem ao movimento. Por meio dela ele pode ouvir novamente sua voz e sua conclamação

às outras emissoras: “há quarenta e três anos nós não ouvíamos a sua voz” (PAIVA, 2015, p. 97):

Me dirijo especialmente a todos os trabalhadores, os estudantes e a todo povo de São Paulo tão infelicitado por este governo fascista e golpista que neste momento vem traindo seu mandato e se pondo ao lado das forças da reação. [...] Julgamos indispensável que todo o povo se mobilize tranquila e ordeiramente em defesa da legalidade, prestigiando a ação reformista do presidente João Goulart, que neste momento está com seu governo empenhado em atender todas as legítimas reivindicações de nosso povo. (PAIVA, 2015, p. 97).

Por meio de tais suportes que auxiliam sua memória e por tal forma de escrita, é que ficamos sabendo que mais de quarenta depois da morte do deputado cassado, é que a família Paiva pôde, enfim, colocar pontos finais em tantas questões que atormentavam suas vidas, pois os militares, por muito tempo, divulgavam uma justificativa fraudulenta, dizendo que o deputado havia sido sequestrado. Justificativa essa que sua esposa Eunice sabia não ser verdadeira e que, durante anos, lutou para que a verdade viesse à tona e que fosse feita à justiça para seu marido.

Rubens Paiva morreria muitas outras vezes, em muitos outros foros. Eunice, sua viúva, bateu à porta do Superior Tribunal Militar e do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Sabia que o marido estava morto, mas pedia que se investigasse a versão farsesca do episódio do Alto da Boa Vista. Foi sempre barrada pelo endosso que os comandantes militares deram àquele sequestro fraudulento, tão parecido com a deserção dos mortos fabricada pelo capitão Dalgio no BIB. (GASPARI, 2003, p.336).

E se demorou tanto tempo para que as atrocidades da ditadura viessem à tona, muito maior foi a demora por respostas dadas àqueles que foram vítimas do regime. Por muito tempo a família Paiva teve que conviver com a dúvida e angústia sobre o destino que Rubens Paiva havia tido. Somente em fevereiro de 1996, Eunice Paiva recebeu o atestado de óbito do marido e pôde, finalmente, ser considerada viúva:

Certifico que, em 23 de 1996, foi feito o registro de óbito de Rubens Beyrodt Paiva. Profissão, engenheiro civil. Estado civil, casado. Natural de Santos, neste Estado. Nascido em 26 de dezembro de 1929. Observações: Registro de óbito lavrado nos termos do Artigo 3º da Lei 9140 de 4 de dezembro de 1995. (PAIVA, 2015, p.38)

A lei em questão foi promulgada durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, por pressão do próprio Marcelo R. Paiva, que se viu incomodado quando o então presidente desconversou sobre a questão num momento em que a “Anistia Internacional cobrava uma posição sobre os desaparecidos políticos”. Segundo Marcelo R. Paiva, FHC era amigo íntimo de seu pai e, ao escrever, então, um artigo para a revista *Veja*, cobrou respostas concretas por parte do presidente:

O Brasil ultrapassou sem grandes turbulências o processo de transição. Anistiados foram indenizados, recuperaram seus cargos e alguns experimentaram e experimentam o poder, como é o caso do atual presidente. Os familiares dos mortos pela ditadura que tiveram os corpos devolvidos puderam requerer indenizações. No entanto, restam 144 famílias de desaparecidos presas a uma espécie de limbo da história. (PAIVA, 1995, p.107).

E Paiva continua o desabafo por sua família ter que viver tantos anos com aquela incerteza:

Há 25 anos, a família Rubens Paiva está engasgada: 25 anos!!! Até hoje, temos dificuldades em tocar os negócios da família, já que o estado civil de Eunice Paiva, minha mãe, é incerto. A quem interessa prolongar esse estado de incerteza? Que tipo de democracia é essa que maquila seu passado? Não é possível que um regime consolidado tenha medo de olhar para trás. (PAIVA, 1995, p.107).

O artigo teve grande repercussão e a família de Paiva e outras 143 famílias tiveram sua resposta. “Com José Gregori, outro amigo do meu pai, seu ministro da Justiça, redigiram a Lei 9140” (PAIVA, 2015, p.40).

Artigo 1º: São reconhecidas como mortas, para todos os efeitos legais, as pessoas relacionadas no Anexo I desta Lei, por terem participado, ou terem sido acusadas de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e que, por este motivo, tenham sido detidas por agentes públicos, achando-se, desde então, desaparecidas, sem que delas haja notícias. (PAIVA, 2015, p. 39)

Com essa Lei, a família Paiva pôde, finalmente, “velar” a memória de Rubens Paiva, e sua mãe, Eunice Paiva, teve o que era de direito há muito tempo:

Depois de vinte e cinco anos, minha mãe pode enfim se considerar viúva, mexer em aplicações bancárias do meu pai, bens, fazer um inventário. Graças a uma lei que o governo Fernando Henrique se viu forçado a promulgar [...]. (PAIVA, 2015, p. 40).

Outra questão que mudou os rumos da última obra de Marcelo R. Paiva em relação ao seu primeiro livro acerca do problema, mesmo que tardio, foi em 2014, quando a Justiça Federal do Rio de Janeiro abriu um processo contra cinco militares acusados pela morte e ocultação do cadáver de Rubens Paiva, no ano de 1971. E não só para família Paiva, mas para tantas outras famílias que tiveram seus membros desaparecidos por conta da ditadura, foi uma das maiores vitórias conquistadas no Judiciário desde a volta da democracia. Pela primeira vez, em quase 30 anos, um juiz federal<sup>2</sup> aceitou uma denúncia criminal do Ministério Público Federal por um homicídio que foi cometido durante a ditadura militar (DAL PIVA, 2016).

O histórico das decisões obtidas na Justiça brasileira em ações de responsabilização criminal contra militares não era favorável às vítimas. As primeiras vitórias de familiares de mortos ou desaparecidos políticos ocorreram no âmbito cível, em ações declaratórias de responsabilidade da União em casos de morte sob tortura ou desaparecimentos. Clarice Herzog iniciou o processo em 1976, um ano após o assassinato do marido, o jornalista Vladimir Herzog. Em 1978, a 7ª Vara Federal de São Paulo aceitou o pleito e condenou o Estado pela morte de Vlado (SÃO PAULO (ESTADO), [S.d.]). Em 1987, Dilma Borges Vieira, viúva de Mário Alves, ex-dirigente do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), conseguiu que a União fosse declarada responsável pelo desaparecimento de Alves em janeiro de 1970. A ação foi movida a partir de depoimentos de presos que ouviram seu suplício no quartel da Polícia do Exército na rua Barão de Mesquita em 1970 – mesmo local onde seria instalado o DOI-CODI do Rio de Janeiro alguns meses depois. (DAL PIVA, 2016, p.34).

Ressalta-se que, ao narrar essa história da família Paiva, o escritor não apenas fala de si, do eu e dos seus, MF (2017) entende que o livro fala de um coletivo, de grupos mais amplos de nossa sociedade que foram atingidos e violentados pelo regime ditatorial.

O bordão usado por Eunice “A família Paiva não chora em frente às câmeras!” traz ao leitor um sentimento de orgulho e força, que pode ser entendido da seguinte forma: quando uma família é vítima de uma ditadura, não apenas ela é violentada, mas a nação toda, a humanidade como um todo. Essa é a mensagem ensinada pela verdadeira heroína da família. Apesar do esquecimento ao qual sua mente está fadado, a memória dos dias de violência será seu legado para o país. Independentemente dos vieses ideológicos, o que importa, em qualquer circunstância histórica, é a vida humana e sua integridade. (MF, 2017).

---

<sup>2</sup> O então titular da 4ª Vara Federal Criminal era Caio Márcio Gutterres Taranto.

Em *Ainda estou aqui*, Paiva consegue atar pontas que estavam soltas quando *Feliz ano velho* foi escrito. O escritor não deixou passar em branco tal episódio, expondo os anseios e angústias vividas por ele e sua família durante tantos anos.

Só recentemente, em 2014, o quebra cabeça foi completado pelo Ministério Público Federal do Rio de Janeiro. Nos cinquenta anos do golpe militar, tivemos a conclusão da Comissão Nacional da Verdade, com a morte de dois militares envolvidos diretamente, cujos documentos escondidos em suas casas vieram a público, e testemunhas de pessoas de dentro do DOI, que começaram a falar. Foi quase completado. Está tudo na internet. Até no Youtube. É público. Falta o principal, o corpo. (PAIVA, 2015, p.165).

A menção que o autor faz ao corpo nunca encontrado de seu pai é uma das pontas soltas que Paiva sabe que jamais conseguirá juntar. Também em 2014, um coronel, Paulo Malhões, revelou à Comissão da Verdade que o corpo do ex-deputado Rubens Paiva, foi jogado em um rio de Itaipava, na Região Serrana do Rio (CORONEL... 2104), deixando claro que nunca seria encontrado.

O sofrimento de não poder enterrar o corpo de seu pai e colocar ponto final e definitivo nesse processo constituído pelo momento mais difícil para Paiva e sua família, teria, assim, prosseguimento. Paiva tenta encaixar o desaparecimento do seu pai com a história de sua mãe, que precisou se reinventar e superar tanto trauma causado pelo desaparecimento do marido, vindo, inclusive, a cursar Direito depois desse episódio fatídico, tornando-se uma advogada de renome e de quem Paiva trata com orgulho em seu livro.

Não foi ser na vida uma digna mãe italiana, mas uma advogada tão eficiente e requisitada que, aos setenta anos, nunca a deixavam se aposentar. Ela tentava, mas dobravam seus honorários, mesmo quando o Alzheimer subia pelo elevador sem ser anunciado. (PAIVA, 2015, p.48).

Apesar de tratar da vida pessoal de Paiva, esse livro tornou-se uma fonte importante para a História, assim como uma diversidade de biografias que carrega fatos históricos vividas por quem viu de dentro a história sendo feita, por quem foi testemunho do tempo e de seus fatos. É o que acontece com o autor, que não só viveu durante a ditadura militar, como também sofreu na pele os males desse período causados pelos agentes do autoritarismo.

Em *Ainda estou aqui*, Paiva faz um vai e vem dos anos de sua vida, desde sua infância tranquila, até os anos de aflição e incertezas que ele e sua família passaram a partir do momento que seu pai foi preso pelos militares. Na segunda parte de seu livro, o escritor

começa contextualizando como seu pai foi parar no meio político. Enquanto era anunciado no Brasil que Getúlio Vargas havia se suicidado, Paiva conta que seus pais estavam em Moscou.

Era uma época em que muitos iam à União Soviética conhecer a “tecnologia de ponta” e as propagandas maravilhas do mundo socialista. [...] Na volta, gastou toda a poupança da família, que morava de aluguel, investindo na sua campanha a deputado federal de 1962. (PAIVA, 2015, p.89, grifos do autor).

Eleito, veio a ser cassado em 1964, logo após o golpe. Nesse momento, Paiva começa o depoimento de como sua vida foi afetada pela ditadura e o desaparecimento de seu pai: “Quando morreu, em 1971, por causa da política, vivíamos ainda numa casa alugada” (PAIVA, 2015, p.90). A partir daí o livro de Paiva fornece dados importantes para a História, pois traz fatos de quem viveu dentro da ditadura militar em todo seu sentido. Características que a literatura autobiográfica pode proporcionar.

Renato Cordeiro Gomes destaca justamente a importância da autobiografia, especialmente de autores jovens como Marcelo Rubens Paiva, enfocando como o sujeito se constitui a partir da escrita do vivido e como a autobiografia se difere a outros tipos de literatura. Autores e textos autobiográficos

[...] dramatizam e documentam a história próxima e vivida, que torna visível a “aderência à imediatez do vivido”, para usar a expressão de Davi Arrigucci Jr. Presos ao que acabaram de viver, buscam descalçar a fala reprimida do Outro, desprovido de voz e marginalizado pelos donos do poder. “Deixando-se irrigar pelas águas revoltas da subjetividade” (Silviano Santiago), os ex-exilados, mesclando aventura e avaliação de sua ação política, oferecem uma história que não se quer totalizadora e mostram a História a contrapelo. Oferecem ao público, ávido em conhecer o avesso da versão oficial dos anos de repressão, um discurso persuasivo que detém um saber que vem do vivido – a sabedoria de que fala Walter Benjamin -, e que não é mais pura informação. (GOMES, 1988, p.3, grifos do autor).

Mesmo que o livro tenha sido escrito mais de cinquenta anos após o golpe e trinta anos depois do fim da ditadura, Paiva consegue trazer em suas páginas temas mais que pertinentes da nossa atualidade, na qual o país vive uma ainda democracia fragilizada, ameaçada por uma direita conservadora e retrógrada, incentivada por uma mídia manipuladora que outrora foi conivente com o golpe. Desse modo, o autor mostra como a autobiografia de Marcelo R. Paiva se apresenta como importante e totalmente pertinente para a história da nossa realidade atual e para a escrita de nossa História do passado.

A falta de informação sobre o que de fato foi a ditadura civil-militar ainda ronda a maioria da população, levando muitos à percepção precipitada e totalmente errônea sobre o que foram os “anos de chumbo”. E muito se deve à falta de informação a que essas pessoas são submetidas.

Além disso, segundo Paiva (2015), naquele momento ninguém acreditava no golpe, que foi uma ameaça edificada por dois anos, mas que em 1964 se tornou realidade. “Era celebrado pela grande imprensa e por muitos civis. Era apoiado pela Igreja. Basta! Chega de baderna comunista!” (PAIVA, 2015, p.98). Já é de conhecimento histórico, que o golpe militar foi apoiado por grande parte da população do país, dado que significa para os historiadores que o regime não foi resultado de um “golpe militar” e, sim, de um “golpe civil-militar”. Nesse sentido, acerca da presença civil apoiando os militares, Paiva afirma:

A famosa caixinha da Fiesp, de empresários que financiavam o centro de tortura da Oban, que inspirou os DOI-Codis, era passada pelo Henning Boilesen, da Ultragás, e dizem que frequentava as sessões, para assistir a garotos de ponta-cabeça levando choques. Empresários davam dinheiro e equipamentos para ajudar no combate ao ‘terrorismo’, que atrapalhava os negócios. Boilesen foi justificado pelo Movimento Revolucionário Tiradentes e a Ação Libertadora Nacional (ALN), organização que ajudou a destruí-lo, metralhado numa rua dos Jardins, perto de onde mataram Marighella. (PAIVA, 2015, p. 194-195).

Mudanças nos rumos da história política, graças à opinião pública, está longe de ser um fato isolado do Brasil. Jean-Jacques Becker, afirma que a preocupação com a opinião pública não é uma ideia nova.

A opinião pública integra-se no processo histórico e muito em particular na história da política: se a história é também explicação do passado, não existe explicação completa sem que seja elucidado o papel desempenhado pela opinião pública. (BECKER, 2003, p.201).

Contudo, Becker alerta: “Não é por desempenhar um papel no processo histórico que a opinião pública tem ‘razão’. [...] a opinião pública se engana” (BECKER, 2003, p.201). Caso este, do engano da opinião pública, que vemos atualmente acontecer no Brasil e que, em decorrência de uma democracia ainda muito frágil, podemos ver novamente se repetir. Portanto, avaliamos aqui que se se considera que “a opinião se engana” e que a consciência histórica se forma e se desenvolve por meio de diferentes agentes e espaços educativos diversos, como já dito, ressaltamos a necessidade de nos instrumentalizar para adentrarmos e

agirmos de modo mais efetivo no debate e nos embates que temos assistido na atualidade, nos quais o clamor pelo retorno dos militares e de sua intervenção na sociedade e, sobretudo, nos espaços governamentais, tem sido presente e forte. Se tal perigo ainda está por aqui a nos rondar, a pesquisa e o ensino se constituem em armas contra essa ameaça e o esquecimento do qual ela parece emergir.

É justamente nesse sentido e contexto que reafirmamos a necessidade de fazer com que o leitor, de forma geral, e os discentes, de modo mais específico, tenham censo histórico, entendam e percebam o sentido do que de fato foi a ditadura no país e os perigos que nos rondam com uma possível volta desse regime, sendo a leitura e a pesquisa ferramentas cruciais para o esclarecimento e a produção da consciência histórica. Nesse sentido, a recente autobiografia de Paiva se encaixa nos processos educativos e se mostra como uma forma privilegiada, como meios de informação e de explicação dos procedimentos autoritários, os quais tanto carecem a população brasileira.

### **2.3 Memória e Esquecimento, Presente e Passado**

Como dissemos anteriormente Paiva inicia seu romance refletindo sobre as lembranças, as memórias que guardamos desde a mais tenra idade e que prosseguem vida afora, mas que podem ser ameaçadas pelo esquecimento, como aquele oriundo do Alzheimer, doença degenerativa que afetara sua mãe. Segundo ele, foi daí, desse contexto, que nasceu esse “livro sobre memória” à medida que uma puxa a outra e nesse movimento podem contribuir para que histórias sejam recuperadas, relidas, reescritas. (PAIVA, 2015, p. 35). Ainda conforme Paiva, como também já antes mencionado, o contexto histórico de 2013 e 2014, marcado pelas novas informações reveladas pela Comissão da Verdade, somado às manifestações de junho que eclodiram “em pedidos de volta da ditadura”, o levou a sentir “necessidade de escrever um livro dizendo o que foi a ditadura” e “o que foi a saga de uma família que sofreu com a ditadura”.

Seguindo esse mesmo sentimento, ainda mais reforçado por tantos acontecimentos conservadores e reacionários daquele período para cá, como o movimento golpista do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, que perdeu o cargo em 31 de agosto de 2016, dentre outros, reafirmamos a necessidade de produzir e aprofundar nosso conhecimento sobre tais golpes e regimes autoritários para elucidar o que foi aquele período e as práticas ditatoriais que o caracterizam, no intuito de esclarecer melhor aqueles que realizam tais

pedidos para que não o façam sem ter consciência histórica de seu sentido. Assim, pegando a senha deixada por Paiva, refletiremos agora um pouco mais sobre as relações entre memória, história, presente, passado e autoritarismo.

Paiva se refere à mãe que, depois de anos lutando contra a ditadura no Brasil, é diagnosticada com Alzheimer e, após tanto tempo buscando pela verdade sobre que fim levou seu marido, em uma situação quase que irônica, já quase não conseguia mais se lembrar das lutas que empreendera e das conquistas que alcançara.

A memória não é a capacidade de organizar e classificar recordações em arquivos. Não existem arquivos. A acumulação do passado prossegue até o nosso fim, memória sobre memória, através de memórias que se misturam, deturbadas, bloqueadas, recorrentes ou escondidas, ou reprimidas, ou blindadas por um instinto de sobrevivência. Uma fogueira no alto ajudaria. Mas ela se apaga com o tempo. E não conseguimos navegar de volta para casa. (PAIVA, 2015, p. 26).

“Mas ela se apaga com o tempo”, muito além daqueles efeitos sobre quem perdeu a memória devido a uma doença, como a amnésia. O esquecimento também atinge uma nação inteira quando silencia e deixa de lado um período tão sombrio e traumático como aqueles experimentados em regimes autoritários e/ou totalitários. Período que possui uma história que mesmo depois de décadas, ainda continua cheia de lacunas, de zonas opacas e sem respostas, bem como sem punição àqueles que por vinte e um anos governaram o país, desprezando e excluindo direitos civis e humanos básicos dos brasileiros.

Para Delgado (2006), História, tempo e memória são ações que andam conectadas num processo em que o tempo da memória perpassa tanto o tempo individual como se junta à história das sociedades, ao tempo coletivo. Refletir sobre tal relação se justifica devido algumas pessoas e/ou segmentos de nossa sociedade brasileira atual atribuir sentido positivo a certas situações autoritárias de forma saudosista, mesmo que nem as tenham vivido, e por desacreditarem de outros que as viveram e/ou que delas têm conhecimento asseverado. Tal comportamento poderia explicar a razão de se valorizar e até mesmo exaltar algumas conjunturas ditatoriais e repressivas, como os processos históricos autoritários, e desqualificarem e se esquecerem de outros.

Eric Hobsbawm (1995) acredita que a destruição do passado, ou seja, de mecanismos sociais que conectam nossa experiência pessoal atual à das gerações do passado, é um dos fenômenos de maior destaque do final do século XX, considerando que “quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem” (HOBSBAWM, 1995, p.13).

A ditadura civil-militar brasileira, que no seu início teve apoio significativo de segmentos da população e no seu fim foi motivo de vergonha para os mesmos, hoje parece ser motivo de orgulho para muitos, sendo visto com saudosismo por uma parcela significativa da população. É justamente na luta contra essa memória que “se apaga com o tempo” que esta pesquisa se justifica, pois nos parece como uma das razões para a ignorância e falta de informação de tantos brasileiros.

Em seu trabalho “A imprensa e a construção da memória: ditadura militar de 1964, fragmentos e razões do silêncio”, Layse Pereira Soares Nascimento aborda a relação entre história, memória, silêncio e apagamento ao falar sobre a ditadura no país reivindicando a verdade antes que ela desapareça com o tempo. É o que Huysen chama de memória “real” contra as políticas de esquecimento:

A disseminação geográfica da cultura da memória é tão ampla quanto é variado o uso político da memória, indo desde a mobilização de passados míticos para apoiar explicitamente políticas chauvinistas ou fundamentalistas [...] até tentativas que estão sendo realizadas, na Argentina e no Chile, para criar esferas públicas de memória “real” contra as políticas do esquecimento promovidas pelos regimes pós-ditatoriais, seja através de reconciliações nacionais e anistias oficiais, seja através do silêncio repressivo (HUYSSSEN apud NASCIMENTO, 2011, p. 4).

Fato que não ocorreu somente na Argentina e no Chile, mas em grande parte da América Latina, incluindo o Brasil, em que “a ditadura foi um golpe civil com ajuda militar [...]” (PAIVA, 2015, p. 91), e que a Anistia acabou por apaziguar tensões e produzir reconciliações e acomodamentos. Nesse contexto, Huysen destaca a dificuldade em separar o passado irreal do real. “O real pode ser mitologizado tanto quanto o mítico pode engendrar fortes efeitos de realidade” (HUYSSSEN apud NASCIMENTO, p. 16).

Como vem sendo tratado com recorrência nesse trabalho, a falta de conhecimento sobre o que se passava nos bastidores da ditadura foi e continua sendo um dos maiores problemas, quando se trata de conscientização política e histórica por parte da população brasileira. “A maioria não tinha ideia do que se passava. A censura e o milagre brasileiro cegavam” (PAIVA, 2015, p.71).

A ideia do “milagre econômico” é uma falácia que alimenta a mente de muitos brasileiros até hoje, ao dar uma perspectiva errada de que o Brasil estava em grande desenvolvimento no período de ditadura. Marilena Chauí expõe bem essas questões em seu livro *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro*:

O “regime”, nome empregado para a fachada governamental, é dirigido pelo “sistema”, que lhe garantiu implementar uma política monetarista altamente inflacionária, fundada no arrocho salarial e na repressão aos movimentos trabalhistas, levando ao extremo a concentração de renda e as desigualdades socioeconômicas (o chamado “milagre brasileiro”), criando uma estrutura de poupança compulsória (os “fundos” de todo tipo) que sustenta a política social (a drenagem dos salários que é dissimulada pela devolução dos “benefícios sociais”), produzindo crescimento econômico acelerado e artificial através de sistemas de crédito e de subsídios governamentais, obtidos por empréstimos à finança internacional (a célebre “dívida externa”), consolidando a intervenção do Estado na economia por meio de empresas mistas e estatais. (CHAUI, 2014, p. 258, grifos da autora).

Não é raro escutar pessoas dizendo que “naquela época o país crescia”, justamente por essa ideia deturbada de “milagre econômico brasileiro”, ignorando toda repressão e censura que envolvia as pessoas naquela época. A verdade é que o tal “milagre” beneficiou aos empresários e mostrou-se péssimo para os trabalhadores, pois para que o crescimento se mostrasse possível foi preciso conter o salário dos trabalhadores, medida essa que só se tornou possível graças à forte repressão da época. Ainda segundo Chauí:

O novo regime – ou Sistema – apoiou-se numa ideologia de cunho geopolítico, herdada da divisão Leste-Oeste criada pela Guerra Fria, expressa na doutrina de Segurança Nacional, com a pretensão de promover o Brasil à condição de potência do ano 2000. (CHAUI, 2014, p. 258).

É de conhecimento, e já mencionado neste trabalho, que hoje a ditadura é chamada de civil-militar, justamente pelo apoio massivo que a ela foi dada por parte da população para que os militares tomassem o poder. Somente nos seus momentos finais é que a sociedade tomou conhecimento sobre o regime que estava imposto no país: era a fase da “ditadura envergonhada” (GASPARI, 2003).

No artigo *As trincheiras da memória: a Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura* (1964-1974), Denise Rollemberg mostra como a abertura política iniciada por Geisel resume, como ninguém, a chamada *memória coletiva*, que foi construída durante os anos ditatoriais, e como os historiadores, além de estudar a história do tempo presente, precisam tentar digerir aquele momento.

Segundo Daniel Aarão Reis, o ano de 1979, marco no longo processo, expressa o sentido de *conciliação* no qual a transição da ditadura para a democracia estruturou-se. Em 1º de janeiro, o AI-5 deixava de vigorar; em agosto, promulgava-se a lei de anistia; em seguida, reformulava-se a lei de segurança nacional, promovendo a libertação dos presos políticos. Entre perdão e esquecimento - ou silêncio - seria formulada a memória dos *anos de*

*chumbo*, da barbárie dos *porões da ditadura*, do regime *imposto* pelos militares. A partir do ano da *anistia*, silenciava-se sobre o fato de que aqueles foram *anos de ouro* para muitos; a consagração da metáfora *porão* que torna invisível, o inadmissível, uma vez que nos subterrâneos. (ROLLEMBERG; 2010, p. 1-2, grifos da autora).

Desse momento em diante, o brasileiro construiu sua própria imagem como vítima e, sempre, conta a ditadura como se tivesse sido somente os militares que a empreenderam, sendo a população desde o princípio essencialmente democrática, construindo uma memória que a absolve de qualquer responsabilidade perante a ditadura, esquecendo que o autoritarismo implantado foi clamor e produto da própria sociedade.

E é justamente por essa falta de responsabilidade que nos isenta, além do fato de ainda se falar pouco sobre tal período e a falta de impunidade, que faz com que o brasileiro não se sinta responsável por seus próprios atos. Pior, a memória histórica vai se apagando e, como podemos ver no cenário atual do país, está fadado a repetir o fato inadmissível. Conforme Paiva (2015, p.117) “A memória não é a capacidade de organizar e classificar recordações em arquivos. [...] Mas ela se apaga com o tempo”. A memória é inconstante, como a informações que temos hoje são de uma parte insignificante do passado.

A memória não é apenas uma pedra com hieróglifos entalhados, uma história contada. Memória lembra dunas de areia, grãos que se movem, transferem-se de uma parte para outra, ganham formas diferentes, levados pelo vento. Um fato hoje pode ser relido de outra forma amanhã. Memória é viva. Um detalhe de algo vivido poder se lembrado anos depois, ganhar uma relevância que antes não tinha, e deixar em segundo plano aquilo que era então mais representativo. Pensamos hoje com a ajuda de uma parcela pequena do nosso passado. (PAIVA, 2015, p. 117).

Hannah Arendt (2014, p.37) faz uso de uma frase de Faulkner para definir o passado ao dizer que “o passado não está morto, ele nem mesmo é passado”. O passado ainda interfere em nossas vidas, ele afeta o presente muito mais do que gostaríamos. É preciso compreender que vivemos em uma democracia ainda abalada pelo passado da ditadura e, como vem sendo discutido, seu retorno é uma ameaça constante.

Do ponto de vista do homem, que vive sempre no intervalo entre o passado e o futuro, o tempo não é um contínuo, um fluxo de interrupta sucessão; é partido ao meio, no ponto “ele” está; e a posição “dele” não é o presente, na sua acepção usual, mas, antes, uma lacuna no tempo, cuja existência é conservada graças à “sua” luta constante, à “sua” tomada de posição contra o passado e o futuro. (ARENDR, 2014, p.37, grifos da autora).

Durante vinte e um anos, o país viveu uma história de censuras e forte repressão, quando o AI-5 foi baixado, vindo a durar por dez anos. Nesse período, que perdurou por dez anos, o Brasil conheceu a face mais violenta do regime. Contudo, em 1979, um ano depois do término do AI-5, a Lei da Anistia foi promulgada. Sancionada pelo então presidente, o general João Batista Figueiredo.

Sem embargo, na atmosfera do verão da anistia, na virada para o ano de 1980, havia uma certa euforia no ar, um tanto ingênua talvez, ignorante dos perigos que a cercavam, mas indicativa de um conjunto de forças que passara a preconizar, embora com distintas motivações e diferentes objetivos, o fim da ditadura. Assim, depois de longa, triste e cruel noite, triunfara a “resistência”, para a qual todos e cada um haviam dado a própria contribuição. (REIS, 2005, p.11, grifos do autor).

A anistia consiste no ato jurídico em que crimes políticos cometidos em algum período sejam esquecidos e perdoados. Dessa forma, condenados políticos durante a ditadura, que foram presos ou exilados, seriam perdoados. Contudo, toda violência, desaparecimentos, torturas e mortes cometidos pela ditadura também seriam deixados de lado, criando um processo ainda maior de esquecimento sobre os anos ditatoriais.

A proposta de anistia apresentada pelo Comando Geral de Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, por exemplo, tinha como princípios a revogação da Lei de Segurança Nacional e o desmantelamento dos órgãos de repressão, a ampliação dos efeitos àqueles que já tinham sido condenados, o restabelecimento integral das pessoas demitidas aos seus empregos e a reintegração ao serviço público, bem como uma prestação de contas, por parte do governo acerca dos presos políticos, mortos e desaparecidos e a não-inclusão dos torturadores no rol dos anistiados. Essa proposta é a que mais se coaduna com a chamada Justiça de Transição (SOUZA, 2014, p.1).

Somente no dia 18 novembro de 2011, a então presidente Dilma Rousseff, sancionou a Lei nº. 12.528, que criou a Comissão Nacional da Verdade (CNV), com o objetivo “examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito à memória e à Verdade histórica e promover a reconciliação nacional” (BRASIL, 2011).

A aprovação da lei foi resultado de uma longa discussão política iniciada no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e envolveu congressistas, ministros – especialmente o da Defesa e o de Direitos Humanos –, membros de organizações de direitos humanos, familiares de mortos e desaparecidos políticos e representantes das Forças Armadas. (WINAND; BIGATÃO, 2014, p.42-43).

Recentemente, o caso de Rubens Paiva voltou a ser notícia na mídia, justamente por conta da Lei da Anistia, em que se alega que os envolvidos na morte do deputado não podem ser beneficiados pela Lei (BERGAMO, 2018), pois com a promulgação da CNV, coloca-se em cheque os atos da ditadura militar que, acredita-se, devam ser punidos. Contudo, segundo Carlos Fico (2012), os debates sobre a Comissão da Verdade têm gerado a questão que os “dois lados” deveriam ser investigados. Dessa forma, o autor explica como esse argumento aparentemente “sóbrio” acaba não tendo embasamento nenhum:

[...] as comissões da verdade são criadas para apurar crimes cometidos pelo Estado, não por pessoas. Mais importante, entretanto, é o seguinte: o Estado brasileiro, mesmo durante o regime autoritário, poderia ter combatido a luta armada sem apelar para a tortura e o extermínio. Além disso, muitos ex-integrantes da luta armada – ao menos os que sobreviveram – já foram julgados e punidos. (FICO, 2012, p. 49).

A Comissão da Verdade ainda é um pequeno passo em busca de justiça e uma ação para que a verdade sobre esse período não morra, não seja esquecida. É preciso, pois, uma efetiva conscientização histórica por parte de todo um país que, em muitos casos, pede intervenção militar sem a mínima noção do que isso significa.

Mas, como já dissemos, Paiva, em seu livro, aborda a questão das lembranças, das memórias mediante uma ameaça eminente de esquecimento das mesmas devido ao Alzheimer que acometera sua mãe, que fora diretamente afetada pelas violências e atrocidades cometidas pelos militares, e que se viam na eminência de se perderem nesse processo e contexto. Dessa forma é que, a seguir, procuraremos, por meio de suas figurações, reconstruir algumas facetas dessa história que teve em suas recordações pessoais, e outras tantas fixadas em diversos suportes, a referência para sua recuperação, para relembrar e fixar no texto do romance suas lutas e conquistas.

### 3. A DITADURA CIVIL-MILITAR NAS REPRESENTAÇÕES DE *AINDA ESTOU AQUI*

Previsão do tempo:  
 Tempo negro.  
 Temperatura sufocante.  
 O ar está irrespirável.  
 O país está sendo varrido por fortes ventos.  
 Máx.: 38°, em Brasília. Mín.:5°, nas Laranjeiras  
 (JORNAL DO BRASIL, 14 dez. 1968).

Neste capítulo pretende-se, inicialmente, tratar do golpe e do processo de instauração e consolidação da ditadura, atendendo às suas estratégias e atos e, em seguida, busca-se adensar o caso Rubens Paiva descrevendo-o mais detalhadamente, por meio dos relatos de Marcelo Rubens Paiva, e analisando a trajetória de perseguição do deputado, atrelando-a à sua vida política, na busca das razões que o levaram a ser preso, torturado e morto durante esse regime, bem como a luta da família pela verdade, os inquéritos da Comissão da Verdade e os vereditos sobre o caso.

#### 3.1 O golpe: “Merda de ditadura”

Eleito deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em 1962, Rubens Beyrodt Paiva, teve um papel crucial no Congresso Nacional antes do golpe, sendo um dos participantes da Comissão Parlamentar de Inquérito que apurava o recebimento de dólares de colaboradores americanos por generais comprometidos com o golpe militar. Participação esta que resultou ao deputado ser um dos primeiros alvos da perseguição dos militares, vindo a ter o mandato cassado no dia 10 de abril de 1964 – logo após a derrubada do governo Jango. Ele foi cassado pelo Ato Institucional I, que suspendeu a Constituição por seis meses e cassou ou exonerou 102 pessoas consideradas “ameaça nacional”, incluindo o próprio deputado (SANTOS, 2006, p. 5).

Tornando-se alvo da ditadura, o deputado de exilou por alguns meses na Europa e, ao voltar, começou a trabalhar em uma firma, em São Paulo, como engenheiro civil, sua formação, e tempos depois, mudou com a família para o Rio de Janeiro, onde acabou sendo preso e desaparecendo nos ditos porões do regime.

O ano de 1964 começou com uma grande tensão política. Contudo, Paiva afirma que o golpe teve início muito antes:

O golpe de 64 começou mesmo em 25 de agosto de 1961, quando Jânio renunciou de surpresa. Os militares e a direita sentiram que se abria a oportunidade perdida antes, abortada com o suicídio de Getúlio (PAIVA, 2015, p.89).

Quando Jânio Quadros caiu, os pais de Paiva estavam em Moscou: “Era uma época em que muitos iam à União Soviética conhecer a ‘tecnologia de ponta’ e as propagandas maravilhas do mundo socialista” (PAIVA, 2015, p.89). Nesse contexto, foi João Goulart quem assumiu seu lugar, contudo, por ser supostamente simpático aos comunistas, foi vetado pelos militares e só veio assumir o poder

depois de uma crise em que o país esteve perto da guerra civil, porque aceitara uma fórmula pela qual se fabricou um humilhante regime parlamentarista cuja essência residia em permitir que ocupasse a Presidência desde que não lhe fosse entregue o poder (GASPARI, 2003, p.46).

Dois anos depois, em 24 de janeiro de 1963, após um plebiscito, o presidencialismo retorna à cena política e Jango pode governar finalmente. Goulart era visto pela ala conservadora como simpatizante do comunismo, por defender as chamadas reformas de base, incluindo as reformas agrária, tributária, administrativa, bancária e educacional. Reis ressalta o medo por parte da ala conservadora em relação a governos sociais:

Com a posse de João Goulart, retornou do passado uma sombra que parecia banida pela morte: a de Vargas. Nas condições internacionais aparentemente favoráveis então existentes, entre as quais figurava o sucesso da revolução cubana, o novo presidente fortalecido pela vitória do movimento pela legalidade, que lhe assegurou a posse, apoiado em um partido de massas em crescimento, o PTB, e, sobretudo pelo tipo particular de relações que entretinha com os movimentos sociais organizados, poderia reunir condições de reatualizar a hipótese do projeto nacional-estatista. Com efeito, se o desenvolvimentismo de JK abalara alguns de seus fundamentos, não o superara. Quanto a Jânio Quadros, não teve sequer tempo, ou condições, para elaborar alguma alternativa. Assim, em um contexto de intensos debates e lutas políticas, marcado pelo protagonismo dos movimentos populares, ressurgia uma possibilidade que muitos imaginavam definitivamente enterrada. (REIS, 2000, p. 12).

As propostas reformistas de Jango incomodavam muita gente. Vale ressaltar que João Goulart estava longe de ser comunista; contudo, era visto como simpatizante das políticas de esquerda, o que amedrontava uma boa parte do país e que o mundo estava em plena Guerra Fria, em que o conflito entre EUA e URSS dividia os países ao redor do mundo.

Nunca seria demais recordar a importância da conjuntura internacional da guerra fria, então radicalizando-se mais uma vez, condicionando os acontecimentos. Um dos eixos do processo era, sem dúvida, a revolução cubana, epicentro de vários acontecimentos de dimensão mundial, entre 1960 e 1962: a invasão frustrada da ilha revolucionária por exilados financiados e armados pelos norte-americanos; o lançamento da Aliança para o Progresso, com propostas reformistas moderadas para conter a onda radical e *comunizante*; a crise dos foguetes, levando o mundo à beira de uma guerra atômica; a expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos no contexto de uma grande ofensiva guerrilheira em todo o continente. O hálito quente da revolução aquecia a nuca das elites latino-americanas, tirando-lhes o sono. Complementavam o quadro a vitória da revolução argelina (1962), a retomada da guerra do Vietnã (1960) e o processo das independências na África (primeira metade dos anos 60). (REIS, 2000, p.14-15, grifo do autor).

As ditaduras deflagradas nos países latinos americanos ocorridas durante as décadas de 60 e 70 comprovam que as intervenções militares na conjuntura política da época visava modificar diretrizes conforme as finalidades estratégicas dos Estados Unidos e que ocorria contra governos que se recusavam a quebrar relações com Cuba. Nesse contexto, a justificativa para a tomada do poder pelos militares, assim como nos demais países latino-americanos que sofreram uma ditadura militar, era impedir a hegemonia comunista que ameaçava os avanços do capitalismo. Paiva lembra que o medo da “onda vermelha” no país, assombrava a população:

Os comunistas tomariam o poder. Até os não comunistas eram comunistas disfarçados, foram doutrinados, sofreram lavagem cerebral. Muitos que, em 1964, conspiram com os militares, na missão de impedir que comunistas tomassem o poder e o Brasil se transformasse numa diabólica ditadura do proletariado, perceberam a manobra e foram acusados pelos anticomunistas de ligações com os comunistas. (PAIVA, 2015, p. 90).

O comunismo era uma ameaça para o país e os militares tomariam o poder para impedir essa “ameaça”; todos eram contra o comunismo:

Muita reza era necessária para impedi-los de se aproximar da nossa família e de nossos bens. Jesus era anticomunista. Deus era anticomunista. Jesus, Deus, o Espírito Santo, José e Maria, Nossa Senhora Aparecida, o papa, todos os papas foram anticomunistas (PAIVA, 2015, p.90-91).

Para Paiva (2015, p.91), a ditadura “foi um golpe civil com a ajuda militar”. Segundo Daniel Aarão Reis, em seu livro *Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedades*, depois de tomado o poder, os militares precisavam criar uma imagem positiva sobre eles mesmos e contra os

comunistas:

Com efeito, formara-se, para derrubar o governo de Jango, uma ampla e diferenciada frente, com denominadores comuns muito genéricos: salvar o país da *subversão* e do *comunismo*, da *corrupção* e do *populismo*. E restabelecer a democracia. Funcionando como cimento, unindo a todos, o Medo de que um processo radical de distribuição de renda e de poder pudesse sair dos controles e levar o país à desordem e ao caos. (REIS, 2000, p.18, grifos do autor).

Assim, com a justificativa de salvar o país da ameaça comunista, o primeiro Ato Institucional (AI-1) foi baixado, no dia 9 de abril de 1964:

Cassaram os líderes trabalhistas João Goulart, Leonel Brizola, Darcy Ribeiro, parte da bancada do PTB, como Almino Afonso e o meu pai, o ex-presidente Jânio Quadros, o governador Miguel Arraes, o deputado católico Plínio de Arruda Sampaio, o economista Celso Furtado, o jornalista Samuel Wainer e até o presidente da Petrobras, marechal Osvaldo Alves. Nenhum deles era comunista. (PAIVA, 2015, p.91).

Maria José de Rezende (2013) relata a forma como, em seus pronunciamentos, Costa e Silva falava de uma suposta democracia que assumia uma feição de não oposição, não-contestação, não-participação das diversas forças sociais no processo político.

As cassações e suspensões dos direitos políticos, segundo ele, faziam parte da hipotética normalização democrática do regime. A liberdade de pensamento, por exemplo, era permitida apenas àqueles que concordavam com o processo político em curso. Costa e Silva denominava a isto liberdade com responsabilidade. (REZENDE, 2013, p. 86).

Nesse contexto, “a intenção do golpe de 64 era impedir o avanço comunista no Brasil e restaurar a democracia em dois anos.” Mas, não demorou muito e o ex-presidente Juscelino Kubitschek, candidato favorito à reeleição, foi cassado, acusado de corrupção e de colaborar com os comunistas”. No primeiro teste eleitoral os candidatos militares foram rejeitados e logo o AI-2 foi baixado. “Partidos políticos foram extintos. O poder judiciário sofreu intervenção. Reabriram processos de cassação.” (PAIVA, 2015, p.91).

O fato é que todos que estavam envolvidos contra a ditadura acreditavam que os militares devolveriam o poder para as próximas eleições, incluindo o próprio JK, que naquela altura era favorito na escolha para presidente.

No dia 1º de abril de 1964 o ex-presidente Juscelino Kubitschek apoiara a deposição de Goulart. Semanas mais tarde, aceitara que parte da bancada de seu partido fosse cassada. O sacrifício era grande, mas a recompensa parecia atraente: JK acreditava que a eleição presidencial de outubro de 1965 haveria de levá-lo ao palácio do Planalto. [...] Kubitschek foi cassado em junho de 1964. (GASPARI, 2003, p.231-232).

A ideia era que os militares primeiro colocariam o país em ordem para impedir que a “onda vermelha”, que ameaçava os países latinos, tomasse o Brasil. Mas, logo em seguida, em 1965, foi baixado o AI-2, que interveio no Judiciário e reabriu os processos de cassação. “Carlos Lacerda, governador do Rio, então aliado, foi surpreendentemente cassado. Logo ele, quem mais discursou a favor do golpe. O golpe dos governadores se tornou um golpe apenas dos militares.” (PAIVA, 2015, p.91).

Conforme Edgard Luiz de Barros (1991, p. 27), em *Os governos militares*, com a edição do Ato Institucional n. 2, o governo acabava com todos os partidos políticos e dava poderes ao Executivo para fechar o Congresso Nacional que bem entendesse, além de deixar claro, em sua introdução, que “a Revolução [não] foi, mas que é e continuará”, tornando, inclusive, indiretas as eleições para presidente e estendendo aos civis a repressão da Justiça Militar.

Para o historiador Marcos Napolitano, o AI-2 marca a mudança de um governo que se dizia apenas em transição para um governo autoritário e que não tinha a intenção que a democracia fosse retomada:

O AI-2 pode ser visto como a passagem do governo que se considerava transitório para um regime autoritário mais estruturado. Em grande parte, representa o fim da lua de mel entre os militares no poder e os políticos conservadores que apoiaram o golpe [...]. O ato ainda reforçava a abrangência e a competência da Justiça Militar na punição dos crimes considerados lesivos à segurança nacional. (NAPOLITANO, 2014, p. 74).

Até mesmo aqueles que apoiaram a tomada do poder pelos militares, cedo ou tarde, sofreram as consequências de um governo ditatorial, com a ausência de democracia. “Se o golpe foi o batismo de fogo da ditadura, o AI-2 é a sua certidão de nascimento definitiva” (NAPOLITANO, 2014, p.74). A partir do AI-2, na prática, conforme Barros (1991, p. 27), só poderiam existir dois partidos políticos: um governista e outro de oposição consentida, devidamente autorizada pelos donos do poder. Nesse contexto, foram criados a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), este último encarregado de atuar como uma frente oposicionista, mas sem contestar frontalmente o

regime.

Paiva relata como os militares iam mostrando suas caras conforme as coisas não aconteciam de acordo com seus planos:

O novo partido da situação, Arena, não engrenava. Seria derrotado nos estados mais populosos. A paciência dos militares se esgotou: o AI-3 foi baixado, determinando que a eleição de governadores seria indireta, executada por colégios eleitorais, e que prefeitos das capitais, estâncias e cidades de segurança nacional seriam nomeados. O AI-4, do mesmo ano, revogou definitivamente a Constituição de 1946 e proclamou outra. O golpe não tinha projeto. Tinha ocasiões. (PAIVA, 2015, p. 91-92).

Paiva contesta as declaradas intensões dos militares ao tomarem o poder, e pergunta se quando o golpe foi dado, em 64, a real intensão era mesmo salvar o Brasil do comunismo.

Planejou enfrentar o comandante-chefe das Forças Armadas da URSS, Vassili Chuikov, que poderia nos invadir pelo Nordeste com soldados cubanos munidos de AK-47, juntar-se às Ligas Camponesas e a Arraes, com tanques T-54 e T-55, que estiveram em Praga, no Vietnã, que desceriam o cerrado apoiados pelos aviões supersônicos MIG-19 e MIG-21, caças de interceptação SU-9 e bombardeiros Ilyushin Il-28, e cercariam Brasília pelo flanco esquerdo, para empossar o proletariado e candangos da URSB (União das Repúblicas Socialistas Brasileiras), que sofriam lavagem cerebral de um latifundiário que, como Tolstói, virou comuna, Jango? (PAIVA, 2015, p.134)

E complementa: “Cada vez mais, tal tese soa uma asneira bíblica” (PAIVA, 2015, p.134). Olhando para o cenário atual, não é difícil enxergar as semelhanças entre 1964 e os dias de hoje. Com notícias de corrupção a todo momento veiculadas na mídia e redes sociais, muitos brasileiros pedem intervenção militar, alegando que os militares só iriam “limpar a casa”, expressando um pensamento quase que ingênuo, que devolveriam o poder (FLEECK, 2018).

Quando o AI-5 foi baixado, o golpe de misericórdia foi dado pelos militares e a ditadura mostrou a sua face mais dura. Baixado no dia 13 de dezembro de 1968, pelo então presidente Costa e Silva, perdurando por uma década, dava poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados. “O AI-5 suspendia as garantias constitucionais promulgadas no AI-4.” (PAIVA, 2015, p.92). É importante ressaltar, que mesmo antes do Ato Institucional nº 5, o país já vinha sofrendo forte repressão e censura por parte do governo.

De acordo com Barros (1991, p. 36), ao analisar a conjuntura política de 1968, citando

o jornalista Zuenir Ventura, “o ano de 1968, ‘começou com um ‘réveillon’ e terminou com algo parecido a uma ressaca – a ressaca de uma geração e de uma época”.

De fato, no decorrer daqueles doze meses houve muita esperança, agitação cultural, efervescência estudantil, enormes manifestações de massa, greves, pronunciamentos oposicionistas, articulações de esquerda e ações armadas de guerrilha urbana. Mas aconteceram também conspirações, violência policial, planos terroristas, intrigas palacianas, enfrentamentos entre os diferentes grupos militares em torno do poder e histeria anticomunista. E o que começou com uma festa, acabaria em desastre, com o enrijecimento completo da ditadura militar. (BARROS, 1991, p. 36).

De fato o AI-5 abriu as portas para a fase mais dura do regime, sendo o período em que os direitos humanos foram completamente banidos e a tortura imposta àqueles que não concordavam com as práticas daquele governo.

É uma obra prima da contradição. Usa a ameaça à democracia como argumento para endurecer o regime, uma aberração jurídica, incongruência em que todo regime se baseia (para defender a liberdade, precisamos acabar com ela). [...] Está no texto: para os militares, a “Revolução Brasileira de 1964”, como chamavam o golpe, visava dar ao país um regime que “assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a corrupção”. (PAIVA, 2015, p.92, grifos do autor).

O AI-5 veio para destruir qualquer resquício de democracia, banindo todo e qualquer direito de ir e vir do cidadão, quando este ia contra a maré do “desenvolvimento da Revolução”.

[...] se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária; [...] CONSIDERANDO que todos esses fatos perturbadores da ordem são contrários aos ideais e à consolidação do Movimento de março de 1964, obrigando os que por ele se responsabilizaram e juraram defendê-lo, a adotarem as providências necessárias, que evitem sua destruição (BRASIL, 1968).

O Ato ainda aposentou juízes, cassou mandatos, podia suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão, intervir nos Estados e em municípios, decretar confisco de bens por enriquecimento ilícito e acabou, ainda, com qualquer garantia de *habeas corpus*,

dando uma força ainda maior à repressão. Paiva afirma que não houve uma só ditadura, ela se transformava e evoluía cada vez mais opressiva e violenta.

A ditadura se impôs sobre a ditadura. Ela encontrou o seu projeto e se firmou. Elio Gaspari a dividiu em quatro fases: Envergonhada, Escancarada, Derrotada e Encurralada. O AI-5 a escancarou. Não existe uma só ditadura, não existe um só golpe de 64. Nem se sabe a data correta: 31 de março ou 1º de abril? (PAIVA, 2015, p.93).

Outro campo que sofreu forte repressão com o Ato de 1968, foi o campo artístico-cultural, incluso a imprensa. Napolitano (2014), afirma que foi uma fase “paradoxal”, na qual, ao mesmo tempo em que esse campo sofria com os males da ditadura, sendo duramente censurado e reprimido, também passava por sua fase mais criativa, sendo altamente prestigiado, principalmente por parte da classe intelectual. Contudo, não impediu com que a censura e a violência atingissem esse campo.

Editores de livros, como Ênio Silveira e Caio Prado foram presos. Jornalistas, como toda a redação do *Pasquim*, entre eles o fanfarrão Paulo Francis, foram presos. Até escritores no início simpáticos ao golpe, como Nelson Rodrigues e Rubens Fonseca, foram censurados. Caetano Veloso e Gilberto Gil foram presos, tiveram os cabelos raspados e foram expulsos do Brasil. Raul Seixas foi convidado a se retirar, depois de gozar o regime com “Eu sou a mosca que pousou na sua sopa”. Chico Buarque se exilou. Teatros foram depredados; atores, espancados. Parte da classe teatral, como Zé Celso e Augusto Boal, foi embora. Glauber Rocha também se mandou. (PAIVA, 2015, p.94).

De acordo com Barros (1991, p. 42, grifos do autor), com o Ato Institucional n. 5,

foi aberta uma temporada de caça aos políticos e cidadãos considerados inimigos do regime. Milhares de pessoas foram capturadas na “Operação Arrastão” sobretudo jornalistas, políticos e profissionais liberais, além de artistas, intelectuais, estudantes e religiosos. [...] o AI-5 não foi como chegou a ser dito “um golpe dentro do golpe” ou o um “segundo golpe de Estado”, mas sim o assassinato pela segunda vez, do mesmo cadáver: a cidadania brasileira. (BARROS, 1991, p. 42).

Paiva (2015, p.94) ainda ressalta que, ao terminar a ditadura, em 1985, os militares deixaram uma hiperinflação, “(a acumulada de 1984 foi de 223,90%)”, além de uma moeda desvalorizada e uma dívida externa que levou o país à moratória, “o FMI suspendeu em fevereiro de 1985 o crédito ao Brasil, que não cumpria as metas depois de sete tentativas”.

Além dessas heranças nefastas o romancista também menciona “o desmantelamento do ensino público”.

Dessa forma, Paiva (2015, p.94) diz que “o Brasil talvez tenha sido vítima de uma das maiores farsas da história: nunca correu o risco de virar comunista”. Consoante ao autor, “muitos apontam o golpe como resultado da instabilidade institucional e desordem provocadas pelo próprio governo de João Goulart.” Greves, “sublevação de tropas, comícios com bandeiras do PCB e palavras de ordem radicais assustaram parte da sociedade. A conspiração se generalizou e atravessou fronteiras.” Porém, ainda conforme o autor, “o único que respeitou as regras estabelecidas foi justamente ele, o desordeiro Jango, latifundiário acusado de ligações comunistas”. (PAIVA, 2015, p.95). Goulart tentara medidas para evitar conflitos, como o Plano trienal com reformas para controlar o déficit público e manter a política desenvolvimentista, além de outras reformas, mas acabou que estas mesmo o levaram para queda.

Jango se aproximou dos empresários, para dar uma acalmada no mercado. Nomeou Carvalho Pinto ministro da Fazenda. Sargentos se revoltaram contra a lei que os tornavam ilegíveis. Jango não os puniu. Um mês depois, ameaçou decretar estado de sítio. Para a direita era um golpe que ele preparava. Desistiu. A polarização empacava as reformas. Em 25 de março, marinheiros e fuzileiros se rebelaram. O presidente os apoiou; o fim de seu governo era selado. (PAIVA, 2015, p.96).

Conforme Claudio Aguiar Almeida (1996), em *Cultura e sociedade no Brasil: 1940-1968*, meio à crise, Goulart adotou atitudes dúbias, desagradando a grupos de direita e de esquerda. Nesse contexto, setores das classes médias e da burguesia nacional, assustados com a aparente desordem política e com a implantação de uma reforma urbana, afastavam do governo, colocando-se ao lado dos seus adversários.

Atribuindo a Goulart o papel de agente do comunismo, as Forças Armadas iam se definindo como principais opositores do governo. O temor pela ocorrência de movimentos socializantes em países do mundo subdesenvolvido, que havia recrudescido com a vitória da Revolução Cubana, determinou uma reorientação das funções desempenhadas pelas Forças Armadas. Gerada no âmbito da Escola Superior de Guerra, a doutrina de segurança nacional reservava às Forças Armadas o papel de guarda da democracia, justificando suas intervenções na resolução de problemas políticos. Fundadas como o apoio do governo norte-americano, a ESG, e outras associações congêneres, como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática, forneceriam os meios financeiros, logísticos e intelectuais necessários ao sucesso do golpe militar. (ALMEIDA, 1996, p. 65-66).

Como já foi dito, a América Latina seguia de acordo com os comandos do governo norte-americano. Dessa forma, o embaixador da época, Lincoln Gordon, sugeriu que o governo preparasse uma intervenção, e “o presidente Lyndon Johnson autorizou o envio de uma frota para o Brasil” (PAIVA, 2015, p.96). Era o sinal verde da Casa Branca que os “golpistas” esperavam. Nessa conjuntura, Paiva destaca algumas datas e ações importantes que marcaram o cronograma de deflagração do golpe:

*20 de março de 1964.* O general Castelo Branco, com prestígio na tropa, informou a oficiais do Exército que aderiria ao golpe iminente. Foi a senha de que os conspiradores precisavam.

*31 de março.* O Olímpio Mourão Filho iniciou a movimentação de tropas em Minas Gerais, incentivado pelo governador Magalhães Pinto.

*1º de abril.* Jango foi a Brasília e, depois, ao Rio Grande do Sul.

*2 de abril.* Numa manobra da meda do Congresso, declarou-se a vacância de cargo, apesar de o presidente estar ainda em Porto Alegre, não exilado. Brasília foi cercada pelo Exército. (PAIVA, 2015, p.96-97, grifos do autor).

Nesse contexto, o deputado Rubens Paiva, “montou a Rede da Legalidade. Na Rádio Nacional, gravou o discurso, convidou outras rádios a aderirem ao movimento. Mas as organizações dos trabalhadores marcaram uma greve geral contra o golpe” e houve muita confusão, deixando “a capital em suspense, atordoada, sem comando, sem governo, cercada.” (PAIVA, 2015, p.97-99). “O golpe se consolidava” meio a reuniões da cúpula do governo indecisa acerca das atitudes a tomar, fugir e como fazê-lo. Desse modo, “Em dois dias, sem derramar uma gota de sangue, um golpe derrubou um governo, respaldado pela constituição” (PAIVA, 2015, p.97).

Consoante a Paiva (2015, p. 100-102), frente à conclamação da Rede, “a reação popular não veio”, mas veio o pior, o Ato Institucional que cassou seu pai, levando “muitos se exilarem em embaixadas recém-inauguradas na cidade”, pois o “golpe estava mais organizado do que antes” e caças sobrevoavam a capital, tanques a cercavam. Porém, segundo o pai do romancista, “o golpe foi desferido sem vítimas fatais” e ele teve que se exilar na embaixada da Iugoslávia.

Já em seguida, em 9 de abril, foi publicado o Ato Institucional nº 1 (AI-1), destituindo o presidente João Goulart e colocando no poder as Forças Armadas. Conforme Barros (1991, p. 23), tratando da atuação do General Costa e Silva no novo governo, este foi responsável pela criação da Comissão Geral de Investigações e pela implantação de “um monstro”, o SNI, peças fundamentais para a instauração e consolidação do regime.

Procurando manter o maior controle possível sobre seus liderados, Castelo Branco tomou medidas na esfera da ideologia da Segurança Nacional. Primeiro, para coordenar as atividades dos inquéritos policiais militares – os ‘famosos IPMs’, que foram instaurados em todo o país e prejudicaram mais de 50 mil pessoas – foi instalada a Comissão Geral de Investigações. Mais importante ainda, foi a criação, através de Decreto-Lei de 13 de junho de 1964, do Serviço Nacional de Informações (SNI). (BARROS, 1991, p. 23).

A partir daí outros Atos Institucionais foram consolidando e afirmando os militares no governo. Gaspari afirma que com o regime instalado em 1964 e com sua política de repressão, o Estado assumiu sua forma mais dura para se manter no governo, que foi a tortura. Resumindo as fases destas duas décadas de ditadura, ele afirma:

Durante os 21 anos de duração do ciclo militar, sucederam-se períodos de maior ou menor racionalidade no trato das questões políticas. Foram duas décadas de avanços e recuos, ou, como se dizia na época, “aberturas” e “endurecimentos”. De 1964 a 1967 o presidente Castello Branco procurou exercer uma ditadura temporária. De 1967 a 1968 o marechal Costa e Silva tentou governar dentro de um sistema constitucional, e de 1968 a 1974 o país esteve sob um regime escancaradamente ditatorial. De 1974 a 1979, debaixo da mesma ditadura, dela começou-se a sair. Em todas essas fases o melhor termômetro da situação do país foi a medida da prática da tortura pelo Estado. Como no primeiro dia da Criação, quando se tratava de separar a luz das trevas, podia-se aferir a profundidade da ditadura pela sistemática com que se torturavam seus dissidentes. (GASPARI, 2003, p.133, grifos do autor).

A tortura foi o método mais sórdido e sombrio que o governo adotou para se manter no poder e silenciar qualquer um que denunciasse suas políticas e fossem contra o golpe. Como afirma Paiva, “a tortura é a ferramenta de um poder instável, autoritário, que precisa da violência limítrofe para se firmar”, junto a “uma aliança sádica entre facínoras, estadistas psicopatas, lideranças de regimes que se mantêm pelo terror e seus comandados”.

Não é a ação de um grupo isolado. A tortura é patrocinada pelo Estado. A tortura é um regime, um Estado. Não é o agente fulano, o oficial cicrano quem perde a mão. É a instituição e sua rede de comando hierárquica que torturam. A nação que patrocina. O poder, emanado pelo povo ou não, suja suas mãos. (PAIVA, 2015, p.110).

Ainda, segundo Gaspari (2003), entre o início e fim da tortura estão os generais Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva, ambos agentes responsáveis dos primeiros passos de construção de um aparelho repressivo incapaz de conviver com um regime constitucional, usado pelo Estado quando este precisa dominar seus inimigos. Apesar de ser um crime

considerado hediondo e inafiançável, nunca deixou de existir. Paiva indaga, então, por que ela, a tortura, continua existindo, a quem serve e qual o seu propósito, e responde:

Para apressar, com eficiência duvidosa, a conclusão de uma investigação. Para encontrar reféns desaparecidos, comparsas, resgates e mandantes. Para desbaratar uma quadrilha. Como vingança. Para destroçar um indivíduo, reforçar quem manda, aterrorizar a população, torná-la dócil. Para dar censo de camaradagem a uma comunidade fechada, como um satânico rito grupal primitivo. Para unir sob uma bandeira que não se sustenta. Para humilhar. (PAIVA, 2015, p.111).

A ditadura fez da violência, literalmente, sua arma para se manter no poder. Para Hannah Arendt, a violência é considerada a característica mais saliente da tirania, e complementando seu pensamento com o de Karl Marx, que acredita que a violência é a peça que engrena todas as formas de governo, afirma:

Para Marx, a violência, ou antes a posse de meios da violência, é o elemento constituinte de todas as formas de governo; o Estado é o instrumento da classe dominante por meio do qual ela oprime e explora, e toda a esfera da ação política é caracterizada pelo uso da violência. (ARENDR, 2014, p.49).

A tortura é a principal arma de governos ditatoriais, não sendo diferente no Brasil, que viveu vinte e um anos dos momentos mais obscuros e vergonhosos da história. Quem tem o seu passado manchado por violência, mortes e desaparecimentos, causados por um governo que fazia da opressão seu principal método para se manter no poder.

### **3.2 O caso Rubens Paiva**

Rubens B. Paiva, como já mencionado, foi um deputado do PTB, cassado pela ditadura em abril de 1964, que desempenhou um importante papel no Congresso Nacional antes do golpe militar:

Ele foi vice-presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apurou irregularidades no Instituto Brasileiro de Ação Democrática, núcleo oposicionista ao governo de João Goulart. A atuação fez com que ele se tornasse um dos primeiros alvos do regime ditatorial. [...] O clima de perseguição política no país fez com que ele partisse para um período de exílio na Europa. (DAL PIVA, 2016, p.35-36).

Antes mesmo do exílio na Europa, Rubens Paiva se refugiou em Brasília, na embaixada da Iugoslávia. De lá, o romancista conta que seu pai escreveu uma carta para ele e suas irmãs, na tentativa de explicar a conjuntura política para seus filhos:

Verinha, Cuchimbas, Lambancinha, Cacazão e Babiú. Recebi suas cartinhas, desenhos etc., fiquei muito satisfeito de ver que os nenês não esqueceram o velho pai. Aqui estou fazendo bastante ginástica, fumando meus charutos e lendo meus jornais. É possível que o velho pai vá fazer uma viagensinha para descansar e trabalhar um pouco. Vocês sabem que o velho pai não é mais deputado? E sabem por quê? É que no nosso país existe uma porção de gente muito rica que finge que não sabe que existe muita gente pobre, que não pode levar as crianças na escola, que não tem dinheiro para comer direito e às vezes quer trabalhar e não tem emprego. O papai sabia disso tudo e quando foi ser deputado começou a trabalhar para reformar o nosso país e melhorar a vida dessa gente pobre. Aí veio uma porção daqueles muito ricos, que tinham medo que os outros pudessem melhorar de vida e começaram a dizer uma porção de mentiras. Disseram que nós queríamos roubar o que eles tinham: é mentira! Disseram que nós somos comunistas que queremos vender o Brasil: é mentira! Eles disseram tanta mentira que teve gente que acreditou. Eles se juntaram — o nome deles é gorila — e fizeram essa confusão toda, prenderam muita gente, tiraram o papai e os amigos dele da Câmara e do governo e agora querem dividir tudo o que o nosso país tem de bom entre eles que já são muito ricos. Mas a maioria é de gente pobre, que não quer saber dos gorilas, e mais tarde vai mandar eles embora, e a gente volta para fazer um Brasil muito bonito e para todo mundo viver bem. Vocês vão ver que o papai tinha razão e vão ficar satisfeitos do que ele fez. (PAIVA, 2015, p.101-102).

Paiva explica que seu pai tinha o intuito de se justificar para os filhos, porque nas ruas, ou nas escolas, podiam ouvir que o pai era comunista. Exilado em Paris no ano do golpe, voltara, ainda, para o Brasil, naquele mesmo ano.

Em 1965, meu pai decidiu que nos mudaríamos para o Rio de Janeiro. Ele fugia do estigma de paulista comunista inimigo da ditadura. Cassado e exilado em 1964, voltou para o Brasil no mesmo ano, clandestinamente, e imaginava ter menos visibilidade e mais oportunidades na Guanabara. (PAIVA, 2015, p.64).

Mas, no dia 13 de dezembro de 1968, com o intuito de acabar de vez com os opositores do regime militar no Brasil, Costa e Silva fechou o Congresso Nacional e instaurou o Ato Institucional nº5. O AI-5 determinava a suspensão dos direitos políticos; do direito de voltar e de ser votado nas eleições sindicais; proibição de atividades ou manifestação sobre natureza política; aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança: liberdade vigiada; proibição de frequentar determinados lugares; domicílio determinado

(FICO, 2003, p. 183). O AI-5 detonou uma nova onda de cassações de direitos políticos, fortaleceu a censura nos meios de comunicação e, principalmente, a partir daí a tortura seria política constante no governo dos militares, suspendendo, ainda, o direito ao *habeas corpus* e eliminando, dessa forma, a principal barreira para as punições e prisões arbitrárias.

Conforme Barros (1991, p. 42), acerca do AI-5,

O Ato Institucional no. 5 foi a implantação acabada do totalitarismo estatal, o comando de todos os brasileiros por uma única vontade, a ditadura sem qualquer disfarce. Ao contrário dos atos anteriores, o AI-5 não vinha com vigência de prazo. Seus doze artigos permitiam o fechamento indiscriminado do Congresso Nacional, assembleias estaduais e câmaras municipais; reabria as cassações de direitos políticos, de vez por tempo indeterminado; abolia o *habeas corpus* para detidos por infração da Lei de Segurança Nacional; permitia a demissão de qualquer funcionário público federal, estadual e municipal, inclusive juízes; suspendia garantias concedidas pelo Poder Judiciário; permitia o confisco de bens como punição pelo que o governo considerasse corrupção, além de outras arbitrariedades.

No dia 20 de janeiro de 1971, que na memória do romancista foi “um dia que não tem fim” (PAIVA, 2015, p.115), seu pai foi rendido em sua própria casa, no Rio de Janeiro, e levado para o DOI/CODI, por um grupo de militares da Aeronáutica, que prenderam o parlamentar cassado e, posteriormente, sua mulher Eunice e a filha mais velha do casal. A mãe e a irmã de Marcelo R. Paiva foram liberadas alguns dias depois, mas seu pai nunca mais foi visto pela família e entrou para listas dos desaparecidos do regime.

Quando Rubens Paiva foi preso, e logo depois desapareceu, a oposição na Câmara dos Deputados não se calou (AZEVEDO; ABAT, 2012, p.177). O deputado Oscar Pedroso Orta, juntamente com diversos outros parlamentares se pronunciaram em plenário e em outras instâncias,

[...] cobrando esclarecimentos e denunciando o desaparecimento do ex-deputado Rubens Paiva. O deputado Marcos Freire, em particular, designado pelo líder para investigar o fato, demonstrou em vários discursos as contradições em que o regime incorria nas informações que prestava à sociedade, ao Parlamento e à família do desaparecido. (AZEVEDO; ABAT, 2012, p177-178).

Naquele momento, o que se sabia era que Rubens Paiva estava desaparecido, a família demorou um tempo para entender que ele havia morrido e somente muito tempo depois, descobriu-se que ele foi morto em apenas dois dias.

Segundo Paiva (2015, p.70), no ano de 1971 “a ditadura apertou. [...] Meu pai foi preso e morto naquele ano. Me fechei. Meu olhar ficou triste, como de nenhum outro moleque”. Com a prisão do deputado, a família de Paiva foi obrigada a sair do Rio.

Àquela altura, não sabíamos se meu pai estava vivo ou morto. Eu poderia voltar ao Rio. Não fazia sentido largar tudo para trás. Mas não voltei. Àquela altura, meses depois da prisão, minha mãe sabia que meu pai estava morto. Mas eu não. (PAIVA, 2015, p.71)

Quando o AI-5 foi baixado e a ditadura mostrou a sua fase mais repressiva, Paiva conta que ali, ele e sua família, deviam ter se exilado, por garantias de segurança. Mas não foi isso que seu pai fez:

Era a lógica para alguém visado. Partidos de esquerda se esfacelaram no começo do golpe. Até partidos de esquerda contra a luta armada estavam sendo esmagados pela ditadura depois do AI-5. A pergunta: por que ele atrasou tanto a nossa partida? Arrogância? Confiança? Dever ideológico? (PAIVA, 2015, p.106).

Paiva afirma que seu pai, mesmo tendo sido cassado em 1964, ainda colaborava a seu modo contra a ditadura.

Apesar de não estar envolvido diretamente com a luta armada, escondia gente, dava dinheiro, ajudava os mais desesperados, trocava informes, viajava e fazia contato com brasileiros no exílio, lideranças do governo desposto, denunciava torturas, prisões arbitrárias, censura, tinha amigos correspondentes estrangeiros como muitos da esquerda brasileira, ou democratas, ou enjoados com o terror praticado pela ditadura, ou traídos por ela, que davam dinheiro, ajudavam os perseguidos, faziam contatos, denunciavam arbitrariedades de um regime de terror. (PAIVA, 2015, p. 106).

Assim, esse é mais um dos possíveis motivos que levava o deputado a ser preso e morto pelos militares. Segundo o romancista, ele e sua família, naquela época, não sabiam no que seu pai havia se envolvido e por qual razão havia sido levado para o DOI/Codi. Em uma passagem de seu livro, na qual Paiva fala sobre o sequestro do embaixador Suíço, Giovanni Bucher no dia 7 de dezembro de 1970, pela VPR - Vanguarda Popular Revolucionária, o autor afirma que os sequestradores exigiam setenta políticos em troca do embaixador. Ele relembra de um momento em que se noticiava o sequestro na TV e que se mencionava que, supostamente, o diplomata deveria estar sofrendo nas mãos dos “terroristas”, seu pai

debochava da situação: “- Tá nada, está se divertindo adoidado, fumando seus charutos” (PAIVA, 2015, p. 135-136).

Segundo relato de Paiva, esta foi a única vez que seu pai falou de algo que ocorria dentro da luta armada e que foi nitidamente notado pela sua mãe:

Foi a primeira e única vez que deixou escapar uma observação que comprometia a sua segurança e a nossa. Será que ele foi preso por causa disso? Comentou com outros que o grandalhão Bucher fumava charutos e jogava cartas no cativoiro? Tinha microfones em casa, espiões nos bares, no escritório dele? (PAIVA, 2015, p. 136).

De acordo com Barros (1991, p. 62-63), nesse momento

seriamente escoraçados, os militantes da esquerda armada, com o sucesso do caso Elbrick passaram à tática sistemática dos sequestros de diplomatas estrangeiros. Com isso, as organizações clandestinas tentavam furar o impenetrável muro que a censura havia erguido em todo dos órgãos de comunicação para divulgar seus manifestos de protesto e, mais importante, buscavam salvar companheiros aprisionados e supliciados. Ao longo de 1970 foram capturados – e soltos pela troca de reféns – o cônsul-geral japonês em São Paulo e os embaixadores da Alemanha e Suíça.

A ditadura respondeu com toda ferocidade aos sequestros promovendo gigantescas operações de bloqueio nas vias públicas, revistando os carros e detendo suspeitos (os chamados “arrastões”). Vasculhavam casas em ruas inteiras, torturando o detido que desconfiavam possuir informações úteis.

Assim como sua mãe, a maior parte do país não sabia o que acontecia nos bastidores obscuros da ditadura, foram muitos anos até que as barbáries do regime no Brasil começassem a ser divulgadas.

A maioria dos brasileiros não sabia exatamente da luta armada, de organizações clandestinas, de guerrilheiros da selva, nas cidades. Minha mãe lia as notícias filtradas pela censura ou autocensura sobre terroristas tombados em combate na fuga, sequestros de embaixadores, assaltos a bancos praticados pelo Terror! Será que meu pai sabia do que acontecia nos bastidores e a poupava por “questão de segurança”? Seria inútil torturá-la. Apesar de ela desconfiar, que mesmo cassado e visado e contra a luta armada, ele conhecia gente demais e fazia alguma coisa contra o regime que combateu e contra quem perdeu. Regime que foi à forra e o virou do avesso. (PAIVA, 2015, p.37, grifos do autor).

Paiva relata que mesmo com a situação como estava nos primeiros momentos da ditadura, a postura de seu pai, e de muitos, era de otimismo, pois não se acreditava que aquele regime iria perdurar por muito tempo, até porque a promessa era que os militares ficariam no

poder somente até as próximas eleições, em 1966, quando tudo indicava que Juscelino Kubitschek assumiria a presidência.

Meu pai não imaginava que duraria vinte e um anos. E que só vinte e seis anos depois teríamos uma eleição direta para presidente. Que o terror seria uma rotina e prática do Estado a partir de 1968, com o AI-5. E que ele estaria sob tortura seis anos e meio depois. Morrendo. E que seu corpo desapareceria. (PAIVA, 2015, p.102).

Paiva considera que “o sensato seria nos mudarmos para Londres ou Paris”, mas conclui que seu “pai perdeu o *timing*”, por se sentir onipotente e ser teimoso e, com isso, perdeu, também, a oportunidade de sair do país enquanto havia tempo, arriscando a vida da família. Mas, segundo o autor, o deputado queria lutar por uma “guerra já perdida”.

E tenho certeza de que, destroçado pela tortura, deve ter pensado nisso. Sabendo que a minha mãe e minha irmã Eliana estavam nas mesmas dependências do DOI-Codi em 21 de janeiro de 1971, de capuz, prontas para os torturadores caírem em cima, sabendo que minha mãe e minha irmã não tinham a menor ideia do que faziam ali, ele deve ter sofrido, o irredutível inconformado, que não soube tomar as precauções devidas. Inimaginável o seu sofrimento. (PAIVA, 2015, p.107).

Nem o deputado Rubens Paiva, nem ninguém, poderia esperar o que estava por vir nos próximos anos da história brasileira. Após 1968, o regime militar engrossou de vez sua característica opressiva e violenta, dando início ao que seria de fato a ditadura brasileira: os exílios, as prisões, as torturas, os assassinatos e os desaparecimentos políticos. Foi justamente nesse período que o DOI-Codi se tornou o principal responsável pelas prisões, torturas e assassinatos, incluindo a do próprio Rubens Paiva.

Segundo Fico (2003, p. 185-199) os Codis eram órgãos de planejamento, controle e execução de medidas de repressão. Consoante ao autor eram os DOIs que de fato realizavam as prisões e interrogatórios seguidos de torturas. Fico afirma que os sistemas de repressão da ditadura não foram criados pelo regime, ao contrário, sempre existiram. No entanto o regime reinventou o aparato repressivo, amparando-se em experiências anteriores, e criou estruturas que seriam copiadas mesmo fora do Brasil. Em relação ao DOI-Codi, Maria Aparecida de Aquino (1999) afirma que:

[...] esse formidável instrumental repressivo objetivava o exercício de uma vigilância cerrada sobre todos os setores da sociedade, visando detectar e

punir toda e qualquer tentativa explícita ou implícita de ‘subversão’ à ordem instaurada. (AQUINO, 1999, p.15, grifo da autora).

A autora conclui que os governos militares viam como necessário “o controle da informação a ser divulgada, para preservar a imagem do regime, num exercício de ocultação que passa, inclusive, pela negação de visibilidade, ao leitor, de suas próprias condições de vida” (AQUINO, 1999, p.15). Segundo o romancista, eles não faziam ideia do que acontecia nas prisões do DOI-Codi, nem do porque seu pai tinha sido preso, além de sua mãe e sua irmã. Acreditavam ainda que, como elas, seu pai também, logo seria solto, pois:

[...] ali tinha uma família sem nada a esconder, numa casa que era um entra e sai, de um chefe de família que teve problemas políticos lá em 1964, mas que nem se metia mais, nem sabia o que estava acontecendo, não se falava de prisão de crianças, de mulheres, de tortura, muito menos de desaparecimento. (PAIVA, 2015, p.130).

Porém, como já dito, Rubens Paiva tinha sido preso naquele 20 de janeiro de 1971, por um grupo de Militares da Aeronáutica em sua casa no Leblon, bem como sua mulher, Eunice, e a filha mais velha do casal.

Paiva foi conduzido primeiramente à 3ª Zona Aérea do Aeroporto Santos Dumont para um interrogatório e acareação com duas mulheres que retornavam do primeiro voo oriundo de Santiago do Chile após a libertação de 70 presos políticos trocados pelo embaixador suíço Giovanni Buncher. Parentes de exilados, elas carregavam cartas que tinham Paiva como destinatário. Poucas horas mais tarde, ainda no mesmo dia, ele foi levado ao Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército no Rio de Janeiro e nunca mais foi visto com vida pela família. (DAL PIVA, 2016, p.24).

Assim que Rubens Paiva foi preso, amigos da família foram contatados. Segundo Paiva (2015, p. 126), logo que se soube da prisão do deputado, quando “o alarme tocou”, muitos “fizeram as malas e se mandaram para o aeroporto o mais rápido possível”, além disso “exilados foram informados”.

Já tinham prendido velhos intelectuais, editores, jornalistas, humoristas, professores, sindicalistas, deputados, militares, cantores, músicos, atores, diretores de teatro, de cinema, escritores, estudantes, padres, freiras, juristas, freis. Tinha escuta telefônica por todo lado. Interceptação de cartas e telegramas. O cerco estava apertado. Rubens caiu. Rubens foi internado. (PAIVA, 2015, p. 126).

Diante desse fato o romancista comenta: “Rubens, logo ele? Era contra a luta armada, era um ex-deputado cassado, nem era comunista, era carta fora do baralho. Mas caiu, foi internado” (PAIVA, 2015, p.126).

Não tínhamos ideia do que acontecia nas prisões, do que era Cisa, DOI, CIE, PIC, Dops, por que meu pai tinha sido preso um dia antes e, depois, minha mãe e minha irmã. Tanta gente foi presa. Tantos combatentes jovens e veteranos, com cara de velinhos simpáticos, que não fariam mal a ninguém, amigos do papai. Alguns passavam dias presos, meses no máximo. (PAIVA, 2015, p.130).

Muita gente foi recolhida no DOI-Codi, que ficava no Quartel do I Exército, na Tijuca, na rua Barão de Mesquita, e “tinha uma estrutura calculada militarmente”, com comando, Seção de Administração, Seção de Operações (que “neutralizavam aparelhos, vigiavam pontos e apreendiam material ‘subversivo’”), Seção de Informação e Análises (que estudava “as organizações clandestinas, a rede de apoio e organogramas de comando”), Subseção de Análise (“que analisavam depoimentos dos torturados e material apreendido”), Subseção de Interrogatórios (“O coração do DOI, interrogadores e torturadores, composto por policiais civis, oficiais, bombeiros, cabos e soldados, chamados de ‘catarinas’, pois a maioria vinha do Sul do Brasil”). Ali, no DOI carioca, a tortura era no prédio do PIC, onde “rolavam três interrogatórios simultâneos” (PAIVA, 2015, p. 137).

No anexo, ao fundo, o DOI-Codi, o maior centro de tortura na América Latina, que usava tecnologia inglesa e americana, fazia experiências com novas técnicas de como arrancar confissões e despedaçar o inimigo, sem contar o know-how nacional já testado havia décadas em presos políticos e especialmente nos comuns: o infame pau de arara. A máquina de moer ossos, diziam, orgulhosos. Que inspirou outros centros na América Latina, readaptou a tortura para a nossa realidade e exportou conhecimento. (PAIVA, 2015, p.131).

Consoante a Barros (1991, p. 66), “De vez em quando, um caso mais escabroso vazava para a opinião pública, como a tortura e o assassinato do deputado Rubens Paiva, em 1971, mas o medo calava todas as bocas”. Em tal contexto, segundo Gaspari (2003), no final de janeiro o I Exército informou à Justiça Militar que Rubens Paiva não estava entre seus presos. Durante quase duas semanas deixaram que o assunto fosse tratado pela imprensa, controlada pela censura, depois que o governo oficializou uma versão falsa, “uma farsa montada”, afirmando que o deputado havia fugido, o que foi manchete dos telejornais e dos jornais, “em maiúscula”:

*O Globo*: “TERROR LIBERTA SUBVERSIVO DE UM CARRO DE FEDERAIS”.

*Jornal do Brasil*: “Terroristas metralham automóvel da polícia e resgatam subversivo”.

*O Jornal*: “TERROR METRALHA CARRO LIBERTANDO PRISIONEIRO”.

*O Dia*: “BANDIDOS ASSALTAM CARRO E SEQUESTRAM PRESO”.

*Tribuna da Imprensa*: “Terror resgatou preso em operação-comando”. (PAIVA, 2015, p.145, grifos do autor).

Tratando da ação dos militares contra os “inimigos internos”, o silenciamento da oposição e o controle da mídia e das notícias que vinham a público, Barros (1991, p. 45) afirma:

a censura implementada em dezembro de 1968, foi regularizada em março, através de um decreto que proibia qualquer crítica aos atos governamentais e determinava a supressão de notícias sobre movimentos de trabalhadores ou de estudantes. Toda a mídia foi colocada sob a supervisão dos tribunais militares.

A família sabia que aquilo tudo era uma grande mentira e que era óbvio que estavam tentando esconder o verdadeiro destino de Rubens Paiva. Mas a confusão promovida pelas notícias desencontradas da imprensa, por um lado, atordoavam a família, por outro, alimentava a esperança de que talvez não tivesse sido ele ou que teria sido resgatado por “bandidos do terror”. Começava, então, a busca pela verdade. Somente no dia 17 de fevereiro saiu em alguns jornais que Eunice havia entregado ao deputado Oscar Pedroso Horta uma carta destinada ao ministro da Justiça para que ele, como presidente do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, soubesse que seu marido estava preso. Na carta, Eunice denunciava que havia sido presa com a filha de quinze anos, Eliana. “Era o começo da luta. Uma das.” (PAIVA, 2015, p.147).

Sobre a prisão de sua mãe no Quartel do I Exército e os procedimentos a que foi submetida, que revela aqueles sofridos por tantos outros presos, Paiva (2015, p. 135, grifos do autor) escreve:

Minha mãe entrou escoltada numa sala que parecia a de uma repartição pública. Tiraram o capuz da ‘cliente’. Era assim que chamavam os presos. Depois do interrogatório, viravam ‘pacientes’. A repressão política em 1971 estava metódica, com um cronograma padronizado em todos os estados. Quem prendia não era quem interrogava ou torturava. No início, não interrogavam sobre o passado. A prioridade era o presente e o futuro. Se o preso tinha treinado em Cuba, na China ou na Argélia, o matavam em

‘campo’, na rua. Ele ‘viajava’, como referiam. Em 1971, nem era mais preso. Era um ‘cubano’, diziam. Não queriam correr o risco de ter que trocá-lo dias ou meses depois por um diplomata sequestrado. E foram quatro ao todo: um cônsul japonês, o embaixador americano, o alemão e o suíço, Giovanni Bucher.

Em relação à sua estadia no Quartel, por “doze dias, sem ver a luz do sol”, “jogada numa cela no fundo do DOI sem nenhuma explicação”, ao fim de um “corredor escuro”, sozinha, abatida e magra, Paiva (2015, p. 141, 143) comenta:

Ela sofria naquela cela havia dias. Nenhuma notícia do marido. Nem dos outros filhos. Nenhuma notícia do mundo. Nos primeiros dias, chamavam-na para depor e olhar álbuns de fotos. Conhece este, conhece aquele? Nada. Não conhecia ninguém. E, se conhecia, não dizia. Ou não reconhecia presos assustados, destroçados pela tortura. Reconheceu a sua foto, a da filha e a do marido. Ouviu gritos de tortura na volta para cela, para a solidão, a aflição, o vazio e a falta de apetite.

Ali, Eunice Paiva ficara por doze dias presa, “sete com a mesma roupa no corpo, sem banho, pente, escova de dente, toalha, sabonete, nada, incomunicável”, sendo “interrogada muitas vezes. Às vezes, no meio da noite.” (PAIVA, 2015, p. 145).

Em março de 1971, saiu pela revista *Manchete* uma foto da família Paiva e uma reportagem sobre o desaparecimento de Rubens Paiva. Segundo o romancista, era uma revista importante, de celebridades, que “encantava-se com o Milagre Brasileiro”, por entre anúncios oficiais que cantava: “Esse é um país que vai para frente. Ou, ou, ou, ou. De gente amiga e tão contente. Ou, ou, ou, ou...”. Mas, o autor, ainda, registra que na época “a imagem do Brasil no exterior começava a ficar arranhada com depoimentos de exilados que contavam dos horrores da tortura” (PAIVA, 2015, p. 149) que aconteciam nos porões da ditadura, enquanto as autoridades brasileiras, quando questionadas, negavam as denúncias.

Zuzu Angel, estilista mais famosa do Brasil, fez um desfile em Nova York com estampas em que havia denúncias contra a tortura e o desaparecimento de seu filho, Stuart Jones, de dupla nacionalidade. Mobilizou artistas de Hollywood. O Senado americano fez um hearing com o diretor da CIA, Richard Helms, que desconversou. Não confirmou nem negou que o governo brasileiro torturava seus inimigos e em casos extremos desaparecia com os corpos. (PAIVA, 2015, p.149-150).

De acordo com Barros (1991, p. 79), acerca do caso do filho de Zuzu Angel, a “linha dura” atçou grupos paramilitares contra pessoas isoladas e entidades identificadas com posturas progressistas. Nesse contexto,

Em meados de abril, um atentado terrorista camuflado de “desastre de automóvel” assassinou a estilista Zuzu Angel, mãe de um “desaparecido” político (Stuart Edgar Angel Jones), que desde 1971 incomodava as autoridades, movendo uma desesperada busca ao cadáver do filho. A luta e a coragem de Zuzu impressionaram até jornalistas norte-americanos que publicaram, repetidas vezes, suas denúncias sobre o regime militar brasileiro. (BARROS, 1991, p. 79, grifos do autor).

Já aqui no Brasil, a embaixada dos EUA, segundo Gaspari, citado por Paiva, omitia e escondia os casos de tortura que eram cometidos pelo governo:

Elio Gaspari conta que, desde agosto de 1970, a embaixada americana em Brasília mentia para o Departamento de Estado americano. Informava que a tortura estava sendo substituída por métodos “mais humanitários” de interrogatório. O consulado americano mantinha um pesquisador-visitante no DOI-Codi carioca. Ao Senado americano, o chefe de Segurança Pública do programa de ajuda ao Brasil disse que não sabia o que era o Codi. (PAIVA, 2015, p. 150, grifos do autor).

Eunice Paiva passou aqueles dias do verão de 1971 sendo entrevistada por correspondentes estrangeiros. A notícia do sumiço de Rubens Paiva foi estampada em jornais como *The Guardian*, *The Time* e *The New York Times*.

Mulher de ex-deputado federal perseguido pelo regime relata desaparecimento do marido, saiu no NYT:

Last January, a Brazilian civil engineer was arrested in his home by Government security agents and disappeared. He has not being heard from since. But, his case exploded in noisy publicity today. There have been at least two other cases of Brazilians who, according to their relatives, have disappeared after being arrested by security forces...<sup>3</sup> (PAIVA, 2015, p.150-151).

Por isso, segundo Paiva, ficaram surpresos quando um órgão da imprensa brasileira, como a *Manchete*, os procuraram para fazer uma matéria sobre o caso do desaparecimento de Rubens Paiva. Foi a única foto da família que saiu na imprensa durante muitos anos, pois, de acordo com ele, “Logo depois, a censura apertou, ficou mais profissional, mais rigorosa, quase não passava nada, e entramos para a lista negra.” (PAIVA, 2015, p.152). Consoante a Paiva, “Durante anos, no Brasil, o nome da minha família foi riscado do mapa”, passando a

---

<sup>3</sup> Tradução: Em janeiro passado, um engenheiro civil brasileiro foi preso em sua casa por agentes de segurança do Governo e desapareceu. E não tem se ouvido sobre ele desde então. Mas, seu caso estourou na imprensa hoje. Houve pelo menos dois outros casos de brasileiros que, segundo seus familiares, desapareceram após serem presos pelas forças de segurança...

ser “evitada” por “alguns brasileiros, conhecidos e amigos”. “Até parentes” passaram a evitar a família, por medo serem associados a eles (PAIVA, 2015, p.153). Sobre a foto ele pondera:

É uma foto que reflete o absurdo do seu tempo. Uma mulher, com cinco filhos adolescentes, perguntando pelo marido, que as autoridades afirmavam ter fugido numa diligência. Um fotógrafo procurando a essência da pauta. A porta que viu saírem militares de metralhadoras com um casal e a filha. Viu a dor e a morte passar. (PAIVA, 2015, p.153).

O deputado Rubens Paiva entrou no DOI-Codi no dia 20 de janeiro de 1971 e na noite do dia 21 já estava morto, sendo levado na madrugada do dia 22, “esquartejado”, enquanto sua esposa e filha eram interrogadas em separado.

Dal Piva relata que o desaparecimento do deputado está inserido no contexto de um dos períodos mais violentos do regime militar, aquele do governo do general Emilio Garrastazú Médici, entre 1969 e 1974. O golpe de 1964 deu início a “um regime autoritário fundado na instauração de um estado de Exceção inspirado na doutrina de segurança nacional” (MARTIN-CHENUT apud DAL PIVA, 2016, p. 36). Estado de exceção que possuía uma filosofia de “guerra permanente e generalizada” contra o inimigo interno, que era o comunismo, naquela época, sob o comando de potências socialistas estrangeiras como Cuba, URSS e China.

Fico (2001, p.119) ressalta que depois do AI-5 foram criadas, ainda, diversas outras ações como a instalação da Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar, unificando a condução das investigações, e Inspetoria Geral das Polícias Militares, para o controle das Forças Armadas sobre as polícias estaduais. Além disso, foi editado um novo Código Penal Militar, Código de Processo Penal Militar, e a Lei de Organização Judiciária Militar. Tudo isso se alinhava ao já editado Ato Institucional nº2 (AI-2), de 1965, que permitiu o julgamento de civis pela Justiça Militar em casos vinculados à Segurança Nacional.

E era nesse contexto e cenário que Rubens Paiva havia sido preso. Depois de diversas notícias falsas de que o deputado havia sido resgatado por um grupo de terroristas, e que a mãe de Marcelo Paiva sabia que era mentira, a família continuava em busca do desaparecido e de respostas. No dia 11 de fevereiro de 1971, foi encerrada a sindicância instaurada no DOI e o major Ney Mendes, reproduzindo os termos do capitão Raymundo Ronaldo Campos, concluiu:

Pelas diligências e investigações por mim procedidas, constatei a veracidade das afirmativas dos agentes de segurança, corroboradas com o laudo de

exame pericial procedido no local e na viatura incendiada, perícia está do 1º BPE. Verifica-se, pois, que os agentes de segurança não praticaram qualquer ato que merecesse reprovação. Pelo contrário, usaram de todos os recursos legais de que dispunham para evitar a consumação do evento, por parte dos elementos desconhecidos, possivelmente terroristas. Não houve em qualquer hipótese algum indício de responsabilidade a apurar-se por parte dos agentes de segurança. Pelo contrário, demonstraram iniciativa, coragem e um elevado grau de instrução em face da surpresa e superioridade dos elementos desconhecidos. Na refrega, houve a evasão do sr. Rubens Beyrodt Paiva para local ignorado, não sabendo as autoridades de segurança o seu paradeiro, de vez que a preocupação dos referidos agentes era de se defender e também o seu acompanhante, cujas consequências foram a queima do carro e a interrupção das diligências que estavam se processando [...] Em face do acima exposto e das provas periciais constantes da presente, conclui-se não ter havido qualquer responsabilidade ou indício de existência de infração penal a apurar-se por parte dos agentes de segurança, eis que, quanto ao sr. Rubens, ainda estão sendo tomadas providências pelos órgãos competentes. Razão por que opino pelo arquivamento desta Sindicância. (PAIVA, 2015, p.154-155).

Na expectativa e na crença de que Rubens Paiva estivesse vivo, Eunice continuou lutando para encontrar o marido, passando a frequentar Brasília. O romancista afirma que houve denúncia na Comissão de Direitos Humanos da Câmara, na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e na Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Ainda segundo o autor, na mesma época o ministro da justiça, Alfredo Buzaid, disse que seu pai logo seria solto, além de um coronel ter pedido dinheiro para o avô de Marcelo Paiva para agilizar a soltura da prisão em Fernando de Noronha.

Tudo mentira. Todos sabiam que era mentira. O alto escalão do governo sabia que era mentira. Jornalistas sabiam que era mentira. Menos a minha mãe, que queria acreditar que ele estava vivo, que precisava acreditar, e conheceu senadores que não serviam para nada, deputados que não legislavam, um poder corroído pelo autoritarismo, corrompido até a alma, juízes que não julgavam, tribunais que mentiam, um poder de fachada, uma mentira para dar legitimidade a uma ditadura e a milicos que mandavam e desmandavam e metiam medo, lia uma imprensa vaga, sob censura ou, pior, condescendente, via uma TV que se omitia, acovardava-se. (PAIVA, 2015, p.157-158).

Em agosto de 1971 o STM encerrou o assunto afirmando que o paciente já não se encontrava preso, mas

um jornalista do lendário e independente Jornal do Brasil, Fritz Utzeri, dos poucos que não tinham medo, que continuaram em contato, em que confiávamos, confirmou para minha mãe que meu pai não seria solto, que foi morto, e seu corpo, desovado. Que ouviu do próprio presidente do Brasil,

general Médici, a frase ‘morreu em guerra’. (PAIVA, 2015, p.160, grifos do autor).

Anos depois, mais precisamente em 1985, em uma palestra que Eunice Paiva realizava, ela disse “que ouviu de tudo, muitas versões e mentiras, mas que a única certeza que ela tinha era de que Rubens estava morto, mas uma morte não oficial”. Dizia sempre:

- A tática do desaparecimento político é mais cruel de todas, pois a vítima permanece viva no dia a dia. Mata-se a vítima e condena-se toda a família a uma tortura psicológica eterna. Fazemos cara de fortes, dizemos que a vida continua, mas não podemos deixar de conviver com esse sentimento de injustiça. (PAIVA, 2015, p.165).

O advogado José Carlos Dias (2001), de acordo com a Lei da Anistia, afirma que, em relação aos desaparecidos, a verdade é um direito que precisa vir à tona:

Se parece oportuna e pertinente a observação de que o direito à verdade deve ser reconhecido e proclamado, mesmo porque a história não pode ser censurada, nem por isso se justifica o estabelecimento do juízo de conhecimento sem a cominação de uma pena. (DIAS, 2001, p.71).

Apenas em 2014, quando o Ministério Público Federal do Rio de Janeiro juntou algumas peças, é que a Comissão Nacional da Verdade chegou a uma conclusão final. Segundo o romancista, para os procuradores do MPFRJ, “o motivo da prisão” de Rubens Paiva “começou com o desfecho do sequestro do embaixador suíço, Giovanni Bucher”. Cecília Viveiros, (mãe de Luiz Rodolfo Viveiro, outro preso político), já doente, “deu um depoimento por escrito” e os “procuradores juntaram com outros depoimentos de agentes, inclusive torturadores”, e construíram uma narrativa da qual extraímos o que vem abaixo (PAIVA, 2015, p.165).

Para a libertação e soltura do embaixador suíço, G. Bucher, que havia sido sequestrado no dia 7 de dezembro pela *Vanguarda Popular Revolucionária*, o grupo exigia setenta presos políticos em troca. No dia 13 de janeiro, Bucher foi liberado e os presos exigidos seguiram para o Chile, entre eles Luiz Rodolfo Viveiros de Castro, filho de Cecília, bem como sua esposa, Jane Corona Viveiros.

A mãe de Luiz, Cecília Viveiros de Castro, foi ao Chile visitá-lo e, ao retornar em companhia da irmã de Jane, Marilene Corona Franco, concordou em portar consigo cartas e papéis com conteúdo político, endereçados a amigos e conhecidos do casal. (PAIVA, 2015, p.165-166).

No entanto, no dia 19 daquele mês, Cecília e Marilena Corona Franco, foram detidas ao retornar ao Rio de Janeiro num voo que “era o primeiro a retornar ao Brasil após o exílio dos presos trocados e por isso havia forte controle da repressão sobre a identidade dos passageiros e sobre seus pertences”. Foram submetidas a sessões de ameaças diversas, torturas e humilhações em interrogatórios, como de costume ao regime, e em revista corporal se descobriu que “ocultavam papéis com conteúdo político, remetido por exilados”:

Nos papéis encontrados em poder de Marilene, havia a orientação de que um dos pacotes deveria ser entregue a “Rubens, que poderia ser contatado através de um determinado número de telefone”. (PAIVA, 2015, p.167, grifos do autor).

Marilene, então, foi forçada, mediante tortura, a telefonar para o número indicado, que estava controlado, possibilitando localizar o destinatário da encomenda, que teve, minutos mais tarde, sua casa cercada e invadida por seis agentes fortemente armados do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (Cisa) que cumpriam ordens de um oficial. Rubens Paiva foi preso, “sem esboçar nenhuma resistência”, e conduzido ao Centro em seu próprio veículo, onde “Cecília e Marilene testemunharam o interrogatório e início das torturas infligidas ao ex-parlamentar”, as quais prosseguiram posteriormente (PAIVA, 2015, p. 167-169).

No DOI, Cecília foi “fotografada e fichada”, e enquanto esperava “ouvia os gritos do Rubens Paiva sendo interrogado” ao som de músicas de vitrola e rádio em volume máximo (como “Jesus Cristo”, de Roberto Carlos e “Apesar de você”, de Chico Buarque), xingamentos e expressões vulgares. Nessa situação, vez e outra, alguém passava por ela, batia em seu ouvido ou puxava seus cabelos ou falava para ir “se preparando”, pois estava “chegando sua vez” e que aquilo era “uma guerra”, dando a entender que a morte de um preso não seria considerada algo criminoso”. Assim, uma movimentação intensa ao redor de Paiva adentrou a madrugada, sendo presenciada por outros presos políticos, que também eram torturados e dos quais se ouvia gritos, até que horas depois, outro depoente, apontado pelo romancista, “viu alguns agentes retirarem da cela um corpo inerte e totalmente coberto” (PAIVA, 2015, p. 171-173).

Consoante Paiva (2015, p. 174), naqueles tempos “o mundo caía em cima, a repressão aparecia pelo esgoto, pelo telhado, infestava como uma praga que trazia a peste na saliva”. Os militantes eram jovens e idealistas, “largavam suas profissões e famílias por um ideal

romântico. Queriam fazer algo pela liberdade. E eram dos poucos que tinha coragem de enfrentar um regime desgraçado, estúpido, dos gorilas”.

Conforme Barros (1991, p. 38), esse ideal romântico de fazer a revolução se desfazia com a prisão dos opositores ao regime, num momento em que os militares da “linha dura” e seus aliados interessavam pelas manifestações públicas e possíveis distúrbios capazes de assustar a população, pois serviam para justificar a implementação dos mecanismos em defesa da “segurança nacional”. “Durou pouco tempo o sonho daquele revolucionarismo romântico. Em outubro, duas derrotas seguidas desbarataram o movimento estudantil e acabaram com a ilusão de se fazer a revolução a partir da mobilização da massa universitária”. Nessa conjuntura,

Mesmo que o conteúdo da carta para Rubens fosse um simples bilhete fraternal, seria entendido pelos agentes como mensagem codificada de perigosos subversivos. O erro cometido pelos exilados era irreversível e as consequências, fatais. (TÉRCIO, 2013, p. 179).

De acordo com Paiva, “o mundo estava de ponta-cabeça. Os direitos civis, anulados. A violência era uma política de Estado” e valia de tudo, tortura, estupro das garotas, celas abafadas, calor ou frio, fome, desaparecimentos... (PAIVA, 2015, p. 174-5). Assim como ocorrera com Rubens Paiva, foram muitos os casos, e o romancista aponta alguns deles. Segundo ele, a “leva de desaparecimentos políticos [...] começou a partir de 1969 no Brasil”, mas “lutar pela redemocratização seria uma vingança mais efetiva, e esperar que a Justiça numa nova democracia fizesse a sua parte”, que é o que ele espera “até hoje” (PAIVA, 2015, p. 193-194).

Porém, sua “mãe sem rancor”, aliou-se “publicamente a favor da Anistia”, ao movimento dos direitos humanos, com um ideal nos punhos, dizendo ser esta “a atitude correta, a nossa guerra”, se tornando, aos poucos, em “um ícone da redemocratização. Uma autoridade. Dava entrevistas, recepcionava aliados, frequentava reuniões no Congresso, agregava”. Nesse contexto e sentido, a redemocratização seria a morte do regime autoritário e nos fins dos anos 70 “a ditadura ruía”; partidos políticos surgiram, o movimento sindical voltou a se organizar, a juventude passou a militar no movimento estudantil e a fazer pichações “PELA LIBERDANDE DE EXPRESSÃO, LIBERDADES DEMOCRÁTICAS, ANISTIA AMPLA E RESTRITA. Os jargões reformistas em voga” (PAIVA, 2015, p. 195, grifos do autor).

Conforme Marcos Napolitano (2001, p. 121), em *Cultura Brasileira: utopia e massificação* (1950-1980), ao tratar de política e cultura em um novo tempo de mobilização, nesse momento, renovava-se o ímpeto de participação política mais intensa, passando de uma fase de resistência para uma fase mais crítica e agressiva, na medida em que as massas voltavam ao primeiro plano da vida nacional, mudando completamente a correlação de forças entre a sociedade civil democrática e o Estado, sob domínio de um regime autoritário e coercitivo.

Apesar de o regime militar ainda controlar a situação social e política do país, a perspectiva de abertura e cultura de oposição cada vez mais forte no seio da classe média, e mesmo das classes populares, estimularam o debate político na sociedade brasileira. Em 1977, o movimento estudantil voltou às ruas, realizando grandes passeatas, e, em 1978, o movimento operário voltou a realizar grandes greves [...] A discussão política e a luta pela democracia deixavam os gabinetes palacianos e os pequenos círculos de militantes e intelectuais, e passavam a ocupar o primeiro plano entre os grandes temas em debate na sociedade brasileira. (NAPOLITANO, 2001, p. 121).

A luta pela Anistia começou em 1977, 78, 79 e Eunice Paiva participou de mesas-redondas para falar dos “Mortos e desaparecidos” e a favor da Anistia, que teve início “na posse do Figueiredo para abafar os movimentos sociais e propor uma Lei de Anistia que anistiasse os torturadores”, que sofreu retoques e foi aprovada em 1979. (PAIVA, 2015, p. 197).

Para Barros (1991, p. 92), o processo da “distensão” à “abertura”, sempre “lento, seguro e gradual”, traçado por Geisel e Golbery, foi sendo cumprido, seguindo seu curso, porém, no que diz respeito à Anistia, ele avalia:

No entanto, a anistia de João Batista Figueiredo – a 48ª. da história brasileira – ficaria longe da “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”, clamada pela sociedade brasileira. A nova lei não era ampla, porque não beneficiava guerrilheiros que participaram de ações armadas e ainda tinham pena a cumprir; nem geral, pois discriminava quais os “crimes” a serem perdoados; e muito menos irrestrita, na medida em que não devolvia aos punidos os cargos e patentes retirados.

O pior da anistia de Figueiredo, porém, foi a determinação inquestionável de que não se deveria, de modo algum, investigar agentes de órgãos de segurança implicados em violências, torturas ou qualquer ato ilegal contra presos políticos. Aos torturadores, bem mais do que aos torturados e “desaparecidos”, foi concedido perdão absoluto. (BARROS, 1991, p. 92).

Perseguindo a trajetória de sua mãe, Paiva afirma que descobriu “então que Eunice não foi uma só. Existiram algumas...”. Na campanha das Diretas Já, estava ela lá, de amarelo,

nos palanques, e a “candidatura de Tancredo começou decolar, interrompendo o ciclo militar” (PAIVA, 2015, p. 210-211). Conforme Barros (1991, p. 112), tratando da movimentação das “Diretas já”, “houve em 1984 um raro movimento capaz de pressionar o Estado e fortalecer a busca da democracia pretendida pela sociedade civil”. Para Capelato (1988, p. 56), avaliando a atuação na imprensa nesse momento,

na campanha pelas eleições diretas, muitos jornais mostraram-se cautelosos, temendo a radicalização da luta. Entre esses moderados a candidatura de Tancredo Neves, foi bem acolhida. A transição moderada estava mais de acordo com o ‘espírito do povo brasileiro’, argumentavam os conciliadores.

Retornando a Paiva, que apreciava a atuação de sua mãe nas lutas pela redemocratização, relata que ela “se queixou da Lei da Anistia, que perdoava os torturadores. Ninguém sabia o que os civis fariam no poder em relação às monstruosidades da ditadura. Deixaram barato por muitos anos.” Da proclamação da Constituição de 1988, ela também participou como convidada de honra e ouviu Ulysses Guimarães declarar a um plenário lotado: “Esta é a Constituição Rubens Paiva.” (PAIVA, 2015, p. 210-211). De acordo com Paulo Sérgio do Carmo (2001, p. 158), em *Culturas da rebeldia: a juventude em questão*, “em 1988 é promulgada a nova Constituição, que varreria de vez o chamado ‘entulho autoritário’ da antiga Carta imposta pelos militares, em 1969”.

Mas, ao fim de tudo, após percorrer todo esse processo, o romancista ainda pergunta: “Quem era meu pai? Por que a tortura foi tão violenta? Falo de décadas de mistério. O que aconteceu, como?” (PAIVA, 2015, p.217). São perguntas que talvez Marcelo Paiva nunca tenha respostas por completo. O autor lembra que, mesmo após o fim da ditadura, quando algumas respostas começavam a surgir, com o fim da censura, e a imprensa passou a trazer história, depoimentos, eles queriam gente de dentro do regime para falar sobre o caso.

Sabíamos que muitos viram, muitos sabiam e nem todos concordavam com os métodos aplicados. Mas tinham medo. A máquina da repressão estava intacta. Era eficiente. Eliminava arquivos sem deixar suspeitas. A máquina precisa sobreviver. A máquina é quem manda no Estado. (PAIVA, 2015, p.219).

O romancista conta que sua dissertação de mestrado foi sobre a luta armada e que mesmo não percebendo de momento, sua pesquisa era uma busca por respostas que ele procurava por quase toda sua vida. “Era uma busca pelo que tinha acontecido com meu pai”:

Eu não tinha percebido, mas estava evidente: minha pesquisa do mestrado, de 1991 a 1995, era uma busca pelo que tinha acontecido com meu pai. Eu não percebia, mas era evidente: eu o pesquisava através de outros relatos, outros personagens, sobreviventes. Entendi então por que minha mãe e irmã tinham sido presas um dia depois. E tomei um susto enorme. (PAIVA, 2015, p. 221).

A ditadura civil-militar fez isso com as pessoas e com a sociedade, deixando marcas e consequências irreparáveis, tanto para aqueles que foram vítimas diretas daquela máquina repressiva, quanto para suas famílias e a outros tantos que experimentaram seu amargo sabor indiretamente. A família de Rubens Paiva lutou por mais de vinte anos pela busca da verdade, queriam justiça. Em 1996, quando finalmente pegaram o atestado de óbito de Rubens Paiva, o autor fala que, pela primeira vez, viu sua mãe expressar os sentimentos guardados por tantos anos:

Naquela tarde que pegamos o atestado de óbito, em 1996, vi minha mãe então chorar como nunca fizera antes. Era um urro. Não tinha lágrimas. Como se um monstro invisível saísse da sua boca: uma alma. Um urro grave, longo, ininterrupto. Como se há muito ela quisesse expelir. Pela primeira vez, me deixou falar, sem me interromper. Pela primeira vez, na minha frente, chorou tudo o que havia segurado, tudo o que reprimiu, tudo o que quis. Foi um choro de vinte e cinco anos em minutos. O rompimento de uma represa. (PAIVA, 2015, p.224).

Assim, em *Ainda estou aqui*, Marcelo Rubens Paiva consegue ter algumas respostas que ele ainda não tinha na época que escreveu *Feliz ano velho*. Agora, além de expor os anos de sofrimento e busca pela verdade, Paiva tem, por fim, um desfecho certo com o atestado de óbito. Mas isso não o leva a encerrar o assunto, e sim a relê-lo, reescrevê-lo; reescrever para nunca esquecer as atrocidades, as dores, os sofrimentos, as angústias... Recordar sempre, pois o ovo da serpente que parece ter sido morta, não raro parece dizer “ainda estou aqui”. O passado não está morto, ele nos rodeia à todo momento.

Se o “alemão impronunciável”, o Alzheimer, causador da morte de pequenas células do cérebro, provoca tantas perdas, das funções cognitivas, da memória, da orientação, da atenção, da linguagem, dos sentidos... escrever ou reescrever esta história é remontar os cacos e fixá-los na pauta de papel para que os lutos e lutas que compõem a estrada ou a trajetória por ela, não se percam. Se Eunice, pelas alterações fisiológicas perdia dia a dia suas memórias, Paiva, para evitar “a falta dela em seu próprio cérebro”, o apagar brutal de gestos e palavras, torna texto suas memórias, fixa a história vivida por ela, na pauta de papel, enquanto essa história ainda estava com ela.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final deste trabalho com a certeza que muito ainda precisa e pode ser feito, falado e debatido sobre a ditadura civil-militar brasileira. Certeza também de que *Ainda estou aqui*, fonte documental desta pesquisa, tem um papel fundamental na luta entre memória e esquecimento, para que tal fato jamais seja esquecido e que uma “ditadura nunca mais” aqui se repita, pois certamente foi um período desolador e vergonhoso para a história do Brasil.

A relação estabelecida nesta investigação com *Ainda estou aqui*, uma autobiografia que relata e denuncia a ditadura, propiciou uma maior proximidade com o período do regime militar, possibilitando mostrar àqueles que pedem a sua volta o que foi aquele período e as práticas autoritárias que o constituiu, bem como as consequências de um tipo de governo que anula todo e qualquer direito do cidadão.

Ao longo deste trabalho foi possível perceber como a questão da memória é fundamental para melhor entendimento da ditadura civil-militar e que tal denominação, “civil militar”, não começou a ser usada aleatória e desnecessariamente, pois como foi mostrado durante a pesquisa, muitos pedem a volta dos militares ao poder, de um tempo em que a percepção errônea que se tem dele é de que foi uma época de prosperidade e desenvolvimento.

A narrativa de Paiva nos apresenta uma forma de lidar com o passado, de torná-lo inteligível, sendo, dessa maneira, um modo pelo qual professores e alunos, nas aulas de História e de Literatura, podem dar sentido ao passado histórico, ao pensarem e confrontarem versões desse passado. De tal modo, por meio da narrativa literária de Paiva, percebemos que é possível viabilizar em aulas de História e de Literatura a abordagem de ideias amplas e complexas, às vezes até abstratas, referentes a esse período da história de nossa sociedade, ligando-as a um caso específico, mas apenas aparentemente particular, pois representativo de outros tantos ocorridos naquele momento. Consoante ao próprio Marcelo Paiva:

A memória não é apenas uma pedra com hieróglifos entalhados, uma história contada. Memória lembra dunas de areia, grãos que se movem, transfere-se de uma parte a outra, ganham formas diferentes, levados pelo vento. Um fato hoje pode ser relido de outra forma amanhã. Memória é viva. Um detalhe de algo vivido pode ser lembrado anos depois, ganhar uma relevância que antes não tinha, e deixar em segundo plano aquilo que era então representativo. Pensamos hoje com a ajuda de uma parcela pequena do nosso passado. (PAIVA, 2015, p.117)

Nesse campo de conflitos, de embates, de memórias em disputa, de “verdadeiras batalhas de memórias” que assistimos na atualidade (POLLAK, 1989, p. 4), o trabalho do historiador se faz necessário no combate ao esquecimento e ao enquadramento da memória, pois como dito por Paiva a “Memória é viva”, está em constante transformação e entra em disputa, se opondo à memória oficial. Quando um período tão violento como o da ditadura civil-militar é deixado de lado, esquecido e manipulado ocultando sua especificidade autoritária, ela pode voltar à cena social como uma perspectiva positiva para muitos. Por isso, conhecer cada vez mais sobre esse tempo é tão importante e fundamental para afastarmos o risco da volta do indesejado e do negativo na visão de outros.

A ditadura civil-militar foi um dos períodos mais dolorosos da história brasileira e, portanto, jamais deve ser esquecido, para que nunca seja repetido, pois como vimos ao longo deste trabalho, no cenário atual do país muitos se sentem atraídos por aquilo que não conhecem como deviam, pela volta do regime militar. O livro *Ainda estou aqui*, muito mais do que uma simples bibliografia, é um desabafo e uma forte denúncia dos anos de chumbo escrito por alguém que viu e viveu de perto as agruras da ditadura. Marcelo Rubens Paiva e sua família sabem bem o que é viver em um governo antidemocrático, em que os direitos civis dos cidadãos são completamente anulados.

Durante anos a família Paiva precisou lutar pela busca da verdade e pelo direito à justiça diante do desaparecimento e da morte de seu patriarca. E mesmo mais de trinta anos depois do fim da ditadura, o país vê sua democracia constantemente ameaçada. E por isso, conforme as palavras do próprio Marcelo R. Paiva, foi que ele sentiu a necessidade de escrever um novo livro sobre as mazelas de uma ditadura. A autobiografia, como uma nova fonte para história, se revela como um documento que aproxima leitor e autor, por se tratar de textos que narram a vida de pessoas comuns e que democratiza os discursos.

Em *Ainda estou aqui*, Paiva afirma que não teve grande participação e contribuição na luta contra a ditadura, e que quem lutou de verdade para que isso ocorresse foram sua mãe e irmãs:

Na verdade, não contribuí efetivamente com quase nada para a queda da ditadura. Minha mãe e minhas irmãs, sim. Apenas escrevi expondo meu desencanto. Que poderia ser contra a ditadura, contra o capitalismo, contra existência. Descontei. Desabafei. (PAIVA, 2015, p.196).

Portanto, seu livro tem uma contribuição enorme a dar aos dias atuais, porque nos informa e oferece um testemunho das atrocidades e dores daquela época tão conturbada de

nossa história. É um livro que não deixa que a memória de seu pai, Rubens Paiva, e de tantas outras vítimas da ditadura, seja esquecida. Muito mais que isso, mostra que, no Brasil, ainda há muito a ser feito. Muitas famílias precisam ser reparadas, os envolvidos punidos e aqueles que desconhecem o que foi realmente a ditadura precisam conhecê-la. O texto de Paiva, bem como essa dissertação, alertam contra esse mal que precisamos combater e afastar com grande urgência por meio do ensino de nossa História.

## REFERÊNCIAS

### 1) Fonte

PAIVA, Marcelo Rubens. *Ainda estou aqui*. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2015.

### 2) Bibliografia

ALENCASTRO, Luiz Felipe. 1964: por quem dobram os sinos? In: TELES, Janaína (org). *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?* 2. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/diversos/impunidade.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2018.

ALMEIDA, Claudio Aguiar. *Cultura e sociedade no Brasil: 1940-1968*. São Paulo: Atual, 1996.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa, estado autoritário (1968-1978)*. Bauru: EDUSC, 1999.

ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2014.

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2010.

AZEVEDO, Débora Bithiah de; ABAT, Márcio Nuno. *Parlamento mutilado: deputados federais cassados pela ditadura de 1964*. Brasília: Câmara dos deputados, Edições Câmara, 2012.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaldi*, s. 1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Editora Portuguesa, 1985. p. 296-332.

BARROS, Edgard Luiz de. *Os governos militares*. São Paulo: Contexto, 1991.

BECKER, Jean-Pierre. A opinião pública. In: REMOND, René (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: editora, ano. p. 185-212, 2003.

BERGAMO, Mônica. Caso de Rubens Paiva terá reforço de magistrados contra anistia de agentes. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 abr. 2018. Disponível em: <[https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2018/04/caso-de-rubens-paiva-tera-reforco-de-magistrados-contr-a-anistia-de-agentes.shtml?loggedpaywall#\\_=\\_?loggedpaywall](https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2018/04/caso-de-rubens-paiva-tera-reforco-de-magistrados-contr-a-anistia-de-agentes.shtml?loggedpaywall#_=_?loggedpaywall)>. Acesso em: 24 abr. 2018.

BERNSTEIN, Ana. Performance solo e sujeito autobiográfico. In: SUSSEKIND, Flora; DIAS, Tânia (orgs). *A historiografia literária e as técnicas de escrita: do manuscrito ao hipertexto*, Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa; Viera e Lent, 2004. p.256-275.

- BLOCH, Marc. *Apologia da História* ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BORGES, Valdeci Rezende. História, Literatura e Memórias: o autoritarismo no Brasil Republicano em três obras literárias. *Veredas da História*, Rio de Janeiro, ano III, n. 1, p. 1-29, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (orgs). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998. p. 183-191.
- BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. *Diário Oficial da União*. Poder executivo, Brasília, DF, 13 dez.1968.
- BRASIL. Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. *Diário Oficial da União*. Poder executivo, Brasília, DF, de 18.11.2011 - Edição extra.
- CANDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e História da Brasil*. São Paulo: Contexto: EdUSP, 1988.
- CARMO, Paulo Sérgio do. *Culturas da rebeldia: a juventude em questão*. São Paulo: Editora SENAC, 2001.
- CARVALHO FILHO. Luís Francisco. Medo da violência e cruzada contra corrupção sustentam autoritarismo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 07 out. 2017.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.
- \_\_\_\_\_. *A beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. Universidade, 2002.
- \_\_\_\_\_. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: autêntica, 2009.
- CHAUÍ, Marilena. *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2014.
- CORONEL revela que corpo de Rubens Paiva foi jogado em rio, diz comissão. *globo.com*. 21 mar. 2014. Disponível em: < <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/03/coronel-revela-que-corpo-de-rubens-paiva-foi-jogado-em-rio-diz-comissao.html>> Acesso em 10 de fevereiro de 2018.
- DAL PIVA, Juliana Schwarts. *A construção da busca por Rubens Paiva: um estudo de caso nas investigações sobre o desaparecimento do parlamentar*. 22f. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e projetos sociais) – Programa de Pós-graduação em História Política e bens culturais, FGV, 2016.
- DALCASTAGNÈ, Regina. *O espaço da dor: o regime de 64 no romance brasileiro*. Brasília: EdUNB, 1996.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo e identidades*. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2006.

DIAS, José Carlos. Desaparecidos. In: TELES, Janaína (org). *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?* 2. ed. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, 2001. Disponível em:

<<https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/diversos/impunidade.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2018.

FARIA, Ângela. Histórias do Brasil recontadas por Marcelo Rubens Paiva no Sempre um Papo. *Portal Uai*, Belo Horizonte, 07 fev. 2017. Disponível em: <https://www.uai.com.br/app/noticia/artes-e-livros/2017/02/07/noticias-artes-e-livros,201414/historias-do-brasil-contadas-por-marcelo-rubens-paiva-no-sempre-um-pap.shtml>>. Acesso em: 27 out. 2017.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n.20, p. 5-74, jan./abr 2017.

\_\_\_\_\_. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. Espionagem, Polícia Política, Censura e Propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge Luis; DELGADO, Lucilia A. Neves. *O Brasil republicano*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003. v.4. p. 167-205.

\_\_\_\_\_. História do tempo presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *Vária História*, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 43-59, jan./jun. 2012.

FILGUEIRAS, Mariana. Em “Ainda estou aqui”, Marcelo Rubens Paiva expõe delicado acerto de contas com a mãe. *O Globo*, Rio de Janeiro, 06 ago. 2015. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/livros/em-ainda-estou-aqui-marcelo-rubens-paiva-expoe-delicado-acerto-de-contas-com-mae-17098466#ixzz4wk6ZVavN>>. Acesso em: 27 out. 2017.

FLECK, Isabel. Clamor por intervenção militar é semelhante ao de 1964, diz general da reserva. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30 mai. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/05/clamor-por-intervencao-militar-e-semelhante-ao-de-1964-diz-general-da-reserva.shtml>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da História ensinada*. Campinas: Papirus, 2010.

FRANCO, Renato. Literatura e catástrofe no Brasil: anos 70. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 355-374.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GOIÁS (Estado). Secretaria de Estado da Educação. *Currículo Referência da Rede Estadual de Educação de Goiás*, Goiânia, GO, 2012.

GOMES, Renato Cordeiro. Eu, por exemplo... uma reflexão sobre a autobiografia precoce. *O eixo e a roda: Revista de Literatura Brasileira*, v. 6, p. 197-217, 1988.

Disponível em: <

[emhttp://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/o\\_eixo\\_ea\\_roda/article/view/4232](http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/o_eixo_ea_roda/article/view/4232)>.

Acesso em: fev. 2017.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JEANNENEY, Jean-Noël. A mídia. In: REMOND, René (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: editora, ano. p. 213-230. 2003.

LONDRES, Mariana. 43% dos brasileiros defendem a volta da intervenção militar diz pesquisa. *R7.com*, Rádio e Televisão Record S. A, 28, set. /2017. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/coluna-do-fraga/43-dos-brasileiros-defendem-a-volta-da-intervencao-militar-diz-pesquisa-28092017>>, Acesso em: 28 set. 2017.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Revista brasileira de História*, v. 17, n. 34, p.203-220, São Paulo, 1997. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881997000200011&script=sci\\_arttext&tlng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881997000200011&script=sci_arttext&tlng=es). Acesso em 06 de abril de 2018.

MALATIAN, T. M. A biografia e a história. *Cadernos CEDEM*. Marília-SP: CEDEM, v. 1, n. 1, p. 16-31, 2008.

MARCELO RUBENS PAIVA. In: *WIKIPÉDIA*, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2017. Disponível em:

<[https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Marcelo\\_Rubens\\_Paiva&oldid=49814886](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Marcelo_Rubens_Paiva&oldid=49814886)>.

Acesso em: 10 set. 2017.

MEDO generalizado. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 07 out 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2017/10/1925164-medo-generalizado.shtml>>.

Acesso em: 07 out. 2017.

MF, Flávia. Esquecimento e memória dos anos da ditadura militar na obra “Ainda estou aqui”, de Marcelo Rubens Paiva. *Jornal Opção*, Goiânia, edição 2190, 01 jul. 2017. Disponível em:<<https://www.jornalopcao.com.br/opcao-cultural/esquecimento-e-memoria-dos-anos-da-ditadura-militar-na-obra-ainda-estou-aqui-de-marcelo-rubens-paiva-98819/>>.

Acesso em 28 out. 2017.

MIRANDA. Wander Melo. *Corpos escritos: Graciliano Ramos e Silviano Santiago*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

NAPOLITANO, Marcos. *Cultura Brasileira: utopia e massificação (1950-1980)*. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. *1964: História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

NASCIMENTO, Layse Pereira Soares. A imprensa e a construção de memória: ditadura militar de 1964, fragmentos e razões do silêncio. In: ENCONTRO NACIONAL DE

HISTÓRIA DA MÍDIA, 8, 2011, Guarapuava-PR, *Anais...* Guarapuava-PR: Unicentro, 2011. p. 1-15. Disponível em: <[www.ufrgs.br/.../encontros...encontro.../A%20imprensa%20e%20a%20construcao%20...](http://www.ufrgs.br/.../encontros...encontro.../A%20imprensa%20e%20a%20construcao%20...)> Acesso em: 13 fev. 2018.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, p.7-28, dez. 1993.

PAIVA, Marcelo Rubens. *UA: BRARI*. São Paulo: Mandarim, 1990.

PAIVA, Marcelo Rubens. *Nós não nos esquecemos*. In: TELES, Janaína. *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?* 2. ed. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, 2001. p. inicial-e final do texto.

PESAVENTO, Sandra J. *História e história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PREVISÃO do tempo. *Jornal do Brasil*, 14 dez. 1968.

PROFESSORA da Uerj é hostilizada em evento sobre Revolução Russa: grupo afirmou que ela era ‘uma vergonha’ para a universidade e que a ditadura não existiu. *O Globo*, Rio de Janeiro, 27 out. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/professora-da-uerj-hostilizada-em-evento-sobre-revolucao-russa-22003757#ixzz4wo78Tp2e>>. Acesso em: 28 out. 2017.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

\_\_\_\_\_. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984* [livro eletrônico]. Londrina: Eduel, 2013.

REZENDE, Marcelo. “Feliz Ano Velho” chega à adolescência. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 1º. dez. 1997. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq011202.htm>>. Acesso em: 27 out. 2017.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007.

RIDENTI, Marcelo. Prefácio. Teles, Janaína (org.) *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?* 2. ed. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, 2001. p. 23-28. Disponível em:

<<https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/diversos/impunidade.pdf>>. Acesso em: 13 mai 2018.

RIOUX, Jean-Pierre. A associação em política. In: REMOND, René (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 99-140.

ROLLEMBERG, Denise. As trincheiras da memória: a Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (org.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010. p. 97-144.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (org.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010.

RÜSEN, Jorn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes da meta-história. *História da historiografia*, n. 2, p. 163-209, mar. 2009.

SANTOS, Darlan Roberto dos. Feliz ano velho: um olhar dividido entre a Ditadura Militar e a Redemocratização. *Revista Gatilho*, Juiz de Fora, v. 4, p. 1-12, 2006.

\_\_\_\_\_. A ditadura militar em xeque nas autobiografias de Marcelo Rubens Paiva e Fernando Gabeira. *Revista Literatura em Debate*, Frederico Westphalen; RS, v. 7, p. 139-149, jul. 2013.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Literatura e trauma: um novo paradigma. *Rivista di studi portoghesi e brasiliani*, Pisa, Itália, v. 3, p. 103-118, 2001.

SILVA, Marcos; FONSECA, Selva G. *Ensinar História no século XXI: em busca do tempo entendido*. Campinas; SP: Papyrus, 2007.

SILVEIRA, Rodrigo da. *Tragédia, humor e resistência em Feliz ano velho (1982) de Marcelo Rubens Paiva*. 2005. 94 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

SILVERMAN, Malcolm. *Protesto e o novo romance brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOUZA Arnaldo Vieira. Lei da Anistia: o direito entre a memória e o esquecimento. *Cadernos UNDB*, São Luís, v. 4, jan. dez 2014. Disponível em: <[www.undb.edu.br/public/publicacoes/4\\_-\\_lei\\_da\\_anistia.pdf](http://www.undb.edu.br/public/publicacoes/4_-_lei_da_anistia.pdf)>. Acesso em: 12 mai. 2018.

STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa. Reflexões sobre uma velha História. *Revista de História: dossiê História/narrativa*. Campinas, ns. 2/3, p. 13-37, 1991.

SÜSSEKIND, Flora. *Literatura e vida literária: polêmicas, diários e retratos*. 2 ed. Belo Horizonte: EDUFMG, 2004.

TAYAR, Rafael Marcelino. A literatura no ensino de história: O documento, os cuidados e a prática. In: BUENO, André; CREMA, Everton; ESTACHESKI, Dulceli; NETO, José Maria (org.) *Um pé de História: estudos sobre aprendizagem histórica*. Rio de Janeiro/União da Vitória: Edição Especial Ebook LAPHIS/Sobre Ontens, 2017.

TÉRCIO, Jason. *Rubens Paiva*. Brasília: Câmara dos deputados, Edições Câmara, 2003.

WINAND, Érica Cristina Alexandre; BIGATÃO, Juliana de Paula. *A política brasileira para os direitos humanos e sua inserção nos jornais: a criação da Comissão Nacional da Verdade*. Bauru: v. 2, n. 2, p. 41-62, jun. 2014.

ZEZÉ di Camargo diz que não houve ditadura militar no Brasil. *Veja*. São Paulo, 13 set. 2017. Disponível em: < <http://veja.abril.com.br/entretenimento/zeze-di-camargo-diz-que-nao-houve-que-nao-houve-ditadura-militar-no-brasil/amp/>>. Acesso em 14 set. 2017.